

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Jacqueline Maia dos Santos

**AS BATALHAS DA MULHER MOÇAMBICANA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO
NACIONAL: entre os discursos oficiais e os silêncios da memória (1962-1975)**

Belo Horizonte
2020

Jacqueline Maia dos Santos

**AS BATALHAS DA MULHER MOÇAMBICANA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO
NACIONAL: entre os discursos oficiais e os silêncios da memória (1962-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na linha História Social da Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Vanicléia Silva Santos.

Belo Horizonte

2020

967.9 Santos, Jacqueline Maia dos.]
S237b As batalhas da mulher moçambicana na luta de
2021 libertação nacional [manuscrito] : entre os discursos oficiais
e os silêncios da memória (1962-1975) / Jacqueline Maia
dos Santos. - 2021.
137 f.
Orientadora: Vanicléia Silva Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Moçambique - História.
3. Mulheres - Teses. 4. Direito das mulheres - Teses.
I. Santos, Vanicléia Silva . II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"As batalhas da mulher moçambicana na luta de libertação nacional: entre os discursos oficiais e os silêncios da memória. (1962- 1975)"

Jacqueline Maia dos Santos

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Vanicleia Silva Santos - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro
Universidade Eduardo Mondlane

Profa. Dra. Patrícia Alexandra Godinho Gomes
UFBA

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Alexandra Godinho Gomes, Usuário Externo**, em 12/01/2021, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanicleia Silva Santos, Professora do Magistério Superior**, em 14/01/2021, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Maria Alçada Padez Cortesão Casimiro, Usuário Externo**, em 15/01/2021, às 06:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador



0513898 e o código CRC 6B3F10E2.

Referência: Processo nº 23072.247703/2020-11

SEI nº 0513898

AGRADECIMENTOS

Há poucos meses circulava no *Twitter* uma corrente na qual éramos desafiados a explicar nossas pesquisas de pós-graduação para nossas mães e avós. Sempre quando olhava para as histórias das ex-combatentes que atuaram na luta de libertação em Moçambique, pensava que essas mulheres poderiam ser minha mãe, minha sogra ou minhas tias, porque elas são da mesma faixa etária destas antigas guerrilheiras. Então, quando ia explicar para as minhas mais velhas sobre o que eu tanto estudava, dizia a elas: “imaginem vocês na década de 70... Enquanto vocês estavam na rua brincando de pega-pega ou jogando vôlei, moças da mesma idade de vocês estavam, num outro país, pegando em armas para poder expulsar os portugueses que invadiram as terras delas”. Minha mãe era das que respondia: “então poderia ser eu lá, já que elas também são pretinhas”. Eu dizia que sim, se não fosse um navio negreiro no meio da história, talvez pudéssemos ser nós lá também. Então, agradeço às mulheres da minha vida por serem uma grande fonte de inspiração neste processo de escrita: minha mãe Conceição, minhas tias Marta e Maria Bárbara, minhas avós Maria da Conceição e Maria Joaquina (vovozinha, *in memoriam*), minhas tias avós Cristina e Maria e minha única prima Débora. Agradeço, ainda, à minha sogra Teresinha e às minhas cunhadas Grazielle e Ana Carolina, pela escuta sempre cuidadosa e atenciosa.

Agradeço ao meu pai Antônio Carlos, por ter sido sempre tão preocupado e zeloso com os meus estudos, sempre cuidadoso, carinhoso e atencioso. Muito obrigada Papai! Agradeço ao meu irmão Gabriel, por ser sempre presença na minha ausência. Mesmo quando ele tiver 90 anos (e eu 100), será para sempre o meu bebê.

Ao Luciano Jorge, meu afeto e meu amor. Obrigada por essa parceria de vida que é o nosso casamento. Esse trabalho nem teria começado se em algum momento ali entre 2013 e 2014 você não tivesse me dado de presente o livro “As Andorinhas” da Paulina Chiziane. Obrigada por ser meu interlocutor, grande incentivador e a pessoa que fez a transcrição das minhas entrevistas. Sem o seu suporte e paciência, eu não teria conseguido terminar esta dissertação.

À minha orientadora, Vanicléia Silva Santos. Obrigada pela paciência, carinho e empatia. Obrigada por ser uma inspiração de excelência de trabalho. Tenho muito orgulho de ter sido orientada por você, que é uma grande referência na produção sobre História da África.

Às professoras africanas Isabel Casimiro (Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique) e Patrícia Godinho Gomes (Universidade Federal da Bahia). Obrigada pela

leitura cuidadosa do meu trabalho e participação na minha banca. Especialmente à professora Isabel, agradeço pela indicação de referências bibliográficas que foram importantes para reorientar a direção da minha escrita.

Aos meus queridos amigos moçambicanos Elcídio Macuacua e Tamila Rita. Essa dissertação é fruto também do nosso encontro na disciplina de História Contemporânea II, na ocasião do intercâmbio deles no Brasil. Quando fui à Moçambique, Elcídio dedicou muito do seu tempo para andar comigo pelas ruas de Maputo em busca de fontes e referências bibliográficas, o que resultou numa mala repleta de livros e histórias. Agradeço também a Elcídio e Tamila por terem aberto a porta de suas casas e me acolhido entre seus familiares.

O sentimento de gratidão se estende também à Ivete Afonso, que foi minha guia por Maputo e quem tornou possível o meu contato com a Associação de Ex-Combatentes da Luta de Libertação Nacional. Agradeço também à querida Liendina Chirindiza (Lily), que conheci no “Fazendo Gênero”, em Florianópolis, no ano de 2017, que além ter me recebido quando fui a Maputo, foi uma das minhas interlocutoras acadêmicas.

Não posso deixar de mencionar o querido Robert Cecílio, que conheci por acaso na porta do Edifício Maletta, que me deu aulas de “Moçambique para brasileiros” e me emprestou seus amigos em Maputo, com destaque para o acolhimento de Elias Manjate e família e de Sônia André. Ainda não tive a oportunidade conhecer a Sônia pessoalmente, mas ela foi a primeira pessoa que me alertou sobre a necessidade de uma pesquisa sobre os silêncios das narrativas da luta de libertação para além da capital. Agradeço ainda ao professor Arlindo Chilundo, por também ter sido acessível e acolhedor nas interlocuções.

Agradeço à Joice Hamuza Jack, Elisabeth Sequeira e Deolinda Guezimane, bem como ao senhor José Joaquim Dombo, pelas entrevistas concedidas e lembranças compartilhadas.

Aos colaboradores do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), agradeço pela acolhida, pelo aprendizado sobre o país e pelo apoio durante as pesquisas. Agradeço especialmente ao professor Joel das Neves Tembe, por ter viabilizado o meu acesso ao arquivo, e à Maria Alegria, que me orientou nas consultas ao Fundo da Frelimo. Foram dias muito agradáveis e de muitos conhecimentos compartilhados.

Na UFMG, sou muito grata à Ivangilda Bispo dos Santos, uma das melhores pessoas, historiadoras e pesquisadoras que já tive oportunidade de conhecer. O meu projeto de mestrado não teria começado a ser escrito se não fosse a generosidade do compartilhamento das fontes que vieram na mala dela de Maputo para o Brasil.

Sou também repleta de gratidão pelas minhas amigas da graduação em História, Alessandra, Ana Clara, Carolina, Eliane, Gabrielle, Isadora, Raísa, Larissa e Ulli, pessoas

lindas e inteligentes, as melhores amigas e companheiras de graduação que eu poderia ter encontrado.

Às minhas companheiras pesquisadoras de História da África e Diáspora Africana na UFMG, Tainá, Keli e Flávia, obrigada pelo acolhimento e pelas trocas. Um agradecimento especial para Tainá, minha parceira em algumas melancólicas madrugadas de escrita. Uma menção carinhosa também para a Livia e a Camila – tivemos uma conversa no meio desta pandemia que me ajudou de uma forma que elas nem imaginam.

Muito obrigada às minhas amigas de longa data, Erika, Juliana, Michele, Bianca, Cristiane e Maya.

Agradeço também à parceria e paciência da galera da firma, especialmente Anne, Thiago, Gisele, Juliana, Miriana, Roberta, Ricardo, Edna, Ana Carolina e Fernanda. Agradeço ainda aos homens da minha família, inclusive meu sogro Daniel – eles também são importantes e também tem o meu amor.

Por fim, agradeço à Beyoncé Giselle Knowles Carter, que pra mim sempre foi uma grande inspiração sobre a capacidade que uma mulher negra tem para fazer as coisas bem feitas, além de cantar músicas que são a trilha sonora da minha vida. Pode ser que Beyoncé nunca veja este agradecimento, mas senti que isso também precisava estar registrado nestes agradecimentos.

Não estou escrevendo sobre a guerra, mas sobre o ser humano na guerra.
Não estou escrevendo sobre uma guerra, mas a história dos sentimentos.
Sou uma historiadora da alma.

Svetlana Aleksievitch (In: A guerra não tem rosto de mulher, 1985)

Amanhã será outro dia. Que haja sol, luz, liberdade e dança
Que haja chuva para lavar este solo empapado de sangue
O que é o amanhã na vida de um país? E de um continente?
O que é o amanhã de um escravo, sem hoje nem ontem?

Como és caprichoso, meu inalcançável amanhã!
Transformas-te em hoje e te eclipsas na hora da mudança
Segurar-te-emos com as garras de águia para que não escapes Não fugirás.
Conosco seguirás para a eterna liberdade.

Os afropessimistas gritam: não existe futuro para África
Hoje com tantas crises que abalam todos os continentes
Os mesmos viram a casaca e suspiram amorosamente:
África! És o lugar de esperança e futuro do mundo!

Afropessimismo, Paulina Chiziane

RESUMO

A presente dissertação aborda a atuação da mulher moçambicana na luta pela libertação de Moçambique, que ocorreu entre o período de 1964 a 1975. Detivemo-nos primeiramente na análise dos grupos organizados e geridos pelas mulheres envolvidas nas diversas frentes de luta, a saber: a Liga Feminina Moçambicana (LIFEMO), o Destacamento Feminino (DF), o Instituto Moçambicano e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Essas organizações foram resultado do protagonismo feminino no combate ao colonialismo. Nesse contexto, emergiu o conceito de emancipação da mulher, importado da ideologia marxista e adaptado aos objetivos da revolução moçambicana que, além da luta anticolonial, previa a criação de uma sociedade igualitária. A equidade entre o homem e a mulher era uma das premissas que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) estabeleceu para a construção da nova sociedade moçambicana na transição da luta armada para o pós-independência. Essa linha de pensamento já estava sendo consolidada durante a luta de libertação. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi entender o impacto do discurso de emancipação da mulher durante a luta de libertação e a sua influência na vida das antigas combatentes. Além disso, procuramos identificar e compreender as memórias silenciadas que essas mulheres construíram sobre aquele período. Por meio da análise das narrativas orais das participantes da luta armada, coletadas em trabalho de campo e/ou publicadas em livros, em conjunto com a documentação disponível no Arquivo Histórico de Moçambique, buscamos detectar os silêncios e as contradições existentes na narrativa oficial sobre a atuação da mulher, que focou apenas no papel de heroínas, sem dar margem a uma crítica de como o ideário de emancipação não alcançou todas aquelas mulheres.

Palavras-chave: Moçambique. Mulheres. Luta de Libertação. Emancipação.

ABSTRACT

This research deals with the role of Mozambican women in the struggle for the liberation of Mozambique that took place between the period 1964 to 1975. We first analyzed the groups organized and managed by women involved in the various fronts of struggle, LIFEMO – the Mozambique Women’s League, DF - Female Detachment, Mozambican Institute and OMM – Mozambican Women’s Organization. These organizations were the result of female protagonism in the fight against colonialism, and in this context the concept of emancipation of women emerged, imported from the Marxist ideology and adapted to the objectives of the Mozambican revolution which, in addition to the anti-colonial struggle, provided for the creation of an egalitarian society. Equality between men and women was one of the premises that FRELIMO – Mozambique Liberation Front established for the construction of the new Mozambican society in the transition from armed struggle to post-independence and this line of thought was already being consolidated during the liberation struggle. The objective of the work was to understand the impact of woman emancipation speech during the liberation struggle and its influence on the life of the former combatants. In addition, we seek to identify and understand the silenced memories that these women built about that period. Through the analysis of the oral narratives of the participants in the armed struggle, collected in fieldwork and / or published in books together with the documentation available in the AHM - Historical Archive of Mozambique, we seek to detect the silences and contradictions existing in the official narrative about the performance of the women, who focused only on the role of heroines, without leaving aside a criticism about how the emancipation idea did not reach all those women.

Keywords: Mozambique. Women. Liberation Struggle. Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Moçambique com as delimitações das províncias, capitais, principais cidades, rodovias, ferrovias e hidrografia (2020).....	22
Figura 2 - Mapa da Tanzânia com as delimitações das províncias, capitais, principais cidades, rodovias, ferrovias e hidrografia, e destaque da autora para localização dos grupos de apoio a FRELIMO naquele país (2020).....	23
Figura 3 - Sistematização das organizações de mulheres de Moçambique, criadas para atuar na Luta de Libertação Nacional (1962- 1975).....	34
Figura 4 - Presidente Samora Machel e delegadas na primeira conferência da OMM(1973)..	59
Figura 5 - Jacqueline Maia dos Santos e Joice Hamuza na Associação dos Ex-combatentes em Maputo (30 de jan. 2019).	69
Figura 6 - Da esquerda para a direita, Alberto Chipande, Samora Machel e Deolinda Guezimane, em Maputo durante uma reunião da OMM – (abril de 1976).	73
Figura 7 - Mães adotivas no Infantário de Tunduru(sem data)	94
Figura 8 - Mulheres estudando em uma zona libertada(sem data).....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique
CAEM; COMECON - Conselho de Assistência de Económica Mútua
CPHLL - Centro de Pesquisa da História da Luta da Libertação Nacional
DF - Destacamento Feminino
FAP - Frente de Ação Patriótica (Moçambique)
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
LIFEMO - Liga Feminina Moçambicana
LIMA - Liga Independente de Mulheres Angolanas
MANU - Makonde African National Union
MANU - Mozambique Africa National Union
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MULEIDE - Mulher, Lei e Desenvolvimento
NESAM - Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NUMMA - Núcleo Mulher e Meio Ambiente
OMA - Organização da Mulher Angolana
OMM - Organização da Mulher Moçambicana
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIGC - Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde
PALOP - países africanos de língua oficial portuguesa
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
Renamo - Resistência Nacional Moçambicana
UDEMU – União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo Verde
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WLSA - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – MULHERES QUE SE ORGANIZAM PARA A LUTA	34
1.1 Contexto	35
1.1.1 <i>A violência colonial e a organização anticolonial</i>	35
1.1.2 <i>A importância do rádio no processo de conscientização dos moçambicanos</i>	39
1.2 Liga Feminina Moçambicana – LIFEMO (1962 – 1969)	43
1.3 Instituto Moçambicano (1963 – 1975)	46
1.4 Destacamento Feminino – DF (1967)	52
1.5 Organização da Mulher Moçambicana – OMM (1973)	58
1.6 Conclusão	63
CAPÍTULO 2 – O DITO E O NÃO DITO NAS MEMÓRIAS DAS MULHERES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO	65
2.1 Sobre unidade nacional e igualdade entre homens e mulheres	68
2.1.1 <i>As vozes dissidentes do ideário socialista moçambicano</i>	76
2.2 As ex-combatentes e algumas experiências indizíveis ou desmoralizantes	81
2.2.1 <i>“O capim juntou-se com o fogo”</i>	86
2.2.2 <i>Punições pela gravidez e adultério de combatentes</i>	90
2.2.3 <i>As crianças das combatentes e apoiadoras da Luta</i>	92
2.3 Conclusão	95
CAPÍTULO 3 – A EMANCIPAÇÃO DA MULHER FOI POSSÍVEL?.....	97
3.1 Notas sobre educação e letramento	97
3.1.1 <i>O impedimento de acesso às escolas pelos moçambicanos e moçambicanas</i>	100
3.1.2 <i>O acesso restrito à educação formal</i>	103
3.1.3 <i>Cerimônias de iniciação como obstáculo para as meninas acessarem a escola</i>	106

<i>3.1.4 O acesso restrito à educação formal para as meninas no Niassa provocado pelas longas distâncias e pelo Islã</i>	108
3.2 A obsolescência do termo emancipação da mulher.....	110
<i>3.2.1 Situação social das ex-combatentes na zona rural pós 1975</i>	115
<i>3.2.2 Mulheres urbanas nas organizações políticas pós 1975</i>	119
3.3 Conclusão	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
Entrevistas realizadas por mim.....	127
Entrevistas realizadas por terceiros	127
Documentos Históricos	129
Referências bibliográficas	129

INTRODUÇÃO

Apresentação

O colonialismo europeu deixou marcas duradouras e difíceis de serem extintas no continente africano. No que se refere às mulheres, as situações de submissão e abuso em que estavam inseridas de certa forma se agravaram e tornaram-se mais complexas. Apesar de sabermos que a colonização atuou de formas diversas ao longo do continente, observa-se que esse processo culminou na tentativa de imposição de costumes europeus; e ao mesmo tempo, na busca do desmonte da diversidade cultural das comunidades e famílias das várias sociedades africanas.

A presença europeia é caracterizada pelo envolvimento dos europeus com tráfico de escravos em entrepostos comerciais, desde o século XVI, onde negociavam com dirigentes africanos e também pela presença das missões religiosas. Na Conferência de Berlim, ocorrida entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, nações europeias, por meio de uma ação imperialista, estipularam as regras de ocupação da África pelos colonizadores. Após a Conferência de Berlim, redes de relacionamento baseadas nas negociações foram transformadas em práticas de dominação violenta e de ocupação dos espaços africanos pelos europeus.

Neste contexto de tentativas de dominação militar, religiosa econômica europeia, a situação da mulher africana ficou ainda mais fragilizada. A historiadora moçambicana Isabel Casimiro (2014, p. 75-91) aponta que a proeminência histórica das mulheres nas estruturas sociais em África e nas estruturas familiares existentes foram transformadas pela imposição do regime colonial e pela atividade missionária. As autoridades coloniais, em geral, reconheciam apenas os homens como líderes.

A população africana não aceitou de forma passiva a dominação europeia. Existiram resistências de diversas formas, desde as tentativas diplomáticas até a resistência bélica. A partir da década de 1950, as colônias passaram a reagir mais contundentemente contra seus colonizadores. Essa reação foi viabilizada, sobretudo, pelos seguintes fatores: a fragilidade econômica dos colonizadores pós-Segunda Guerra Mundial; o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU); as influências ideológicas e morais do pan-africanismo¹ e dos negros

¹ Pode-se afirmar que o pan-africanismo foi um movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos na diáspora como um único conjunto, cujo objetivo consiste em

na diáspora.² O pan-africanismo já era discutido desde o século 19, a partir de um sentimento de solidariedade da raça negra. Figuras importantes que representam o pan-africanismo e o processo de construção da ideia de nação entre os africanos, de modo geral, foram Edward Blyden (intelectual nascido nas Ilhas Ocidentais Dinamarquesas), e outros intelectuais americanos, como Alexander Crummell, W. E. B. Du Bois e o jamaicano Marcus Garvey. A partir da década de 40, o pan-africanismo foi uma das ideologias mais importante para a reconstrução das identidades nacionais africanas.

A Carta das Nações Unidas, acordo firmado pela ONU em 26 de junho de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, já deixava explícito o empenho dos países que representavam o comando da política mundial, liderados pelos Estados Unidos, em conseguir uma cooperação internacional que promovesse e estimulasse o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (ONU, 1945).

A ideologia fascista europeia colaborou para que a Segunda Guerra Mundial fosse ainda mais trágica e também contribuiu para modificar a forma de se ver o colonialismo e a ação dos europeus no continente europeu e ao redor do mundo. Assim, o intelectual Kwame Appiah aponta que: “A lição que os africanos aprenderam com os nazistas – a rigor, e com a Segunda Guerra Mundial como um todo – não foi o perigo do racismo, mas a falsidade da oposição entre uma ‘modernidade’ europeia humana e o ‘barbarismo’ do mundo não branco” (APPIAH, 1997, p. 24).

Todavia, as amarras da colonização demoraram a ser rompidas e as sequelas de anos de ocupação colonial ainda repercutiam nas sociedades do território africano, principalmente no que concerne à opressão de gênero. A luta pela independência de Moçambique emergiu nesse contexto.

Uma das primeiras lideranças que ganhou destaque na construção da luta de libertação de Moçambique foi aquela sob comando do intelectual Eduardo Mondlane. Nascido em 1920, na cidade de Manjacaze, província de Gaza, região Sul de Moçambique, Mondlane iniciou seus estudos numa missão suíça em Moçambique. Ele terminou seus estudos secundários numa escola da mesma congregação religiosa na vizinha África do Sul. Estudou ainda em Portugal por um breve período. A passagem por Portugal foi importante porque conheceu discentes que viriam a se tornar lideranças nacionalistas em seus países, tais como Amílcar

regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano.

² Algumas figuras de destaque na luta anticolonialista são os intelectuais martinicanos Aimé Césaire e Frantz Fanon, o senegalês Léopold Sédar Senghor.

Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde) e Agostinho Neto (Angola). Mondlane terminou seu percurso acadêmico nos Estados Unidos, onde estudou Sociologia e Antropologia nas Universidades de Oberlin e do Noroeste, tendo posteriormente trabalhado para as Nações Unidas como pesquisador. Em 1961, passou férias em Moçambique e percebeu que, desde sua partida, as condições do país (ainda colônia) não haviam melhorado. Então, decidiu sair da ONU e voltou a Moçambique, onde entrou em contato com vários nacionalistas e identificou um ambiente propício para a luta de libertação, à qual decidiu aderir abertamente (CASIMIRO, 2012; TEMBE, 2014).

Quando retornou, já tinha ocorrido “O Massacre de Mueda” (16 de junho de 1960), na região norte de Moçambique. Este massacre é visto como o episódio que desencadeou a luta pela libertação. O núcleo que criou o movimento nacionalista que lutaria pela independência era formado por uma parte da elite moçambicana excluída pelo regime colonial, por autoridades das comunidades locais, e principalmente, moçambicanos assimilados³ que possuíam formação escolar ou profissional que lhes permitiam ter algum destaque social (ALMEIDA; KRAYCHETE, 2016). Essas pessoas fundaram a Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO)⁴, movimento constituído em 1962, na Tanzânia, a partir da associação de refugiados de diversos países e reunião de múltiplos movimentos que lutavam contra o colonialismo português e pela libertação nacional. Segundo Casimiro (1986), esses grupos surgiram a partir da experiência de luta sindical nos países limítrofes e associações de socorro mútuo, como a *Mozambique Africa National Union* (MANU), a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI).

A proximidade com o bloco soviético se iniciou quando a frente política estava sob a liderança de Eduardo Mondlane, assassinado em 1969. Assim, em 1970, a FRELIMO passou a ser liderada por Samora Machel, que era, até então, o chefe do departamento de Defesa e Segurança da FRELIMO. Machel também nasceu na província de Gaza, no ano de 1933. Participou do primeiro grupo de recrutas que recebeu treinamento militar na Argélia para

³ Assimilados eram os negros africanos aceitos na sociedade portuguesa na colônia. Teoricamente, o moçambicano era considerado assimilado quando atendia às seguintes exigências: saber ler, escrever e falar português corretamente; ter meios suficientes para sustentar a família; ter bom comportamento; ter a educação necessária e hábitos individuais e sociais de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal; e ser aprovado pela autoridade administrativa da sua região (MONDLANE, 1975). A assimilação não era um processo de integração do colonizado à sociedade, era um processo de subjugação. Os assimilados eram um grupo inferior aos cidadãos portugueses e superior aos negros não assimilados.

⁴ A sigla FRELIMO, com letras maiúsculas, refere-se a uma frente de diversos movimentos políticos que se agruparam com o objetivo de combater o colonialismo e que existiu, nesse formato, até a formalização da independência, em 1975. A Frelimo, em minúsculas, é o partido político único, que passou a existir no pós-independência. Neste trabalho, devido ao recorte temporal, optamos por utilizar o acrônimo em maiúsculo.

atuar na resistência anticolonial. Ao assumir a liderança como presidente da FRELIMO, Machel adotou um viés nitidamente socialista e intensificou a luta armada.

As mulheres atuaram na luta de libertação desde o início e em diversas frentes. A Liga da Mulher Moçambicana (LIFEMO) foi criada junto com a FRELIMO, também em 1962. Era uma associação das esposas dos militantes, que atuava no acolhimento das famílias dos exilados, fazia um trabalho de conscientização política, etc. Ao longo do avanço da luta armada, a mulher moçambicana passou a participar de todas as atividades revolucionárias: tarefas de apoio aos combatentes cultivar os campos de alimentos, realizar treinamentos militares e participar diretamente dos combates armados e das milícias que protegiam o povo. Essas jovens que foram para o *front* reivindicaram a criação de um agrupamento de mulheres no exército moçambicano e, em 1966, criaram o Destacamento Feminino (DF). Por fim, em 1973, Samora Machel oficializou a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). O intuito de Machel era formalizar a emancipação da mulher como uma de suas diretrizes políticas e sedimentar essa ideia de forma coletiva. Ou seja, mobilizar politicamente não apenas as guerrilheiras, mas também todas as mulheres que viviam nas zonas já libertadas do colonialismo e administradas pela FRELIMO.

Diante do protagonismo das mulheres na luta pela independência de Moçambique e do foco exclusivo nas heroínas, essa dissertação pretende analisar dois aspectos: (1) os entrelaces entre a agência dessas mulheres e o projeto de emancipação feminina da FRELIMO, que estabelecia a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres (2) os possíveis silêncios e contradições na narrativa oficial sobre a atuação da mulher na luta armada.

Revisão da historiografia

A historiografia a respeito da luta pela independência de Moçambique tem uma vasta produção. Assim, neste trabalho, a análise da referida historiografia está dividida em duas partes. A primeira trata das questões identitárias, pois essa temática é importante para que seja possível compreender os fatores que agruparam a população moçambicana em torno da adesão à luta. A segunda refere-se às obras que abordam a história contemporânea de Moçambique, com recorte para as lutas de libertação, que fazem a intersecção entre as categorias sociais e de gênero.

Primeiramente, abordaremos algumas produções a respeito da identidade em Moçambique que se destacaram no âmbito da historiografia, principalmente por abordarem relações de abusos de poder no contexto colonial. Essas relações assimétricas impulsionaram

a busca pelo rompimento com o colonizador e, paralelamente, essas relações desiguais permitiram a superação do discurso de inferioridade racial e a construção de uma identidade moçambicana.

Os trabalhos do historiador brasileiro Valdemir Zamparoni, *Entre Narros & Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940* (1998) e *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique* (2007), são importantes para compreender as relações de trabalho no período colonial. As referidas obras apresentam um panorama das relações abusivas de trabalho no período colonial. As relações de subalternidades, exploração e racismo eram legitimadas pelo estatuto dos indígenas.⁵ Estes elementos foram abordados na obra como fatores aglutinadores de um ideário de libertação.

O trabalho do sociólogo moçambicano Luís Cabaço (2009), *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, é essencial para compreender o debate sobre as múltiplas identidades do país. O autor apresenta a reação de Portugal diante da luta pela independência de Moçambique, bem como uma análise crítica sobre a escolha das lideranças portuguesas em adotar a retórica do lusotropicalismo⁶ de Gilberto Freyre para lidar com a rebelião armada nas colônias africanas. Cabaço (2009) afirma que a diversidade do mapa étnico de Moçambique, que abarca 24 grupos linguísticos, foi utilizada para tentar dividir a resistência durante a luta de libertação nacional. A diversidade étnica foi usada pelo exército português como um instrumento de guerra psicológica para causar dissidência interna na FRELIMO. Os dirigentes que lutavam pela independência estabeleceram, como posicionamento, um esforço de unidade, apesar da multiplicidade. Cortar o cordão umbilical com a sociedade colonial implicava, inclusive, em romper com o poder tradicional. Logo, tudo o que vinha do passado de dominação deveria ser questionado e combatido. Dessa forma, na luta de libertação moçambicana ficou estabelecido que o inimigo comum seria justamente o combate ao

⁵ Estatutos dos Indígenas eram os regulamentos jurídicos que determinavam os direitos e deveres aplicados por Portugal à população nativa das suas colônias no continente africano, no caso, os *indígenas*. O primeiro foi o *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, e a última atualização foi em 1953, quando o documento reformulou a definição de indígena, que passou a definir indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido e vivendo habitualmente nas colônias (em Angola, Guiné e Moçambique), não possuíam ainda a cultura e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado, que até então era aplicado apenas aos portugueses. Ou seja, os africanos nativos negros tinham um sistema jurídico separado, já que não eram considerados aptos para terem acesso ao sistema jurídico português. O estatuto foi abolido em 1961, quando as movimentações pelas independências já tinham começado nas colônias e todos os seus habitantes foram declarados cidadãos portugueses de pleno direito.

⁶ Cabaço (2009, p. 174) explica as ideias de Gilberto Freyre sobre uma *especial vocação dos portugueses para os trópicos* de que a sociedade brasileira era resultado. Essa vocação se revelava na capacidade e disponibilidade dos lusos para a incorporação de valores dos negros e dos índios com quem tinham entrado em contato, a adaptação ao clima do novo território e uma suposta ausência de preconceito racial visualizada na facilidade com que se relacionavam sexualmente com mulheres locais, dando lugar a um povoamento mestiço.

colonialismo, um sistema que, segundo as lideranças, não poderia ser definido pela cor da pele, mas pela posição de cada um perante a luta de libertação nacional.

Sobre essa multiplicidade de atores da luta de libertação, a obra de Lia Laranjeira (2018) *Mashinamu na Uhuru: arte makonde e história política de Moçambique (1950-1974)*, faz um importante recorte geográfico na região onde se concentrou a luta de libertação, o planalto makonde (norte de Moçambique). O seu estudo tem como eixo as conexões entre a produção de esculturas em madeira e a história de Moçambique entre 1950 e 1974. A autora mostra que, de 1950 a 1959, houve a valorização da arte makonde no mercado internacional de arte africana, por duas razões: uma foi o fluxo migratório de pessoas do norte de Moçambique para o Tanganyica (uma das regiões da Tanzânia); e a outra foi a formação de organizações de apoio à independência de Moçambique no Tanganyica, em torno dos movimentos nacionalistas pela libertação do continente africano do jugo colonial. Por fim, de 1959 a 1974, a autora aborda os novos significados da arte makonde na luta pela independência, evidenciando o papel dos artistas/combatentes nesse contexto, e a construção de mensagens anticoloniais nas esculturas.

As mulheres tiveram atuação importante no projeto que viabilizou a conquista da independência, tanto por meio da mobilização de pessoas, quanto na atuação direta na luta armada.

Na segunda parte, a revisão bibliográfica que trata a história contemporânea de Moçambique nos permite compreender as perspectivas de abordagem sobre o papel das mulheres no período da luta de libertação.

Isabel Casimiro foi uma das precursoras no estudo dos movimentos de mulheres em Moçambique. Em 1986, escreveu *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-74*. Segundo a autora, o trabalho consiste em uma tentativa de analisar essa parte da luta armada contra o colonialismo. A luta é concebida como um processo de transformação nas relações homem/mulher, bem como um ato de libertação de todo o povo, “sem cair nas frases feitas ou na formalização da história, tal e qual como se desenvolveu, com os seus sucessos e revezes” (CASIMIRO, 1986, p. 2).

A historiadora brasileira Jacimara Souza Santana (2006), em sua dissertação *Mulher e Notícias: Os discursos sobre as mulheres de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)*, desenvolveu uma pesquisa sobre a forma como, no pós-independência, a FRELIMO achava necessário propagar e legitimar a ideia de emancipação feminina no coletivo. Nesse sentido, diante da importância conferida à informação pela Frente, a revista *Tempo* foi um dos meios de comunicação que recebeu a missão de difundir essa ideia. Santana (2006) analisou 513

edições, publicadas entre o período 1975 e 1985, com o objetivo de identificar quais discursos sobre a mulher foram engendrados nas notícias da *Revista Tempo* durante o processo revolucionário. Ela concluiu que o discurso da FRELIMO era hegemônico nesta revista e foi sendo construído e modificado durante o período analisado a partir da interação com as pessoas, em especial as mulheres, num jogo de conflito que envolvia enunciação/acontecimento e produção/recepção, o que deu lugar a uma pluralidade de outros discursos.

A socióloga dinamarquesa Signe Arnfred (2011), em *Sexuality and gender politics in Mozambique: Rethinking gender in Africa*, também produziu importantes reflexões sobre gênero em Moçambique. Feminista e militante socialista, Arnfred chegou acompanhada do marido à Maputo (1981), onde participou do momento de construção do socialismo pós-colonial em Moçambique. Trabalhou como socióloga na OMM, o que a permitiu estabelecer contato com diversos grupos de mulheres, escutando suas demandas e discutindo seus problemas. Essa experiência marcou a perspectiva crítica da autora e “tornou transparente as contradições da política frelimista no que se referia às mulheres e às relações de gênero” (PINHO, 2012, p. 970). Após o seu trabalho na OMM, deixou Moçambique na década de 1980 e retornou posteriormente como pesquisa autônoma em 1998-1999 e 2003-2005. Ela fez um trabalho apurado sobre as consequências do processo de independência para as mulheres, especialmente, dentre figuras relevantes do norte do país atuantes na luta de libertação. Arnfred é referência fundamental para se estudar gênero e sexualidade em Moçambique e tornou-se uma crítica contundente da disparidade entre o discurso de emancipação da mulher proferido pela FRELIMO e a prática discriminatória que ainda persiste.

Em sua segunda obra sobre essa temática, *Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique* (2014), Isabel Casimiro (2014) analisa a trajetória do movimento pela emancipação das mulheres em Moçambique nos períodos da luta anticolonial e após a independência em relação ao colonialismo português. A autora analisa as organizações de mulheres surgidas em seu país entre as décadas de 70 e 90, num período marcado pela luta armada, pela independência e pela reestruturação global ocorrida com o fim da Guerra Fria e da União Soviética.

Em *As Mulheres Moçambicanas e a Luta de Libertação*, a historiadora moçambicana Alda Saúte Saide (2014) fez uma síntese sobre a atuação das mulheres na luta pela independência do país, em um capítulo do livro *História da luta da libertação*. Esta obra foi demandada e patrocinada pelo governo moçambicano, através do Ministério dos Combatentes. A proposta é fazer a divulgação de fatos da luta de libertação e levar as

gerações mais novas a “penetrar no espírito patriótico de que estavam imbuídos os obreiros da nacionalidade” (GUEBUZA, A. 2014, p. ix) No capítulo sobre a atuação das mulheres na luta anticolonial, Saide (2014) fez uma revisão historiográfica alinhada ao pensamento de outras historiadoras que estudam o papel da mulher na luta armada no continente africano, além de disponibilizar depoimentos importantes que permitem a reflexão a respeito dos papéis de gênero. Além disso, a autora traça a linha básica para a compreensão das organizações de mulheres surgidas desde os primeiros movimentos pela independência, tais como a LIFEMO em 1962, o DF em 1966 e a OMM em 1973.

A pesquisadora finlandesa Jonna Katto publicou trabalhos que abordam o tema da atuação das mulheres na luta de libertação, com foco nas DFs. Na sua dissertação *Gendered narratives of nations and citizenship: female ex-combatants remembering national liberation in mozambique* (2010), ela abordou as experiências das ex-combatentes, residentes em Maputo, muitas delas oriundas da província de Cabo Delgado. A autora explorou as arestas existentes no discurso a respeito de um passado glorioso das antigas combatentes. No artigo *Landscapes of Belonging: Female Ex-Combatants Remembering the Liberation Struggle in Urban Maputo* (2014), Katto fala sobre como a localização espaço-temporal da narrativa, isto é, a localização da experiência cotidiana das mulheres na paisagem urbana de Maputo, determina como as narrativas nacionalistas sobre a memória das mulheres na luta de libertação são elaboradas e como seu significado é negociado em relação a outras paisagens de pertença. Na sua tese *Beautiful Mozambique: Haptics of belonging in the life narratives of female war veterans*, (2017) Katto aprofunda o tema sobre as mudanças nas percepções da paisagem e nos sentidos de pertença socioespacial nas narrativas de vida de mulheres ex-combatentes na província de Niassa, no Noroeste. Essa publicação aborda as experiências das mulheres na área rural, principal material para a publicação da coletânea de entrevistas *A avó foi guerrilheira* (2018).

A historiadora portuguesa Catarina Antunes Costa, em sua tese *O Instituto Moçambicano e o Estado Social da FRELIMO* (2018), aborda a atuação das mulheres moçambicanas na dinâmica da luta da libertação a partir de uma análise do impacto do trabalho do Instituto Moçambicano. Esse é um trabalho importante para a historiografia sobre a independência de Moçambique porque analisa o Instituto para além do seu papel de instituição de ensino. A autora analisa o caráter de organismo de relações internacionais do Instituto Moçambicano para captação de recursos, sob a liderança de Janet Mondlane.

A historiadora brasileira Amanda Santos Carneiro (2018), em sua dissertação *Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1985)*,

analisou a trajetória de Josina Machel, o uso da sua imagem pelo governo moçambicano e o processo de construção dela como símbolo do movimento de mulheres em Moçambique. Josina foi esposa de Samora Machel. É considerada um grande exemplo de militante, que abdicou da oportunidade de fazer um curso superior no exterior para aderir à luta armada, tendo passado um período presa pela polícia portuguesa. Josina Machel era uma figura incansável no trabalho social, que atuou nos processos de mobilização política, realizou treinamento militar, fez atendimento aos feridos na luta, foi diretora de assuntos sociais da FRELIMO, preocupou-se com os órfãos e dedicou grandes esforços na construção de orfanatos. Josina morreu jovem, aos 25 anos, em 7 de abril de 1971. A data da sua morte foi transformada no “Dia da mulher moçambicana” por uma demanda da OMM. A partir da trajetória de Josina Machel, Carneiro problematiza a atuação das mulheres no processo de independência de Moçambique e as políticas de gênero da FRELIMO.

Ainda sobre Josina Machel, Casimiro publicou o capítulo *Morte de Josina Machel*, que integra o livro *As Voltas do Passado: A guerra colonial e as lutas de libertação* (2018), baseado em entrevistas realizadas com jovens mulheres nas províncias de Maputo e Niassa⁷. Esse texto se aproxima do trabalho de Carneiro (2018), pois revisa a biografia de Josina Machel a partir do seu papel de heroína da luta de libertação em Moçambique e das diversas apropriações feitas a partir disso.

Ao concluir a análise da historiografia a respeito da participação das mulheres na luta pela libertação, observa-se que alguns estudos analisam a atuação delas nesse contexto e o papel da emancipação feminina dentro da sociedade moçambicana. Contudo, ainda são escassas as abordagens que apresentem uma visão das mulheres ativamente inseridas na luta de libertação através de uma narrativa efetivamente escrita por elas. Isto é, existe uma carência de perspectivas sobre o silêncio destas mulheres em relação aos traumas das lutas de libertação.

Fala-se da violência do colonialista, porém, onde está o discurso da violência vindo dos homens negros moçambicanos? A violência da luta vinha apenas do principal inimigo, o colonialismo? As falas das protagonistas da luta de libertação sobre aquele período mostram que os homens dúvida da capacidade feminina em lutar, mas elas conseguiram reverter o cenário, sendo bem sucedidas e superando as expectativas. Quando elas denunciam o comportamento inadequado dos colegas, Mussanhane (2012), Zimba, (2013) e em Waty e

⁷ Segundo Cardina e Martins (2018, p. 18) “este é um livro sobre o lugar de memória e do esquecimento da guerra colonial e das lutas de libertação na definição do Portugal democrático e pós-colonial, e na constituição dos antigos territórios africanos em Estados independentes”

Gonçalves (2018), mostram que assumir a condição de guerrilheiras foi uma conquista, e que, a desigualdade de gênero, se existisse, seria secundária diante da grandiosidade da conquista da independência do país. Essas são narrativas feitas naquela época e que ainda permanecem na atualidade.

As heroínas da luta armada falam sobre como conseguiram transformar a resistência existente entre os homens guerrilheiros de que seria positiva à presença das mulheres nas diversas frentes de luta (MUSSANHANE, 2012; ZIMBA, 2013; WATY; GONÇALVES, 2018). Mas, por que essas mulheres não escreveram ou escrevem sobre suas próprias experiências naquele período? Por que as memórias escritas sobre mulheres se concentram na figura de Josina Machel? Por que ainda existem silêncios e contradições na análise crítica da política frelimista de emancipação da mulher? Este trabalho pretende contribuir para o preenchimento destas ausências.

Objetivo

A proposta inicial do trabalho é analisar a atuação da mulher moçambicana no processo de luta pela libertação no período de 1962 a 1975 e identificar a forma como esta participação está conectada ao projeto de emancipação da mulher elaborado pela FRELIMO. Além disso, pretende-se identificar os silêncios existentes no discurso oficial sobre os aspectos positivos desta atuação proferidos pelas antigas combatentes. O objetivo é tentar compreender a presença destas mulheres na luta numa análise que extrapole o discurso hegemônico da FRELIMO. Essa especificidade é relevante porque, mesmo que o sistema político, teoricamente, valorize a mulher, o sistema patriarcal está imbricado ao processo de colonização. Consequentemente, as mulheres, ainda que supostamente valorizadas, ocupam um lugar de subalternidade, resultado da desigualdade social existente entre homens e mulheres. Isso pode ser percebido, por exemplo, na inexistência de narrativas sobre a atuação das mulheres na luta de libertação redigidas por essas mulheres. Homens que atuaram na luta de libertação escreveram suas autobiografias. Aquelas figuras reconhecidas como principais líderes da luta também tiveram suas biografias escritas, por homens e mulheres. Dentre as heroínas da luta de libertação nacional Josina Machel é aquela que possui uma biografia cuidadosamente redigida. A experiência das demais antigas combatentes foram escritas e publicadas em coletâneas. Desta forma essa dissertação tem como problema central entender porque essas mulheres não escreveram suas próprias narrativas sobre aquele período.

Figura 1 - Mapa de Moçambique com as delimitações das províncias, capitais, principais cidades, rodovias, ferrovias e hidrografia.



Fonte: Guia Geográfico (2020a)

Figura 2 - Mapa da Tanzânia com as delimitações das províncias, capitais, principais cidades, rodovias, ferrovias e hidrografia, e destaque da autora para localização dos grupos de apoio a FRELIMO naquele país.



Fonte: Guia Geográfico (2020b)

O ponto de partida da pesquisa é a capital de Moçambique, cidade de Maputo, que até então era o local onde se concentravam as decisões políticas do país. Todavia, as agentes da luta anticolonial, cuja atuação pretende-se analisar nesta investigação, estiveram em diversos locais. As senhoras da LIFEMO estavam no exterior, com concentração maior na Tanzânia. Já

as mulheres do Destacamento Feminino se agruparam inicialmente nas frentes de Cabo Delgado e Niassa, ambas na região norte, estrategicamente localizadas na fronteira com a Tanzânia, zona na qual se concentrou a luta. Já a OMM, criada em 1973, mais próximo do fim da luta armada, a princípio atuou nas zonas libertadas, com a meta de estender sua prática em todo o país, a partir da capital. Nesse sentido, abarcaremos outras realidades espaciais sempre que for necessário.

O marco inicial dessa pesquisa é 1962, escolhido por ser o ano oficial da fundação da FRELIMO, na Tanzânia, e da LIFEMO, primeira instituição formalizada de mulheres para atuar de forma organizada pela luta de libertação.

Por sua vez, o marco final é o ano de 1975, ano em que Portugal reconheceu a independência política dos moçambicanos. Em 07 de setembro de 1974 assinou-se na Zâmbia o Acordo de Lusaka. Nele o estado português reconheceu o direito de soberania plena de Moçambique. Além disso, foi estabelecido um governo de transição entre os membros do governo português e membros da FRELIMO, com o objetivo de garantir a transferência de poderes. Essa transição durou de 20 de setembro de 1974 a 25 de junho de 1975, data em que seria formalmente proclamada a independência política de Moçambique e o dia de aniversário de fundação da FRELIMO. (KHAN, 2018).

Portanto, no período compreendido entre 1962 e 1975, de pouco mais de uma década, Moçambique conseguiu transformar o seu papel no cenário mundial, passando de país colonizado a uma nação independente. Essa conquista foi alcançada por meio da luta armada. A decisão pelo confronto demandou o envolvimento das mulheres, o que levou à alteração significativa na convivência e interação de homens e mulheres moçambicanos. A sociedade se modificou, e essas mudanças não foram lineares. Tanto ocorreram conquistas quanto também silêncios.

Fontes e proposta teórico-metodológica

Essa pesquisa foi realizada com uma variada tipologia de fontes, tais como: discursos oficiais da FRELIMO; livros de memórias e entrevistas produzidos em prol da rememoração da guerra de independência e da atuação das mulheres; e documentos oficiais, atas de reuniões, correspondência, relatórios, jornais e periódicos. Ainda, entre janeiro e fevereiro de 2019, trabalhando em um banco estatal, juntei meus recursos próprios e durante as férias fiz uma viagem a capital de Moçambique. Em Maputo, pesquisei sobre o assunto nos fundos dos arquivos depositados na Biblioteca Nacional de Moçambique, no Arquivo Histórico de

Moçambique (AHM) e no acervo da Frelimo. Ainda, com o objetivo de apurar as aproximações e distanciamentos no discurso sobre o evento, realizei entrevistas com mulheres que atuaram na luta de libertação, o que possibilitou a constituição de uma memória coletiva sobre a atuação delas nesse contexto.

As entrevistas possibilitaram que, em Maputo, eu conversasse com três mulheres que atuaram em frentes diversas da luta de libertação: Joice Hamuza Jack (30 de janeiro de 2019), que foi instrutora política, Elisabeth Sequeira (11 de fevereiro de 2019), que atuou como professora, e Deolinda Guezimane, primeira Secretária Geral da OMM (13 de Fevereiro de 2019). Para a obtenção das entrevistas, foi essencial o contato prévio com a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional e a interlocução com o presidente da instituição, senhor José Joaquim Dombo, que também foi entrevistado no mesmo dia que a senhora Joice Hamuza Jack. As entrevistas foram encontros valiosos que propiciaram a escuta dessas mulheres que narraram suas histórias, sem intermediários e constituíram-se nas minhas principais fontes primárias. A interpretação e análise desse material ajudaram a compreender as diferentes formas de articulação das antigas militantes na luta de libertação. A partir dos relatos sobre si mesmas e sobre o processo no qual estiveram inseridas, foi possível vislumbrar os indícios do passado, os silêncios sobre experiências constrangedoras e/ou traumáticas e a homogeneização de uma memória coletiva. Dessa maneira, o cruzamento com as demais fontes colaborou para a identificação das contradições presentes nesse contexto.

Em relação aos discursos oficiais produzidos pela FRELIMO, aquele nomeado *Libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*, proferido por Samora Machel em março de 1973 por ocasião da fundação da Organização da Mulher, foi o ponto de partida para a análise dos demais discursos oficiais.

Já no que diz respeito aos livros de memórias e entrevistas produzidos em prol da rememoração da luta de independência e da atuação das mulheres, duas obras ganharam destaque. São elas: *Protagonistas da luta de libertação nacional*, de Ana Bouene Mussanhane (2012), que é uma coletânea de entrevistas de ex-combatentes da luta de libertação nacional, e *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*, publicada por Zimba (2013), em parceria entre a OMM, o Ministério dos Combatentes e o Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional. A obra busca dar destaque às militantes e combatentes pela causa da libertação do país. Por fim, o livro *A avó foi guerrilheira*, publicado por Jonna Kato (2018), é um compilado de relatos de ex-combatentes oriundas e residentes na região do Niassa, pertencente ao grupo social Yao.

Esses testemunhos são interessantes porque se distanciam do discurso oficial de heroísmo e exaltação do passado.

Quanto aos documentos oficiais, foram analisadas atas de reuniões, correspondências, relatórios, cartas das esposas dos militantes na província de Mbeya, Tanzânia – que foram as precursoras institucionais da atuação das mulheres através da LIFEMO –, cartas de interlocução com outras instituições femininas internacionais, correspondências e relatórios referentes a acolhimento de refugiados e órfãos. Essa documentação deixou vestígios sobre como as mulheres efetivamente trabalhavam e como enxergavam o seu papel na luta. Nos relatórios e atas, foi possível vislumbrar conflitos e obstáculos encontrados por elas no Destacamento Feminino, como a reivindicação para que pudessem pegar em armas e não apenas atuar em trabalho de apoio, a resistência masculina à sua participação e os contratempos cotidianos da convivência entre os combatentes. Esses documentos foram importantes para evidenciar, sobretudo, como o trabalho destas mulheres resultou na demanda pela emancipação feminina e para permitir a identificação da multiplicidade das personagens envolvidas na luta de libertação, que variava entre senhoras de uma burguesia assimilada, camponesas, operárias, estudantes e intelectuais.

Aporte teórico-metodológico

Adotamos a definição de memória enquanto representação de Sandra Pesavento (2005, p. 94), segundo a qual “a Memória permite que se possa lembrar sem a presença da coisa ou da pessoa evocada, simplesmente com a imagem no espírito e com o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo”. Ao trabalhar com as memórias, particularmente com as entrevistas compiladas nos livros, o/a historiador/a deve ter o cuidado metodológico de ponderar o *gap* de temporalidade entre o acontecimento e a sua narração, bem como o amadurecimento do indivíduo que rememora. Ainda, é importante considerar que, nas entrevistas publicadas, foi aplicada a perspectiva de edição do entrevistador/a, além dos próprios filtros já utilizados pelo(a) entrevistado(a). A entrevistada/o que lembra não é mais o que viveu determinado evento, já que possui uma memória individual que se mescla com a presença de uma memória social, ou seja, rememora num contexto dado, já marcado pelo jogo de lembrar e esquecer. Dessa maneira, ao se fazer uso da memória, é preciso considerar tanto a intencionalidade de quem fala quanto de quem escreve.

A historiadora Eliana Dutra (2013) contribuiu para a reflexão sobre o trabalho de pesquisa com a memória como uma hermenêutica, isso é, um trabalho de interpretação,

ancorado na questão da representação do passado e na constituição de duas formas de conhecimento distintas – a memória e a história. Para pensar sobre a memória coletiva construída em relação à atuação das mulheres na luta de libertação, usamos os postulados de Maurice Halbwachs (1990), que afirma que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória.

A análise de discurso também foi uma importante metodologia a ser usada nesta pesquisa. De acordo com Barros (2005, p. 85), a análise de discurso “poderá se empenhar em identificar contradições ou em trazer a nu ideologias que subjazem sob os discursos examinados”. A linguista brasileira Eni Orlandi (2013, p. 13) destaca que, na análise de discurso, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. O filósofo francês Michel Foucault (2012, p. 10) afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação; mas aquilo porque, pelo que se luta; o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, podemos compreender que o discurso não é apenas uma sequência lógica de frases e palavras que pretendem estabelecer um significado entre si. O discurso seria, antes de tudo, uma importante ferramenta de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social.

A crítica e teórica indiana Gayatri Spivak (2010), em sua obra *Pode o subalterno falar?*, apresenta uma definição de subalterno, que é essencial para a análise da percepção que as mulheres inseridas no processo de luta armada possuem sobre o seu papel. O sujeito subalterno, de acordo com Spivak (2010, p. 12), é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. A intelectual afirma, ainda, que a fala desse sujeito e do colonizado é sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a). A mulher, como marginalizada num sistema colonial-patriarcal, tem seu discurso obliterado e, quando tenta falar, não encontra os meios para se fazer ouvir. A partir da reflexão sobre a situação da subalternidade feminina, a autora chama atenção para a marginalização da mulher no cenário da produção colonial dominado pelo gênero masculino. Ao refletir sobre o discurso que a mulher socialmente excluída não consegue proferir, a autora salienta que o combate a essa situação de inferioridade não se efetiva pela intermediação de outrem, mas sim pela criação de mecanismos para que elas se articulem e sejam ouvidas. Spivak (2010) aponta também para o cuidado metodológico na representação do oprimido,

para que os/as intelectuais que se dedicam a essa análise não acabem por ajudar na manutenção de práticas essencialistas e imperialistas que resultam em violência epistêmica.

A fala de Spivak (2010) sobre o subalterno está alinhada ao rigor metodológico necessário ao uso da história oral, outro importante aporte teórico utilizado nesta pesquisa. A historiadora Verena Alberti (2008, p. 155) define história oral como “uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes de estudos [...] que consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. As entrevistas são uma fonte e, como tal, necessitam de interpretação e análise.

Além disso, ao utilizar a história oral como método, é importante levar em consideração que o papel do/a historiador/a não é dar voz aos de baixo. Esse é um cuidado diretamente atrelado à minha pesquisa, já que a história oral pode se tornar uma compensação para aqueles grupos supostamente sem escrita e incapazes de escrever sobre si mesmos. Spivak (2010) também critica a pretensão acadêmica de querer dar voz aos subalternos. Ela aponta que esse tipo de aspiração nos trabalhos de ciências humanas reforça, ainda que de modo indireto, o preconceito em relação a uma hipotética incapacidade dos grupos subalternizados de deixar registros escritos sobre si mesmos. Essa prática de dar a voz às minorias acaba reforçando as diferenças sociais. O fato de poucas mulheres escreverem sobre suas próprias vivências e sobre a luta de libertação não significa que elas são incapazes de escrever, mas sinaliza que podem existir outros elementos estruturais que sejam obstáculos à essa escrita, fator que também é objetivo desta investigação.

Sobre o trabalho de memória inerente à história, Alberti (2008) afirma que a história oral é a “histórias dentro da história”, pois permite tanto a constituição de uma memória coletiva quanto o conhecimento dos modos de vida de diferentes grupos sociais. A autora salienta, ainda, que as distorções resultantes do distanciamento causado entre o tempo decorrido e a memória podem ser analisadas e levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo.

Uma vez que um dos eixos deste trabalho é analisar o papel das mulheres na luta de independência de Moçambique e investigar qual a imagem que aquelas inseridas ativamente no processo revolucionário construíram sobre a sua atuação, é relevante trazer à tona o conceito de representação. Os textos do intelectual francês Roger Chartier têm sido os mais citados para refletir sobre esse conceito.

As representações do mundo sociais assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário é o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Neste excerto, Chartier elabora a ideia de representação como instrumento teórico-metodológico para compreender as lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre eles. Essas relações existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Dessa forma, esse conceito pode ser usado ao longo da pesquisa no sentido de compreender a maneira como, nos diferentes períodos e localidades, a realidade social das mulheres que atuaram de múltiplas formas na luta pela independência foi percebida, construída e explicada. As representações são influenciadas por disputas de poder e podem ser naturalizadas, questionadas, refeitas e problematizadas, visto que são sempre historicamente construídas.

Ao analisarmos a atuação feminina na luta pela independência, pretendemos identificar como a FRELIMO estruturou o papel das mulheres nesse processo, paralelamente à imagem que elas construíram sobre a sua própria atuação. Buscamos também problematizar o não dito por elas, os silêncios existentes em seus discursos, e investigar possíveis interlocuções sobre a emancipação da mulher moçambicana com os debates sobre raça, gênero e classe daquele período.

A Mulher na História

A princípio, a escolha de investigar a atuação das mulheres no contexto da luta pela independência de Moçambique vai ao encontro das reflexões da historiadora Joan Scott sobre a história das mulheres:

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história. Tem tomado como axiomática a ideia de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e

proporcionar a evidência e interpretações sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado (SCOTT, 2011, p. 77).

No entanto, existe uma crítica à abordagem do tema feita pela autora. Ainda que seja relevante pensar as mulheres como agentes da história e evidenciar as suas várias ações e experiências no passado, pensar os papéis de gênero é um método mais assertivo para avaliar o papel feminino na luta armada. Dessa forma, ao abordar agência e protagonismo de mulheres na história, optou-se por usar uma perspectiva mais atualizada, também de Scott (2012), segundo a qual o gênero é caracterizado pelas relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Sendo assim, é uma construção social e histórica dos sexos. Desta forma, esse conceito diz respeito a um processo determinado pelo contexto sociocultural, político e econômico.

O gênero é construído historicamente e, portanto, é variável e mutável. Ao mesmo tempo, por pautar a percepção das diferenças entre os sexos, constitui-se em um significativo para demarcar relações de poder. Portanto, para entender a desigualdade de gênero na luta pela independência de Moçambique, foi necessário compreender como foram constituídas as relações entre homens e mulheres na distribuição do poder. Nessa perspectiva, a categoria gênero não é pronta e estática. O masculino e o feminino são construídos por meio de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade (LOURO, 1997, p. 57), integradas pela ideia de que homens e mulheres se constroem num processo de relação. Percebe-se, assim, que o gênero se constitui socialmente, de forma que não são necessariamente os órgãos sexuais que definem lugares e papéis de atuação dos indivíduos.

A utilização da chave interpretativa de gênero como categoria útil da história é coerente para que se possa refletir sobre o ideário de emancipação feminina, constituído a partir da luta de libertação. Assim, o conceito de gênero permite a compreensão da subordinação e da opressão das mulheres em Moçambique, que sofriam uma dupla exploração, a do colonialismo e a masculina.

Paralelamente, para expandir a discussão sobre a emancipação feminina em Moçambique a partir da luta de libertação para além de uma perspectiva apenas ocidental, bem como para desnaturalizar o gênero como categoria universal, utilizamos epistemologias de gênero produzidas por intelectuais africanas anglófonas. As nigerianas Oyeronke Oyewumi e Bibi Bakare-Yusuf criticam a interpretação de gênero que o ocidente faz da África e propõem discussões com base na diversidade e nas especificidades das diversas sociedades do grande continente.

No artigo *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas* (2004), a socióloga Oyeronke Oyewumi, contrapõe a hegemonia do uso do gênero como categoria útil da história e expõe sua perspectiva de inadequação do conceito a uma crítica africana. No modelo ocidental, o gênero é o organizador fundamental da família nuclear, de forma que as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro desse contexto. A autora analisa a família ioruba, que por sua vez, é não-generificada, porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero, o que faz com que os seus centros de poder sejam difusos. No caso, o princípio organizador fundamental do seio familiar é a senioridade e na função que a pessoa ocupa no seio daquela sociedade. O status desta pessoa na família pode ser relacional ou situacional, ou seja, ninguém ocupa para sempre uma posição de mais velho ou mais novo dentro da família. Essa fluidez se dá principalmente porque novos membros eram incorporados na família, havendo senioridade entre quem já era consanguíneo e quem entrava posteriormente, por casamento.

Bibi Bakare-Yusuf, no seu artigo *Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana* (2003) contribui para a desnaturalização da categoria mulher como universal. A autora enfatiza a necessidade de analisar a identidade da mulher africana a partir da sua rica multiplicidade e complexidade, e não a partir de teorias especificistas de patriarcado ou mulheristas. Para tanto, deve-se pensar na experiência vivida pelo corpo a partir da fenomenologia da existência feminina africana e a sua diversidade. Ela ainda faz uma crítica ao trabalho de Oyeronke Oyewumi na medida em que a senioridade pode mascarar outros tipos de relação de poder e opressão.

As produções das teóricas moçambicanas entram neste trabalho justamente para trazer a visão da experiência vivida pela mulher moçambicana dentro das multiplicidades e complexidades do país. Ana Loforte (2004; 2008), antiga acadêmica na Universidade Eduardo Mondlane, diz que o conceito de gênero é usado nos projetos para equidade de direitos entre mulheres e homens. Contudo, excelentes ideias e análises de gênero tendem a desaparecer nos momentos de formular estratégias e implementar programas que visem assegurar o acesso a direitos básicos, como saúde e educação para as mulheres moçambicanas. Seu trabalho é pautado nos entrelaces entre a teoria e a prática feminista, principalmente com foco em políticas públicas para a promoção de direitos humanos à mulher moçambicana. No contexto desta dissertação, suas pesquisas são importantes para verificarmos a eficácia da aplicação do compromisso de emancipação feminina assumido pela FRELIMO a partir da luta de libertação.

As produções de Conceição Osório (2002; 2009; 2013) também são importantes para a escrita desta dissertação. A intelectual atua na WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust), uma organização não governamental regional onde está envolvida em pesquisas que buscam a promoção da igualdade de gênero, o incentivo à participação política das mulheres, bem como a garantia dos direitos humanos, principalmente que perpassam pela problemática dos ritos de iniciação aos quais meninas moçambicanas são submetidas. Ainda, as produções acadêmicas da autora envolvem a teoria e a prática feminista, que demonstram que é possível fazer reflexões sobre desigualdade de gênero no continente africano a partir das particularidades do contexto, sem torná-lo uma categoria universal.

Organização dos capítulos

Diante dos elementos apresentados e por meio dos instrumentos teórico-metodológicos discutidos, foi possível compreender o papel da mulher na luta de independência de Moçambique, investigar sobre a imagem que essas mulheres construíram de sua atuação, refletir sobre os silêncios dos seus discursos e sobre a interlocução do ideário de emancipação da mulher na revolução com as reflexões de gênero, raça e classe daquele período. Para organizar essas discussões, este trabalho foi dividido em cinco partes. A Introdução apresenta a pesquisa e detalha quais são os nossos objetivos. Fizemos uma breve revisão crítica a respeito da historiografia disponível, apresentamos as fontes utilizadas e a proposta teórico-metodológica, bem como fizemos uma primeira explanação sobre o papel da mulher na história.

O primeiro capítulo, “Mulheres se organizam para a luta”, contextualiza os movimentos organizados de mulheres surgidos durante a luta de libertação, suas especificidades e seus entrecruzamentos com o ideário de emancipação da mulher proposto pela FRELIMO. Nesta parte também foram identificadas as mulheres que participavam de cada grupo, bem como a sua motivação para aderirem ao movimento.

O segundo capítulo, “O dito e o não dito nas memórias das mulheres da luta de libertação”, trata sobre as violências implícitas e não ditas nas narrativas sobre as mulheres na luta armada. Foi analisado como a construção da unidade nacional moçambicana num contexto onde pensamentos e falas dissonantes eram reprimidas influenciou nas ausências de discursos que não sejam para exaltar o passado heroico da luta de libertação. O capítulo versa ainda sobre o silêncio nas narrativas, o qual pode estar atrelado a traumas e constrangimentos

ou a uma autocensura diante do papel que ocupam na sociedade moçambicana. É também onde analisamos a inexistência de histórias e memórias sobre a atuação das ex-combatentes escrita por essas mulheres. Nesta parte foram analisadas as entrevistas coletadas na pesquisa de campo, em conjunto com as fontes documentais.

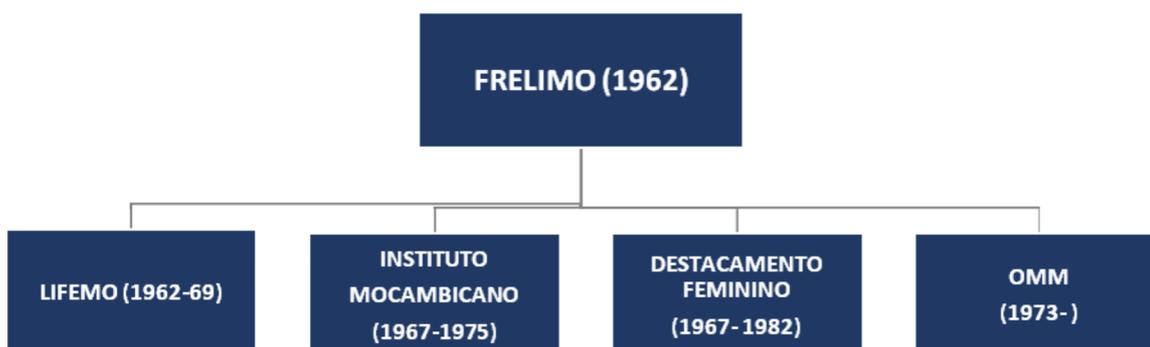
Por fim, o terceiro capítulo, “A emancipação da mulher foi possível?”, analisa a política de emancipação da mulher proposta pela FRELIMO. A análise se inicia a partir de um estudo sobre a importância da educação como ferramenta de autonomia instrumentalização política das mulheres que atuaram na luta de libertação. Problematisamos, a partir do pensamento feminista pós-colonial produzido por intelectuais moçambicanas, se a emancipação da mulher moçambicana constituiu, de fato, um movimento emancipatório. A dissertação é finalizada com as Considerações finais a respeito do tema.

CAPÍTULO 1 – MULHERES QUE SE ORGANIZAM PARA A LUTA

O objetivo deste capítulo é contextualizar o processo de organização dos movimentos de mulheres durante as lutas de libertação em Moçambique, suas especificidades e suas motivações para aderirem ao movimento. Analisamos também a intersecção destes movimentos com o ideário de emancipação da mulher proposto pela FRELIMO. Ainda que estejamos cientes dos múltiplos tipos de mulheres que participaram da luta, optamos por focar nos grupos institucionais, escolha justificada pelas fontes as quais tivemos acesso.

O capítulo está organizado em duas partes: a primeira descreve o início da luta pela libertação e como as mulheres se inseriram na luta. A segunda parte trata das organizações e suas motivações. Nesta, apresentaremos a trajetória da Liga da Mulher Moçambicana (LIFEMO), do Instituto Moçambicano (que não era uma organização de mulheres, mas que teve uma participação feminina relevante), do Destacamento Feminino (DF) e da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), no período entre 1962 a 1975, pretendemos demonstrar as diferenças e especificidades entre essas organizações.

Figura 3 - Sistematização das organizações de mulheres de Moçambique, criadas para atuar na Luta de Libertação Nacional (1962-1975)



Font

e: elaborado pela autora

1.1 Contexto

A partir do avanço da colonização em Moçambique, no século 19, os portugueses impuseram seu poder sobre a população moçambicana. O processo de exploração envolveu a aplicação de trabalho forçado, através do *chibalo*⁸, a coerção econômica, por meio da cobrança de impostos, e a aplicação de leis que não estavam alinhadas aos hábitos e costumes da população local. Também foram criados vários mecanismos de segregação, como a aplicação do estatuto do Indigenato⁹, a necessidade de batismo para aprender a ler e escrever em português e a instituição da assimilação na qual, os portugueses determinavam que os moçambicanos negros educados (assimilados) deviam ser aceitos na sociedade portuguesa na colônia, e deveriam ser considerados em uma categoria social acima da população negra sem estudos. Embora, os assimilados tivessem aprendido a se comportarem de forma semelhante aos portugueses, eles eram considerados inferiores aos portugueses, conforme o Estatuto do Indigenato.¹⁰

1.1.1 A violência colonial e a organização anticolonial

A violência cotidiana também se manifestava de diversas formas. Os portugueses se apropriavam de forma indevida das terras dos nativos moçambicanos, por exemplo. Nesse caso, o colono procurava a área que mais lhe agradasse e, mesmo que fosse ocupada por moçambicanos nativos, dirigia-se à Repartição de Agricultura, declarava a terra como vazia e requeria a posse do local. Então, ao receber o título de propriedade, apossava-se das lavouras e gados e expulsava os moradores (ZAMPARONI, 2007, p. 85). Homens e mulheres sofriam agressões físicas e verbais nas interações com os colonos portugueses, principalmente no que tangia às relações de trabalho. As agressões sofridas pelas mulheres não se limitavam ao trabalho em condições humilhantes e aos insultos recebidos, mas também a atos de violência

⁸ *Chibalo* era uma obrigação moral do trabalho usada para justificar a exploração da mão de obra moçambicana pelos portugueses e se norteara “(...) na utilização de trabalho sub-remunerado através do mecanismo de um recrutamento forçado (...). O termo, ou variações do mesmo, abrange na África Central e Austral formas de trabalho forçado, mal pago ou mesmo não pago, trabalho contratado, trabalho compelido ou mesmo escravatura. Em Moçambique o termo designava todo tipo de trabalho conscrito, fosse ele realizado através de contratos, fosse o trabalho prisional, realizado pelos detidos por bebedeira, vadiagem e outros pequenos crimes” (ZAMPARONI, 2007, p. 113).

⁹ Decreto-Lei n.º 39666 de 20 de maio de 1954.

¹⁰ Ver critérios descritos na nota 5.

sexual. Poucos atos de violência perpetrados pelos colonos portugueses resultaram em qualquer tipo de punição aos seus autores (ZAMPARONI, 2007, p. 138-143).

Em 1960, os movimentos de libertação nacional já estavam se desenvolvendo no continente africano. Algumas ex-colônias francesas e inglesas tinham conquistado a independência mediante negociação conduzida de forma gradativa, gradual e controlada, com destaque para a Ghana de Kwame Nkrumah. Contudo, Portugal não cogitava abrir mão dos seus territórios de ultramar de forma pacífica, já que o país vivia em uma ditadura e a manutenção das colônias era um dos argumentos para a continuidade daquele governo no poder. Dessa forma, a luta armada começou em Angola e se estendeu para as outras colônias sob o domínio de Portugal.

A população moçambicana já estava saturada das diversas arbitrariedades advindas da colonização. A eclosão violenta do Massacre de Mueda acelerou a transformação que estava na eminência de acontecer, baseada nas ideias nacionalistas que já circulavam. Esse foi um dos últimos episódios da resistência dos moçambicanos à dominação colonial antes do desencadear da luta armada de libertação nacional. Segundo a narrativa predominante, uma reunião entre a população do atual distrito de Mueda e a administração colonial foi solicitada pela *Makonde African National Union* (MANU), uma organização que reivindicava a independência daquela região de Moçambique, em conjunto com outras associações. Estavam no encontro o administrador colonial de Mueda e o governador de Cabo Delgado. A reunião terminou com a morte a tiros de um número indeterminado de moçambicanos, não sendo muito clara a razão dos disparos. É crível afirmar que poderia ter sido uma demonstração de força por parte das autoridades para dissuadir a população de lutar pela independência.

Porém, o Massacre de Mueda é habitualmente rememorado pelo Estado moçambicano como mote para explicar o início da luta armada em Moçambique contra o colonialismo (LARANJEIRA, 2018, p. 144-180). O Massacre de Mueda também foi considerado como um importante elemento da cultura nacional para a conscientização da necessidade de luta. Em sua pesquisa sobre o caráter simbólico atribuído ao Massacre de Mueda nas narrativas nacionais constituídas pela FRELIMO e suas relações com a instituição da identidade nacional em Moçambique, a historiadora Cintia Mary de Oliveira (2019), afirma que o episódio foi usado como “elemento mobilizador da população em torno da luta anticolonial, justificativa da luta armada, fomentador da unidade nacional [...], argumento em favor da construção nacional e em oposição ao imperialismo e aos regimes imperialistas da África Austral” (OLIVEIRA, 2019, p. 8).

O movimento nacionalista que conduziria a luta pela independência de Moçambique surgiu na Tanzânia, em 1962, a partir do agrupamento das associações de refugiados e de socorro mútuo que lutavam contra o colonialismo português. Essas instituições eram a MANU, a UDENAMO e a UNAMI, que juntas formaram a FRELIMO, sob a liderança de Eduardo Mondlane, sucedido por Samora Machel após sua morte.

A adesão das mulheres à luta anticolonial ocorreu por múltiplas razões. A mais evidente foi a conscientização de que o território de Moçambique deveria ser para os moçambicanos, e que os portugueses eram invasores que os exploravam sem legitimidade. No pós-Segunda Guerra Mundial, depois do holocausto dos judeus, avolumaram-se as discussões a respeito do disparate que era a ideia de superioridade de uma raça em relação às outras. Discussões pan-africanistas, já existentes desde o século 19, tomaram volume no pós-Segunda Guerra, quando ocorreu o aprofundamento da ressignificação do uso de raça como termo biológico aplicado aos humanos, bem como a queda das teorias de inferioridade do negro. Porém, foi necessário que pessoas brancas morressem num genocídio como o holocausto para que houvesse empatia em relação à permanência do processo de exploração das pessoas negras no continente africano. Mesmo que a abolição formal da escravização tenha ocorrido no século XIX, até os anos 1970, os portugueses submetiam os africanos ao trabalho forçado. A interlocução entre intelectuais negros na diáspora solidificou o rompimento com as teses de inferioridade africana e consolidou a negação do racismo, do escravismo, da marginalização social, da marginalização religiosa e da colonização (M'BAH, 2004, p. 13).

Na capital Lourenço Marques (chamada Maputo no pós-independência), havia a atuação dos estudantes do NESAM. Este Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique era um grupo de estudantes oriundos, em sua maioria, de famílias de assimilados. Desse núcleo saíram figuras que ocupariam lideranças da FRELIMO, como Joaquim Chissano e Armando Guebuza¹¹.

O NESAM foi fundado em 1949, tendo Eduardo Mondlane um papel importante na sua fundação, e era uma associação de jovens estudantes secundários, radicados em Lourenço Marques, que faziam parte do Centro Associativo dos Negros. Este Centro pertencia à pequena camada de famílias assimiladas residentes na capital e era responsável por promover a convivência social entre os seus integrantes, com festas, excursões, etc. O NESAM era composto pelos filhos das famílias que frequentavam o Centro Associativo dos Negros. Em um primeiro momento, o objetivo do NESAM era amparar os estudantes de fora da capital

¹¹ Eles se tornaram também presidentes de Moçambique. Joaquim Chissano de 06 de novembro de 1986 a 02 de fevereiro de 2005. Armando Guebuza de 02 de fevereiro de 2005 a 25 de janeiro de 2015.

que iriam estudar em Lourenço Marques, único lugar onde era possível cursar o ensino secundário. Até o fim dos anos 50, as atividades do NESAM não tinham nenhuma expressão política. Com o desencadear da luta armada em Angola e a emergência do pensamento anticolonial no continente africano, o NESAM mergulhou na sua fase efetivamente política entre 1958 a 1964. Nessa ocasião, iniciou-se um movimento de mobilização nacionalista, de conscientização sobre a situação colonial e de luta pela autonomia de Moçambique (CASIMIRO, 2012, p. 122-126).

No NESAM já havia a mobilização e a conscientização política, uma vez que muitos dos membros já tinham lido os livros dos intelectuais que falavam do nacionalismo africano, como por exemplo, Aimé Césaire e Kwame Nkrumah. Apesar da sua ação limitada, o núcleo promoveu contatos e estabeleceu uma rede de comunicação que contribuiu para a consolidação das lideranças da luta de libertação. O grupo também contava com a participação de mulheres, que posteriormente aderiram à FRELIMO. Dentre elas, destaca-se Josina Machel, que explicou como ocorreu seu processo de conscientização sobre a colonização portuguesa, sobre a necessidade de romper com esse processo e a respeito de sua participação ativa no NESAM:

Os colonialistas queriam enganar-nos com o seu ensino; ensinavam-nos só a história de Portugal, a geografia de Portugal; queriam formar em nós uma mentalidade passiva, para nos tornarem resignados à sua dominação. Não podíamos reagir abertamente, mas tínhamos conhecimento de sua mentira; sabíamos que o que eles diziam era falso; que éramos moçambicanos e nunca podíamos ser portugueses. (...) Queríamos organizar-nos, mas fomos perseguidos pela polícia secreta. Tínhamos atividades culturais e educacionais, mas durante discussões, reuniões e debates tínhamos que estar constantemente atentos à polícia... A polícia perseguia-nos, e proibiu mesmo o NESAM (MONDLANE, 1975, p. 120).

O depoimento acima foi publicado no livro *Lutar por Moçambique*, em novembro de 1968. O livro foi escrito em inglês por Eduardo Mondlane, na época presidente da FRELIMO. O objetivo da obra era fazer circular no mundo as informações sobre a luta armada que ocorria em Moçambique. Para Mondlane, em comparação com as demais colônias portuguesas, principalmente Angola, pouca atenção era dada ao país. Assim, era necessário fazer com que Moçambique se tornasse mais conhecido.

Segundo Mondlane, o depoimento de Josina Machel, bem como os demais relatos pessoais do livro, proveio principalmente de uma série de entrevistas gravadas em um dos campos militares da FRELIMO, no princípio de 1968. Nesse contexto, Josina Machel e outros membros do NESAM faziam parte de atividades de formação política. Estas atividades eram compostas por ciclos de debates, grupos de estudos, bailes e convívios culturais, que

enfaticavam a valorização da cultura nacional de Moçambique. Assim, além das discussões que aconteciam no NESAM, Josina Machel e outros membros foram se informando a respeito das discussões sobre os movimentos nacionalistas que estavam se organizando continente africano, inclusive sobre a mobilização da FRELIMO pela independência de Moçambique, principalmente através de rádios instaladas na Tanzânia. O NESAM foi fechado em 1965 pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)¹².

1.1.2 A importância do rádio no processo de conscientização dos moçambicanos

O rádio foi um importante instrumento para o processo de conscientização sobre as ideias nacionalistas. O intelectual martinicano Frantz Fanon (1968), no livro *Sociología de una revolución*, elaborou um estudo teórico sobre a revolução argelina. Em sua obra, Fanon fez um relato participante a respeito da emergência da consciência nacional no país no desenrolar da luta de libertação, entre 1954 e 1962, na qual atuou como médico e guerrilheiro, e tratou da importância do rádio. Na seção “Aquí la voz de Argelia...”, o autor desenvolveu uma análise sobre a transformação do papel do rádio na sociedade argelina, que passou de meio de contato dos franceses residentes na antiga colônia com o “mundo civilizado”, para uma importante ferramenta de mobilização política. Se a comunicação fosse apenas escrita, por meio de jornais e folhetos, as massas ficariam à margem da luta, já que grande parte da população era analfabeta. Escutar o programa *Voz de Argelia* no rádio passou a ser o único meio de obter fontes não francesas a respeito da revolução, além de funcionar como um elemento de coesão e introdução de informações para uma camada maior da população (FANON, 1968, p. 50-76).

O rádio não era um dispositivo acessível a toda a população, porém, ao menos na Argélia, o uso do aparelho à pilha permitia a sua utilização independente da luz elétrica e por um grupo maior de pessoas. Era comum que os proprietários do rádio dividissem a programação com os vizinhos. Apesar das diferenças entre os países, muitos dos mecanismos utilizados na luta de libertação de Moçambique foram inspirados na luta da Argélia, inclusive porque os primeiros guerrilheiros moçambicanos tiveram treinamento naquele país. Por isso, é possível supor que o rádio também foi um instrumento para a conscientização sobre a necessidade de combate ao colonialismo em Moçambique.

¹² A PIDE foi a polícia política portuguesa, que atuou entre 1945 e 1969, responsável por reprimir todas as formas de resistência ao governo ditatorial em andamento em Portugal e nas colônias naquele período.

As famílias escutavam juntas ao rádio, inclusive as mulheres. Assim, o pensamento nacionalista ecoava em todos os ouvintes, os quais se tornavam multiplicadores da necessidade da busca pela independência. Dessa forma, a ideia da emancipação do jugo colonial foi se espalhando ao longo de Moçambique. A militante Maria da Luz Dai Guebuza, que trabalhou no Comissariado Político e no Centro Educacional de Tunduru (1969-1974), na Tanzânia, conta que, em sua juventude, começou-se a falar de política, de como o regime colonial atuava e da submissão da população à violência física e simbólica ao regime. Reforçou ainda que, às escondidas, todos ao seu redor escutavam o programa radiofônico “A voz da Frelimo”.

O meu pai não falava de política conosco, nós éramos crianças. Porém, a partir de certa altura, quando eu tinha 14 anos, começou a falar-nos de política, como é que o regime colonial actuava e a perseguição a que estava sujeito. Às escondidas escutávamos o programa radiofônico "A voz da Frelimo". Entretanto, o meu pai foi preso (GUEBUZA, Maria da Luz, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 544).

A fala de Maria da Luz Guebuza ilustra o que aconteceu em muitas famílias moçambicanas durante o período da luta de libertação: adultos que não discutiam política com crianças e com mulheres passaram a discutir. O rádio foi um dos primeiros instrumentos a romper com a barreira de comunicação, contribuindo para que política fosse debatida e para que a conscientização se ampliasse. Inclusive foi devido ao envolvimento com a política e com o movimento pela independência, que seu pai, Joaquim Dai, foi preso.

Pouco tempo depois, o pai de Maria da Luz foi solto e toda a família conseguiu se refugiar na Tanzânia. A militante fez parte dos primeiros grupos de treinamento do Centro de Preparação Política Militar de Nachingwea, local onde conheceu seu marido, Armando Guebuza¹³, com quem se casou no período da luta.

O relato de Juvenalia Abiatar Muthemba, irmã de Josina Machel, corrobora essa perspectiva sobre o ecoar do sentimento nacionalista e o processo de conscientização terem sido influenciados pelas ondas das estações de rádio dos países independentes, como Gana e Tanzânia:

[...] havia o sentimento nacionalista no seio dos nossos pais cuja efervescência era gerada pela escuta dos programas da Frelimo a partir da Rádio Tanzânia. Era 1963. [...] Na altura eu já estava minimamente informada e escutava a rádio Gana, sobre o nacionalismo; falava-se já do nacionalismo na Tanzânia. É nesta base que neste

¹³ Armando Guebuza foi presidente de Moçambique de 2005 a 2015 e Maria da Luz foi a primeira dama do país naquele período.

núcleo se transmitiam estas notícias para a consciencialização dos jovens (MUTHEMBA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 503).

Juvenália Abiatar Muthemba foi presa em maio de 1965, juntamente com um grupo de pessoas que iam de Moçambique para a África do Sul. A PIDE fez uma armadilha para impedir que refugiados saíssem do país para se juntar à FRELIMO. Eram 75 pessoas, sendo 55 homens, 14 mulheres e 6 crianças (MUTHEMBA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012 p. 506). As mulheres permaneceram numa cadeia em Lourenço Marques até janeiro de 1969. Nos três anos e oito meses em que ficou presa, Juvenália continuou dentro da prisão o trabalho de conscientização ao qual tinha tido acesso previamente. Por iniciativa própria, em conjunto com outras prisioneiras, organizou aulas de alfabetização em português e inglês e até mesmo celebrações nas datas comemorativas da FRELIMO.

Juvenália narra que seu pai Abiatar Sansão Muthemba também foi preso devido às atividades das filhas militantes (além de Josina, e da própria Juvenália, Esperança era a outra filha ativa na militância pró-independência). Por esse motivo, quando saiu da cadeia, foi trabalhar numa fábrica de roupas para ajudar na subsistência da mãe e dos irmãos mais novos. A prisão e posterior necessidade de apoiar a família fizeram com que a sua atuação política seguisse outro viés, que não envolveu a luta armada e os demais trabalhos inerentes à batalha pela independência no norte de Moçambique.

Quando lemos relatos de guerrilheiras e comissárias políticas que atuaram na luta de libertação de Moçambique, há a predominância de um discurso hostil em relação aos portugueses e uma narrativa coesa sobre os motivos para a adesão à luta de libertação, conforme o relato de Juliana Miguel Ntumbate.

A Frelimo fez a guerra pelo povo; o povo perguntava razões da guerra e nós explicávamos que estávamos a lutar para liberta-lo e a terra, lutávamos para o Português sair da nossa terra. Dizíamos que nós pedimos aos portugueses para saírem, mas que não queriam sair; os nossos pais estavam a trabalhar para receber miséria, era trabalho forçado, de manhã à noite. Não tínhamos roupa. Então vimos que não era possível viver com eles (NTUMBATE, 2012, apud MUSSANHANE, 2012, p. 479).

O depoimento de Juliana Miguel Ntumbate é eloquente sobre a atuação da FRELIMO no combate à presença dos portugueses em Moçambique. Mas, sua fala também é reflexo do papel que ocupava na luta de libertação, já que foi comandante do DF (Destacamento Feminino, o braço armado feminino das forças armada pela libertação de Moçambique) e comissária política. Como comissária política, Ntumbate falava com o povo sobre a

necessidade de transportar material e fazer a *machamba*¹⁴, bem como reforçava a indispensabilidade de dar comida aos guerrilheiros que lutavam pela libertação da terra. Já no papel de comandante do DF, a militante descreve que, em determinado momento, mesmo diante de vários sacrifícios, chegando até a passar fome e sede, todos permaneceram firmes na luta.

Juliana Ntumbate presenciou atitudes cruéis dos portugueses durante o período de batalha. Ela narra que os lusos construíram uma espécie de buraco para massacrar os moçambicanos e tinham coragem de chamar os conterrâneos para mostrar como os africanos morriam. Nesse contexto, eram capazes de chamar alguém para subir em um lugar alto e empurrá-lo para que caísse em cima das pedras e morresse (NTUMBATE, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 479). No excerto do relato de Juliana, vemos a narrativa do passado de exploração portuguesa que se reproduziu na luta de libertação, baseada no tratamento desumanizado à população moçambicana, bem como na indisposição para alcançar uma solução pacífica para a independência do país.

Para aquelas mulheres, a questão não era apenas o combate ao colonialismo, mas também a luta por elementos básicos. A possibilidade de estudar e a oportunidade de construir uma sociedade com as características locais eram motivos mais fortes do que considerar o modelo europeu como padrão. As pessoas queriam ter a própria cultura sem que fossem exploradas por brancos que achavam que os negros africanos eram inferiores e, por isso, deveriam se submeter. Logo, o que aquelas mulheres buscavam na luta de libertação tinha sido moldado pela natureza das dificuldades que já haviam experimentado na vida, dependendo da posição que ocupavam na sociedade. Incluía-se, nesses casos, a fuga da brutalidade portuguesa, a busca por segurança e o sentimento de contribuir pela causa nacionalista.

Assim no contexto de criação das instituições organizadas por mulheres, a conscientização da população a respeito da luta pela independência de Moçambique ocorreu em espaços de formação políticas diversos. O NESAM foi o espaço de mobilização política de estudantes, que promoveram contatos e estabeleceram uma rede de comunicação que contribuiu para a solidificação das lideranças da luta de libertação. O uso do rádio também foi de extrema importância para difusão das informações a respeito das movimentações pela independência. Num país onde grande parte da população era iletrada, programas como “A

¹⁴ Terreno para produção agrícola familiar.

Voz da Frelimo” foram um importante instrumento de difusão do ideário da luta pela independência.

A seguir, analisaremos a trajetória de formação de quatro grupos, suas diferenças, especificidades organizacionais e objetivos: a LIFEMO, o Instituto Moçambicano, DF e a OMM, no período entre 1962 a 1975.

1.2 Liga Feminina Moçambicana– LIFEMO (1962 – 1969)

Em julho de 1962, um grupo de mulheres moçambicanas participou da Conferência Pan-Africana das Mulheres, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, o que foi o primeiro passo para a criação da Liga Feminina Moçambicana (LIFEMO). Depois da realização do 1º Congresso da FRELIMO (setembro de 1962), a direção deste partido se reuniu com as membras da LIFEMO em 18 de dezembro de 1962 para estudar a nomeação das responsáveis provisórias dessa organização feminina. À ocasião, foram indicadas a Sra. Selina Simango para Presidente e Madalena Honwana para secretária geral. A primeira era esposa de Uria Simango, o qual era naquele momento o vice-presidente da Frelimo.¹⁵ (CASIMIRO, 1986, p. 122).

A LIFEMO foi a primeira organização feminina ligada à FRELIMO, localizada no exterior, com sede em Mbeya, na Tanzânia. A Liga, criada por iniciativa das próprias mulheres, era entendida como uma associação de esposas de militantes, que tinham como objetivo apoiar as famílias que se juntavam à causa e explicar os propósitos da luta. As senhoras, nesse contexto, faziam um trabalho voltado para o acolhimento de militantes exilados no exterior, recolhimento de roupas e alimentos para as vítimas da guerra, órfãos e viúvas. As membras da LIFEMO também, participavam de congressos e conferências internacionais de mulheres e faziam a interlocução do movimento de mulheres de Moçambique com outros grupos semelhantes ao redor do mundo.

Carneiro (2018) descreve o trabalho das mulheres da LIFEMO, com foco em Selina Simango e Priscilla Gumane. Segundo a autora, essas mulheres viajavam e interagiam com outras em conferências internacionais, tais como China, Egito e Alemanha Oriental, notadamente países com um alinhamento ideológico socialista. Nessas ocasiões, discutiam

¹⁵ Uria Simango era da UDENAMO. Após a criação da FRELIMO, (ano) tornou-se vice-presidente da mesma. Após a morte do presidente da FRELIMO Eduardo Mondlane (1969), Simango disputou o cargo da presidência do partido com Samora Machel, em 1969, mas perdeu. Simango tentou constituir uma oposição à FRELIMO, juntamente com outros partidos e organizações, mas esta foi mal sucedida. Consequentemente, Uria Simango e Selina foram presos, reenviados para campos de reeducação e executados como traidores da pátria em 1979.

sobre a necessidade da independência das mulheres e o quanto elas também podiam ser atuantes e parceiras no contexto da luta. Também, aprendiam sobre cooperação política e trocavam experiências. Carneiro (2018) apresenta, ainda, um documento da PIDE que afirma que Priscilla Gumane havia sido a proponente da formação de um Destacamento Feminino, convidando inclusive as mulheres para a luta armada.

A LIFEMO prezava pelo envolvimento das mulheres na luta de libertação. Por isso, a referida Liga entrou em conflito com a FRELIMO por que as integrantes entendiam que o seu trabalho, apesar de importante, contribuía de forma pouco efetiva para o esforço da luta armada. Em um discurso proferido pelo líder Samora Machel, em 1973, ele fez duras críticas à atuação pregressa da LIFEMO, descrevendo as razões do insucesso do trabalho daquelas mulheres e apontando inclusive que a atuação da organização não prezava pela emancipação da mulher.

Recuemos a uma outra experiência que vivemos, a LIFEMO. A LIFEMO criou-se em Mbeya, em junho de 1966. Nessa reunião, onde só participaram praticamente elementos marginais na luta, elas elegeram uma direção ignorante da luta no País, fixaram-se algumas tarefas, fora das perspectivas reais de luta. [...] Como um fruto podre, a LIFEMO decompõem-se por si própria. Porque? Quando a LIFEMO se constituiu, em que fase se encontrava a FRELIMO, a revolução moçambicana e a mulher?

A FRELIMO ainda não tinha estruturas sólidas, a sua linha não estava suficientemente compreendida e assumida, porque ainda não fora provada pela luta. Os seus quadros e direção não estavam temperados pela luta, não possuíam experiência. [...].

Podemos dizer, pois, que no momento da LIFEMO, o processo revolucionário ainda se encontrava na sua fase inicial. Neste quadro, compreende-se a dificuldade de se travar a batalha pela emancipação da mulher. Ela é inseparável do desenvolvimento da Revolução. Por consequência, para LIFEMO, falar de emancipação da mulher, era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação do que se fazia no mundo uma moda superficial.

Assim era, porque nesse momento a mulher em geral não aparecia engajada na luta. O que é mais importante ainda, as que estavam engajadas, foram discriminadas, não foram convidadas a participar na Conferência.

Sem engajamento, sem tarefa, a LIFEMO estava condenada a definhir, a tornar-se anémica e morrer, o que aconteceu. Hoje existem realmente as condições para o desencadeamento vitorioso da batalha.

A linha da FRELIMO foi assumida e aprofundou-se na prática, os nossos quadros ganham experiência, temperam-se na luta e assim o processo de purificação das nossas fileiras desencadeou-se. O processo revolucionário afirmou-se, a luta transformou-se, já em Revolução a unidade nacional torna-se unidade ideológica (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1973).

O discurso contundente de Samora Machel refletia o pensamento das diversas pessoas envolvidas diretamente na luta. Pode-se dizer que é uma síntese de um conjunto de julgamentos e condenações feitos por muitas das pessoas que sabiam da existência daquela organização. A LIFEMO foi criada num período no qual o ideário de emancipação da mulher

ainda não era amplamente discutido dentro do movimento pela independência de Moçambique. Quando Samora Machel falou das mulheres engajadas na luta ele se referia aquelas que já estavam na frente de combate, e que teriam sido discriminadas pelas membras da LIFEMO. Entre as integrantes da Liga não estava sedimentada a ideia de que a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres era um pré-requisito para o sucesso da Revolução. O desconhecimento não era simplesmente o resultado do desinteresse aquelas mulheres. A própria FRELIMO estava se estruturando ideologicamente quando a LIFEMO foi criada.

A menção ao trabalho mal sucedido da LIFEMO nesse discurso serviu como ponto de partida para o presidente valorizar o papel da mulher na luta armada, exaltar o trabalho do DF e introduzir a criação da OMM, análises que serão feitas nas próximas seções.

Existiam severas críticas à atuação da LIFEMO que, estabelecida no exterior de Moçambique, sofria limitações básicas que a impediam de desempenhar um papel relevante. A Liga era uma organização autônoma, independente da FRELIMO. Segundo os seus estatutos, apesar de apoiar a FRELIMO, não esteve organicamente ligada a FRELIMO até 1966. Entendemos que até então era um trabalho mais de parceria entre as duas organizações, do que a LIFEMO submetida a FRELIMO. Essa autonomia prejudicou a LIFEMO na resolução de diversas situações inerentes ao amparo à luta que divergiam de decisões que seriam tomadas pela FRELIMO.

Em 1966, data do primeiro Congresso da LIFEMO, já havia em Moçambique mulheres combatentes que se destacavam pelo seu bom trabalho. O evento foi realizado justamente porque o trabalho do grupo vinha sendo considerado desorganizado. Uma das demandas apresentadas à LIFEMO foi a necessidade de ligação e interlocução do trabalho de captação de recursos, doações e mobilização política com o das mulheres combatentes com o trabalho das mulheres da Liga (SAIDE, 2014). A líder da LIFEMO, Selina Simango, não concordou com esse novo papel para a sua organização e tornou invisível a atuação das guerrilheiras, já que não considerava adequada a presença de mulheres na frente de batalha. Pode-se dizer que esse foi o princípio do fim da LIFEMO.

Localizar-se no estrangeiro foi um fator determinante para o fim da LIFEMO, já que suas participantes não tinham plena consciência do que ocorria no interior de Moçambique. As suas estruturas importadas do exterior não correspondiam às exigências da luta armada. Além disso, a Liga não tinha a capilaridade necessária para atender às demandas dos locais onde, de fato, estavam ocorrendo a luta, ou seja, nas no interior e no norte de Moçambique.

Por isso, a separação da realidade foi se aprofundando e a Liga aos poucos caiu no ostracismo.

Ainda que a LIFEMO estimulasse a participação das mulheres na luta de libertação, o seu projeto político não aderiu à ideia de emancipação feminina. Portanto, esses fatores foram determinantes para que o Comitê Central da FRELIMO, em reunião em abril de 1969, decidisse pela fusão da LIFEMO com o Destacamento Feminino, doravante DF. Daquele momento em diante, o DF passou a constituir a estrutura principal da participação da mulher na luta. Selina Simango foi presidente de 1962 até a extinção da Liga, em 1969. Antes disso, o apoio à LIFEMO já tinha se esvaziado e, quando o fracasso foi de fato reconhecido, as mulheres do DF continuaram o trabalho de mobilização como Comissárias Políticas e nos infantários¹⁶. Josina Machel foi indicada como chefe do Departamento de Assuntos Sociais do Destacamento Feminino para conduzir de forma organizada assuntos que até então eram geridos de forma mal sucedida pela LIFEMO.

Apesar das duras críticas feitas por Samora Machel ao trabalho da LIFEMO, fica a dúvida se esse julgamento era de fato pertinente e justo, ou se era oriundo da rivalidade que o presidente tinha com os maridos das senhoras que lideravam a Liga, neste caso, estamos nos referindo à Paulo Gumane e Uria Simango.

1.3 Instituto Moçambicano (1963 – 1975)

O Instituto Moçambicano foi fundado por Eduardo Mondlane e Janet Mondlane em 1963. As produções que abordam a criação e o funcionamento do Instituto ao longo da luta de libertação são escassas. Contudo, a historiadora portuguesa Catarina Antunes Costa, em sua tese *O Instituto Moçambicano e o Estado Social da FRELIMO* (2018), desenvolveu um trabalho de caráter inédito em relação à abrangência na abordagem da organização. Por isso, essa referência é uma das bases desta seção.

Ao criar o Instituto Moçambicano, Eduardo Mondlane e Janet Mondlane tinham como missão inicial ser um braço da FRELIMO para realizar o acolhimento e promoção da educação dos jovens refugiados. Rapidamente, o órgão se tornou ainda responsável por angariar fundos e fornecer apoio técnico ao funcionamento da assistência social, médica e cultural. Eduardo Mondlane tinha sido professor nos Estados Unidos e ex-funcionário da ONU e Janet Mondlane era norte-americana. Estes fatores facilitaram as redes de

¹⁶ Infantário são os espaços destinados ao cuidado das crianças, que aqui no Brasil abrangeria da creche a educação infantil até os 6 anos. No âmbito da luta de libertação também adquiriram um caráter de orfanato.

sociabilidade que deram acesso aos doadores. A Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, ambas estadunidenses, foram as primeiras doadoras do Instituto Moçambicano (COSTA, 2018, p. 90).

Eduardo Mondlane foi convidado pelos diversos movimentos em Moçambique que buscavam a independência de Moçambique para se juntar à luta. Ele possuía prestígio social, acadêmico e profissional e certo grau de imparcialidade, elementos reconhecidos como condição necessária para contribuir para a unificação dos vários movimentos que lutavam pela libertação de Moçambique. Para Julius Nyerere, líder político da Tanzânia, a unificação dos diversos movimentos que reivindicavam a independência moçambicana era o pré-requisito para que ele liberasse territórios em seu país para abrigar os militantes moçambicanos (COSTA, 2018, p. 90).

Ao abandonar a vida nos Estados Unidos para aderir à luta, o casal Mondlane tinha a aspiração de que ela ocupasse algum cargo importante dentro da FRELIMO. Porém, essa era uma questão que, por razões políticas, merecia cautela, dado que Janet era uma cidadã americana, branca e estrangeira. Além disso, até então, a FRELIMO não tinha tido nenhuma mulher na liderança de algum departamento, mesmo já existindo o discurso sobre a necessidade da emancipação feminina. Caso, a primeira liderança feminina na FRELIMO viesse a ser exercida por uma mulher com as características de Janet seria um acontecimento polêmico para o partido.

Contudo, a direção de um projeto educativo como o do Instituto Moçambicano poderia ser exercida por Janet, sem controvérsias políticas. Desde o início, a organização foi enquadrada legalmente como fundação ao estilo das legislações americana e britânica que os tanzanianos tinham herdado, por imposição dos doadores, especialmente da Fundação Ford (COSTA, 2018, p. 72). Além disso, o Instituto era independente, mesmo que formalmente, já que não declarava apoio político explícito ao movimento de libertação. Essa autonomia era importante para os doadores internacionais, porque, naquele contexto, muitos deles se alinhavam politicamente aos antigos colonizadores. Como não podiam apoiar um movimento de guerrilha, os doadores fundamentavam a sua ajuda humanitária às vítimas do colonialismo em um órgão supostamente neutro (COSTA, 2018, p. 134).

Antes da criação do Instituto Moçambicano, Janet Mondlane tentou trabalhar, inicialmente, junto com algumas mulheres moçambicanas que de alguma forma estavam ligadas à resistência. Janet Mondlane buscou se corresponder com elas com o objetivo de se inteirar sobre a criação de uma Liga das Mulheres Moçambicanas (COSTA, 2018, p. 94), que podemos inferir se tratar da LIFEMO. Porém, essas aproximações não foram suficientemente

eficazes para fazer a futura diretora ingressar num projeto já iniciado por outro grupo de mulheres. O casal Mondlane optou, então, por criar um outro tipo de organização, condizente aos seus preceitos de apoio e assistência.

Na perspectiva de Costa (2018), Janet Mondlane utilizou os seus conhecimentos de sociologia para erguer uma instituição que viria a ser pioneira dentro do gênero. O Instituto era centro de angariação de fundos cujo propósito era financiar e assistir, através de seus serviços técnicos, os programas do departamento de educação e cultura, do departamento de saúde e do departamento de assuntos sociais, bem como a própria LIFEMO. Segundo as fontes escritas analisadas pela historiadora, a LIFEMO colaborou de uma forma próxima com o Instituto Moçambicano, com destaque aos trabalhos desenvolvidos com crianças órfãs.

Era comum a confusão, mesmo entre os militantes da FRELIMO, entre o Instituto Moçambicano e a LIFEMO. Esse equívoco pode ser oriundo dos fatos de se ter usado durante um longo tempo o mesmo nome – Instituto Moçambicano – para ambas as instituições e elas terem funcionado nas mesmas premissas. Contudo, desde sempre a LIFEMO esteve ligada à FRELIMO, inicialmente numa espécie de parceria, sendo que formalmente incorporada a estrutura do partido a partir do Congresso de 1966. Não manteve durante toda a sua duração o verniz de autonomia do Instituto Moçambicano. De fato, as fontes as quais tivemos acesso descrevem que algumas tarefas executadas pela LIFEMO eram exatamente as mesmas do Instituto Moçambicano: demandavam ajuda e materiais aos países doadores, faziam interlocução para acessar bolsas de estudos no exterior para moçambicanos e organizavam orfanatos.

Já em setembro de 1963, a então presidente da LIFEMO, Selina Simango, recebeu uma carta da Secretária Geral da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Rosa Jasovich Pantaleon, de Berlim, Alemanha, referente ao pedido de ajuda.

[...] Em relação ao seu pedido, faremos o possível para atendê-lo. Transmitimos imediatamente sua necessidade a certas organizações nacionais da WIDF que têm a possibilidade de ajudá-las. Conseguir as coisas que você solicita não é tão difícil, mas o problema é como enviá-las para você. Também estamos preocupadas com as taxas que você terá que pagar ao receber essas coisas em seu país. A melhor maneira seria alguém levar essas coisas diretamente para você. Você conhece alguém por acaso, talvez da sua organização ou perto de você, que esteja em algum lugar da Europa e esteja indo para Tanganyika? Você poderia tentar descobrir sobre esses problemas e nos informar? (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1963, tradução nossa).¹⁷

¹⁷ *Concerning your request, we will do our utmost to meet it. We immediately transmitted your need to certain national organisations of the WIDF which have the possibility to help you. To obtain the things you request it self is not so difficult, but the problem is how to send them to you. We are also anxious about the duties you will have to pay when you receive these things in your country. The best way would be to have someone take these things*

O trecho refere-se à resposta da organização internacional, localizada em Berlim Oriental, à demanda de materiais feita por Selina Simango. A secretária geral da organização afirma que é fácil conseguir os produtos demandados, porém, não sabia como enviar os donativos ao país (no caso a Tanzânia), além de temer a cobrança de impostos que poderiam existir no recebimento dos produtos. Por isso, questiona se havia alguém na Europa que poderia pegar as doações para levar ao país. Ao analisarmos essa fonte, vemos as mulheres da LIFEMO já atuando na interlocução internacional com outras organizações femininas na solicitação das doações, lidando com questões de logística em 1963, ano em que o Instituto Moçambicano ainda estava sendo criado.

Em outra carta enviada pela Secretária Geral da LIFEMO, Madalena Honwana, para a Administração da FRELIMO em Mbeya, datada de 25 de fevereiro de 1966, trata-se da concessão de três bolsas de estudo para três mulheres jovens, com patrocínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nessa carta, escrita em inglês, a secretária inicia afirmando que:

De acordo com a linha e o programa da Liga (LIFEMO), temos a possibilidade e a tarefa de atender às necessidades educacionais, inclusive com bolsas de estudos para meninas e mulheres jovens que consideram moral e educacionalmente adequadas para aproveitar a oportunidade. Atualmente, temos à nossa disposição três bolsas de estudo da URSS (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1963, tradução nossa)¹⁸.

Essa carta também deixa claro o compromisso da LIFEMO com a educação, missão semelhante à declarada pelo Instituto Moçambicano. Deixa explícita ainda a intenção de se fornecer educação para mulheres, objetivo já alinhado com a orientação de emancipação da mulher. Por fim, é uma fonte que salienta, mais uma vez, a atuação internacional da LIFEMO.

Por fim, numa outra carta, datada de 19 de junho de 1967, da Presidente da LIFEMO, Selina Simango, para o secretário administrativo da FRELIMO, consta a demanda para aquisição de uma casa para o programa de orfanato. Esse documento também mostra o comprometimento da LIFEMO com a assistência social, notadamente, o cuidado dos órfãos e a criação de mais estrutura para acolhê-los.

directly to you. Do you know by chance someone, perhaps of your organisation or close to you , who is somewhere in Europe and will be going to Tanganyika? Could you please try to find out about these problems, and let us know.

¹⁸ *In accord to the line and the programme of the League (Lifemo), we have the possibility and task of providing educational needs and even scholarships to young girls and women whom seen morally and educationally fit to take the opportunity. At present we have at our disposal three scholarships from the URSS.*

Para o nosso programa de orfanato a desenvolver-se em Mbeya, encontramos uma casa a venda no valor de sessenta mil shelins (60.000/-).

Encontrando-nos numa situação financeira completamente desfavorável, pedimos com essa carta que a FRELIMO nos possa valer na compra desta casa.

As condições de compra são de pagamento de metade (30.000/-) entrada, dinheiro que a dona precisa pra ir começar nova vida em Goa segundo ela, e o valor restante será pago na sua vinda para vir buscar o resto dos seus bens (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1967).

A análise das diversas fontes no Arquivo Histórico de Moçambique permite observar o quanto os objetivos e tarefas da LIFEMO e do Instituto Moçambicano eram convergentes, o que justifica a confusão entre os dois. É crível afirmar que o diferenciador de ambas é que a LIFEMO, até a sua extinção, estabelecia relações internacionais com os países alinhados ao bloco soviético, justamente por estar claramente ligada à FRELIMO. Já o Instituto Moçambicano, com sua película de autonomia, podia acionar os países doadores alinhados ao capitalismo.

A contribuição de Janet Mondlane não se restringia ao recolhimento de fundos, já que, ao dirigir o Instituto Moçambicano, desempenhava também a função de análise de necessidades, planificação de projetos e facilitação de meios. Dessa forma, era capaz de responder com soluções práticas às várias carências da população moçambicana no decorrer da luta de libertação. Em menor grau e provavelmente num nível menor de organização, o trabalho das mulheres na LIFEMO foi executado sob essas perspectivas.

No interior do Instituto Moçambicano, havia uma escola secundária, cujo objetivo era preparar um grupo selecionado de jovens refugiados moçambicanos de ambos os sexos para continuar os estudos, podendo alcançar inclusive o nível universitário. Contudo, em 1968, ocorreram conflitos no interior da organização, reflexos de desordens que ocorriam na FRELIMO. O primeiro embate se justificava porque muitos(as) estudantes do Instituto não queriam aderir à luta política e interromper os estudos para ir para a frente de batalha. O outro motivo das confusões devia-se à conjuntura da própria Tanzânia. Grande parte da população enxergava os estrangeiros, notadamente os brancos, como invasores que deveriam ser expulsos do país. O Instituto tinha parte do efetivo branco, de importante participação na organização, e eles tiveram que ir embora a partir da decisão do governo tanzaniano de não aceitar mais estrangeiros.

Nesse cenário de motim no interior da luta de libertação, o presidente Eduardo Mondlane foi assassinado (1969). A procura por um novo modelo de Estado dividia os

dirigentes. Enquanto alguns, como Lazaro Kavandame¹⁹ e Uria Simango, queriam simplesmente a substituição dos elementos do Estado colonial, defendendo a manutenção das estruturas na mão de moçambicanos negros, outros, como Mondlane e Machel, queriam um novo arquétipo de Estado, assentado numa base igualitária na qual todos os moçambicanos pudessem coexistir e se desenvolver independentemente de sua cor e etnia. Parte da crise ocorrida no interior da FRELIMO envolveu esforços do grupo contrário, liderado por Kavandame para que houvesse a expulsão de militantes brancos da FRELIMO, entre outras coisas. Buscavam, assim, desacreditar a direção da FRELIMO, cujo presidente tinha por cônjuge uma mulher branca de nacionalidade americana. Uria Simango não assumiu como vice após a morte do Eduardo Mondlane. À ocasião, foi formado um triunvirato presidencial constituído por ele, Samora Machel e Marcelino dos Santos. Uria Simango não gostou desse arranjo, do qual reclamou pública e reiteradamente até sua expulsão da Frente, em 1970.

Diante dos diversos conflitos anteriormente narrados, inclusive da conspiração contra estudantes da escola secundária, a redução da ajuda financeira do exterior e a associação aos confrontos internos da FRELIMO, o Instituto optou por suspender as atividades de ensino e se dedicar apenas ao trabalho de assistência humanitária aos refugiados e vítimas de conflito. Dessa forma, perdeu oficialmente o seu caráter educativo, mas continuou a apoiar todo o trabalho social, inclusive de ensino, que agora passava para a responsabilidade exclusiva dos órgãos internos da FRELIMO.

Após a morte de Eduardo Mondlane, sua esposa Janete Mondlane, diretora do Instituto, optou por continuar a desempenhar o seu papel dentro da resistência. O cargo de Janet Mondlane tinha se revelado importante para o movimento de libertação, apesar do incômodo que uma personagem com as suas características (mulher, branca e americana) poderia suscitar no novo enquadramento político da FRELIMO. A sua permanência também foi importante para reforçar que, apesar do falecimento do seu marido, era de fato comprometida com a causa moçambicana, já que optou por não voltar para os Estados Unidos. Janet Mondlane não conseguiu ver os resultados efetivos do seu trabalho antes do fim da luta bélica, pois o governo da Tanzânia decretou a proibição da ida de pessoas brancas ao interior do país, devido ao histórico de sabotagem dos portugueses. Dessa forma, foi importante a sua postura prévia de delegar funções desde as primeiras atividades do Instituto.

¹⁹ Lazaro Ncavandame era um comerciante makonde que tivera relativo sucesso com a organização da sua cooperativa, a Sociedade Africana Algodoeira Voluntária de Moçambique. Apesar das desconfianças de algumas lideranças da Frelimo em Dar-es-Salam, foi convidado, no final de 1962, para ocupar o lugar de regional “*chairman*” na província de Cabo Delgado.

Para Costa (2018, p. 151), ao fundar o Instituto Moçambicano, Janet Mondlane criou, na prática, um sistema informal de cotas educativas destinadas às jovens mulheres, permitindo que, por meio da educação formal, lhes fossem garantidas ferramentas para participarem ativamente no desenvolvimento de Moçambique. Assim, ainda que em um nível diferente dos rapazes, as jovens mulheres moçambicanas tinham acesso ao poder efetivo para confrontar o sistema tradicional patriarcal africano, bem como as práticas racistas e sexistas das autoridades coloniais portuguesas, que minoravam o estatuto e poder femininos.

Podemos afirmar que o Instituto Moçambicano fazia a assistência social da FRELIMO e era reconhecido internacionalmente como tal. Angariava fundos, bolsas estudantis e meios que permitiam o trabalho da Frente no território libertado e nos centros de acolhimento. Sua capilaridade nas relações internacionais se ampliou com a extinção da LIFEMO, quando também estendeu o seu relacionamento com países doadores no espectro comunista, como a China e os integrantes da URSS. Apesar de se atribuir o fim da Liga ao trabalho mal desempenhado por aquelas mulheres, é válido refletir que, uma vez que o Instituto Moçambicano executava as mesmas tarefas, porém de forma mais ampla, não fazia sentido a existência de dois órgãos com a mesma finalidade.

1.4 Destacamento Feminino – DF (1967)

A partir do ano de 1966 ocorreu a formação do Destacamento Feminino (DF). Daquele momento em diante, foi institucionalizado e formalizado algo que as mulheres nas frentes de batalha no norte do Moçambique já vinham fazendo: realizar treinamentos militares, viver nos campos de treino, usar calças, participar de combates e, principalmente, conviver com pessoas que não eram do seu grupo familiar (CASIMIRO, 2014, p. 229).

A fundação do Destacamento Feminino foi oficializada em 04 de março de 1967, com a presença de vinte e cinco jovens originárias da Província de Cabo Delgado, na região norte de Moçambique. O sucesso dessas mulheres nos rigorosos treinos militares no Centro de Preparação Político Militar em Nachingwea, Tanzânia, foi determinante para a ampliação da atuação feminina na luta (ZIMBA, 2013, p. 42). Vale ressaltar que um grande efetivo de mulheres que aderiram à luta de libertação ao norte de Moçambique era de origem camponesa, de forma que o sucesso nos treinamentos militares se deve muito ao fato de seus corpos já estarem habituados à prática da agricultura e de serviços pesados.

As mulheres já participavam da frente de batalha desde antes de 1966, por várias razões: foram impelidas pela necessidade de lutar pela independência, sabiam atirar, ganharam autonomia para se defender e proteger as outras pessoas ao seu redor. Sobre a formalização do grupo de guerrilheiras, que já existia de maneira informal, o depoimento de Paulina Mateus N’Kunda é elucidativo:

Em 1966 recebemos pela primeira vez, na Base Central, o chefe do Departamento de Defesa, Filipe Samuel Magaia, que vinha visitar as bases, verificar o trabalho desenvolvido no interior e compreender a evolução da luta. Foi também neste momento que visitou a nossa base e tomou conhecimento de que, afinal de contas, havia mulheres que estavam a trabalhar como guerrilheiras sem os treinos políticos-militares. Dado que nessa altura havia um grande segredo na Frente de Libertação em relação às mulheres [...] tínhamos que ostentar nomes masculinos. [Em 1966] saiu a decisão do Comité Central das mulheres passarem ao treino político militar. [...] Mas as contradições existiam. Pela parte da direção da Frente, alguns discordavam com a presença das mulheres com arma na mão na luta contra o colonialismo. Diziam que entrava em contradição com a nossa tradição em Moçambique, porque para eles o lugar da mulher era a cozinha (N’KUNDA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 640-641).

Paulina Mateus N’Kunda foi uma figura importante e pioneira no processo de participação das mulheres na luta de libertação. Nascida na localidade de Muidumbe, na província de Cabo Delgado, Paulina Mateus N’Kunda acompanhava o pai, Mateus N’Kunda, em seu trabalho político clandestino, que tinha se iniciado em período anterior ao Massacre de Mueda. Mateus N’Kunda não tinha filhos do sexo masculino adulto para se engajar na luta. Seu único filho do sexo masculino era uma criança de três ou quatro anos. Por isso, Paulina foi escolhida para trabalhar com ele (ZIMBA, 2013, p. 78).

O pai de Paulina Mateus N’Kunda foi assassinado em 1964 e não houve um esclarecimento preciso sobre o caso na época. Mateus N’Kunda foi acusado indevidamente do assassinato de um padre e, a princípio, acreditou-se que a sua morte seria uma retaliação dos oficiais coloniais por causa do crime contra um de seus aliados. Porém, Mateus N’Kunda tinha vários desafetos, inclusive entre sua família e entre supostos aliados. Por esse motivo, não ficou elucidado se a morte dele foi perpetrada por um inimigo português ou por um traidor moçambicano. Paulina Mateus N’Kunda recebeu de seu pai a missão de continuar o trabalho de mobilização pela independência em Moçambique, e pôde concluí-la de forma exitosa, tornando-se uma das integrantes fundadoras do DF.

Paulina M. N’Kunda esteve entre as primeiras 25 jovens que treinaram no Centro de Preparação Político Militar em Nachingwea no ano de 1967 e ocupou a terceira posição hierárquica no pelotão fundador. A Chefe do pelotão era Filomena Nashake; a Comissária

Política e Chefe da 2ª Seção era Marina Pachinauapa; e a Secretária do DF e Chefe da 1ª Seção era Paulina Mateus N’Kunda. Ela foi escolhida para a função de secretária por saber ler e escrever em português, já que todas as outras moças eram analfabetas e grande parte tinha como língua nativa o *makonde*, idioma falado na província de Cabo Delgado, e não dominavam o português.

O perfil das pioneiras do DF era totalmente diferente das integrantes da LIFEMO, que eram mulheres mais maduras e em sua maioria casadas. As pioneiras do DF eram muito jovens, tinham entre 15 e 20 anos. O recrutamento das jovens do DF era estratégico, pois jovens mulheres conseguiam ir a diversos lugares sem despertar suspeitas, o que não era tão fácil para os homens. A facilidade de deslocamento permitia que as jovens transportassem comidas e armas, levassem cartas e fizessem trabalho de verificação da posição do inimigo.

É importante mencionar, ainda, que no período inicial da existência do DF, as combatentes não usavam os seus nomes verdadeiros e sim pseudônimos masculinos (ZIMBA, 2013, p. 43). Usar nomes de homens era uma estratégia para que o inimigo não soubesse que as mulheres participavam do combate. Samora Machel, que na altura ainda era Chefe do Departamento de Defesa – portanto, superior hierárquico do DF – posicionou-se contra o uso dos nomes masculinos pelas mulheres. Segundo as combatentes, Samora afirmou que, quando os portugueses vieram a Moçambique, sabiam que colonizariam homens e mulheres. Logo, não havia razão para esconder que mulheres também participavam da Luta de Libertação Nacional, de maneira que os colonos precisavam saber que todo o povo estava combatendo o colonialismo (ZIMBA, 2013, p. 43).

As mulheres conquistaram o direito de usar seu nome na luta e a participação feminina na frente de batalha tinha sido oficialmente reconhecida. Sobre tal participação, Eduardo Mondlane afirma que:

Estes progressos não foram oferecidos às mulheres. Devem-se à sua própria ação, agora que está é continua. Por exemplo, uma vez que falei num comício em Moçambique, nos princípios de 1968, e o povo começou a fazer perguntas, uma mulher de uma das unidades femininas levantou-se e queixou-se de que as mulheres não eram preparadas para oficiais, de modo que todos os oficiais eram homens. Como resultado da sua crítica, porém, foi tomada a decisão de que, de futuro, as mulheres poderiam ser promovidas a oficiais se para isso tivessem qualificações e experiência. (MONDLANE, 1975, p. 206)

Os depoimentos acima demonstram que a participação das mulheres foi viabilizada a partir das demandas que surgiram delas próprias. Essa foi uma iniciativa de sucesso, apesar da resistência dos homens envolvidos na luta e, até mesmo, de mulheres que, apesar de atuarem

pela libertação, não eram guerrilheiras. Havia líderes e integrantes masculinos do exército que não concordavam com a formação de mulheres militares. Existia o preconceito dentre os homens e até mesmo entre as mulheres de que o DF seria utilizado para atender às necessidades sexuais do sexo masculino e que as mulheres seriam amantes dos comandantes de guerra. A maioria dos homens não estavam preparados para ver as mulheres realizarem atividades de guerra como eles (SAIDE, 2014, p. 575). Sobre a oposição à presença de mulheres no exército, Marina Pachinuapa, que foi a 1ª Comissária Política e Chefe da 2ª Seção do 1º Pelotão do DF, afirma que:

O processo de aceitação deste grupo como combatentes da FRELIMO foi longo e muito doloroso. Algumas pessoas, incluindo homens e mulheres, diziam: “Essas meninas são um caso perdido! Onde já se viu mulheres vivendo com homens na base?”.

O problema era “simples”: as pessoas pensavam que nós éramos mulheres de má vida, e que homens e mulheres só se podiam juntar por prazer sexual, mas o nosso objetivo não era esse. Um aspecto relevante foi que, durante muito tempo, uma boa parte dos homens da FRELIMO nunca aceitaram o nosso grupo formado por mulheres, e tornavam a nossa tarefa extremamente difícil. Foi através da prática das nossas actividades diárias, da nossa compostura e firmeza em relação aos nossos objectivos, que nós conseguimos afirmar-nos como combatentes do sexo feminino. Frequentemente, sobretudo os homens, questionavam sobre a razão da existência e as reais capacidades do nosso grupo feminino (PACHINUAPA, 2013 apud ZIMBA, 2013, p. 64).

A fala de Marina Pachinuapa demonstra que, além do processo de se adaptarem a tarefas inerentes ao conflito armado, as guerrilheiras tinham que lidar com a hostilidade tanto dos colegas homens quanto de outras mulheres. Isso fez com que se esmerassem na qualidade das suas tarefas como combatentes, demonstrando domínio da formação política da FRELIMO, sendo resilientes e corajosas nas múltiplas situações adversas, inclusive nos combates armados. A existência desse novo efetivo de mulheres dentro da organização da FRELIMO levou a reflexões mais decisivas sobre o papel da mulher na guerrilha e sobre a necessidade de se exigir avanços e transformações. Segundo Casimiro (2014, p. 230):

A libertação da mulher havia sido até ali concebida por homens, progressistas ou não, que as consideravam um fator decisivo para o avanço da FRELIMO, mas em que as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia; A criação do DF e as necessidades de redefinição de tarefas, competências, espaços a ocupar, levou algumas mulheres a tomarem posição e a questionarem a subalternização a que continuavam sujeitas, em termos de acesso e controle de recursos, entre os quais, o poder político.

O avanço da luta fez com que a direção da FRELIMO precisasse se aprofundar nas questões sobre a participação da mulher. Todos os esforços deveriam ser focados na batalha

contra o colonialismo, mas já havia a consciência de que uma revolução passava pela emancipação feminina. O posicionamento contundente da liderança da FRELIMO em relação à atuação das mulheres guerrilheiras fez com que, pelo menos teoricamente, elas fossem bem vistas e aceitas pelos demais combatentes.

Aliada à promoção da emancipação, o que mobilizava muitas dessas mulheres a entrar na luta pela libertação nacional, estava a crença de que a nova sociedade permitiria a superação da pobreza e da miséria, ou seja, das privações materiais. Além disso, a entrada das mulheres na FRELIMO era a oportunidade para que aprendessem a ler e tivessem acesso à educação, pois as combatentes recebiam aulas de política e muitas delas se tornaram Comissárias Políticas, cuja missão era a mobilização e a conscientização do povo e dos combatentes (ZIMBA, 2013, p. 65). Por isso, teve grande importância a educação na cultura política comunista, como vetor capaz de disseminar os valores da nova sociedade (MOTTA, 2013).

A luta armada ocorrida em Moçambique remetia a métodos bélicos utilizados na luta pela independência da Argélia, local onde os primeiros guerrilheiros fizeram treinamento. A FRELIMO utilizava táticas de guerrilha, isto é, atacava o inimigo e depois recuava, pois mantinha um espaço estratégico protegido na Tanzânia. O tempo contava a favor da FRELIMO, já que a direção adotou a concepção chinesa de guerra prolongada (VISENTINI, 2012, p. 195), que, além da vitória no espaço, consistia também em transmitir conhecimento e desenvolver a consciência dos camponeses, ganhando-os definitivamente para a luta armada. O caráter de mobilização e a politização desses homens e mulheres interseccionam diretamente com o que Fanon (1979) define como cultura nacional em *Os Condenados da Terra*:

A cultura nacional não é o folclore onde um populismo abstrato julgou descobrir a verdade do povo. A cultura nacional é o conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constitui e se manteve. Nos países subdesenvolvidos, a cultura nacional deve, portanto, situar-se no centro mesmo da luta de libertação empreendida por esses países (FANON, 1979, p. 174).

A longa presença do colonizador em Moçambique torna impossível o retorno a um passado “puro” e sem resquício da cultura portuguesa, porque as sequelas do colonialismo são irreversíveis. Contudo, as reflexões de Fanon (1979) permitem a compreensão de que, na cultura nacional, um conjunto de indivíduos compartilha o mesmo objetivo, a luta pelo devir da nação.

A estratégia de acionar os elementos da cultura nacional é vista ao longo da luta de libertação. No trabalho das mulheres no DF, havia um esforço para que a mobilização política fosse efetuada nos idiomas locais de cada região, já que um volume significativo de moçambicanos não falava português. As *machambas* eram a principal fonte de alimentação do povo moçambicano no campo e o grande efetivo de mulheres que aderiram à luta de libertação nacional eram camponesas, que cuidavam das *machambas* de suas famílias. A prática no cuidado da produção agrícola familiar é um elemento da cultura nacional moçambicana que tornou as mulheres do DF resilientes aos desafios da luta de libertação. As integrantes do Destacamento Feminino trabalharam junto com os homens moçambicanos e lutaram diretamente para a construção da nação que nasce na luta de libertação. Essas mulheres também foram agentes da revolução.

A existência de um Destacamento Feminino dentro do exército estava ligada à uma inspiração socialista de que, para a revolução ser bem-sucedida, pressupunha-se a formação de uma nova moral, de maneira que novos valores significavam também novos arranjos sociais, com mudanças no casamento, na estrutura familiar e nas relações entre os sexos. O autor José Luís Cabaço (2009) cita uma entrevista concedida por Eduardo Mondlane em 1968, um pouco antes do seu assassinato, que a FRELIMO estava naquele momento mais socialista que antes, pelo tipo de sociedade anti-colonial e capitalista que estava criando nas antigas Zonas Libertadas. Esse é um fator que aproxima o trabalho da FRELIMO de um aspecto da cultura política comunista que defendia a “libertação” das mulheres, com promessas de dar-lhes oportunidades iguais às dos homens e liberá-las das convenções burguesas e cristãs (MOTTA, 2013, p. 27). No caso de Moçambique, essa emancipação se estendia tanto ao rompimento com tradições populares e tradicionais, consideradas ultrapassadas e arcaicas, tais como a religião, a mutilação feminina, o *lobolo*²⁰ e a poligamia, quanto aos companheiros de luta que resistiam ao fato dessas mulheres pegarem em armas. No aparato de guerra, existiam creches que permitiam às mulheres deixarem seus filhos para que pudessem continuar atuando diretamente no *front*, seja no transporte, na artilharia ou no atendimento a feridos.

A criação do DF foi importante para o avanço da luta armada, mas foi também fundamental para a transformação das relações entre homem e mulher no país, contribuindo inclusive para a criação da OMM. Uma vez que o Destacamento Feminino possuía tarefas bem específicas no quadro do exército, havia a dificuldade de organizar as demais mulheres

²⁰ *Lobolo* é a cerimônia tradicional de casamento moçambicano em que a família do noivo oferece bens à família da noiva.

que se ocupavam de outras tarefas nos diversos programas da FRELIMO e que não estavam diretamente ligadas ao exército. Essas mulheres que não pertenciam ao Destacamento Feminino precisavam se sentir integradas à luta, pois, em muitos casos, elas não tinham a consciência dos aspectos da dominação, tanto na sociedade tradicional, como na sociedade colonial, apesar de saberem que romper com o colonialismo português era importante. Assim, dentre as várias missões da OMM, a principal foi aprofundar o processo de conscientização das mulheres que não eram guerrilheiras.

1.5 Organização da Mulher Moçambicana – OMM (1973)

A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) ocorreu em 1973 e o discurso de Samora Machel, intitulado *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*, sedimentou a concepção deste novo órgão, que coincidiu com a celebração do oitavo aniversário do começo da luta armada. O discurso proferido pelo Presidente da FRELIMO na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, realizada em 04 de março de 1973, tornou-se o documento de base sobre política de gênero em Moçambique. A FRELIMO tinha um projeto de emancipação feminina e foi delegada à OMM a missão de integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento nacional, com foco na alfabetização, assistência à saúde e aumento da participação na vida política, inclusive no pós-independência, quando a FRELIMO se tornou um partido político.

Apesar de a data oficial de criação da OMM ser março de 1973, em consulta ao arquivo da FRELIMO, encontramos um discurso do Presidente de Moçambique, realizado na base de Tunduru em fevereiro do mesmo ano. Ou seja, este discurso é anterior ao discurso mais famoso, no qual ele já falava da criação da OMM e sua interlocução com o DF.

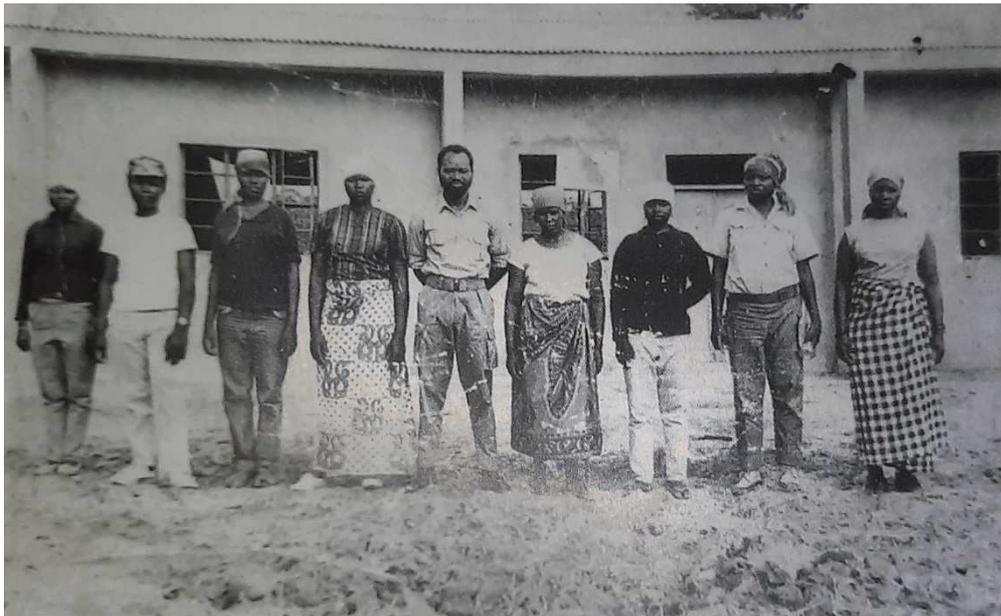
A Organização da Mulher Moçambicana aparece como um novo braço da FRELIMO para atingir e engajar os sectores femininos que até hoje não atingimos e não engajamos devidamente. Mas para conduzir este processo requer-se uma direcção experiente, que tenha compreendido e assumido a luta, que a tenha vivido no processo do engajamento nas tarefas quotidianas da Revolução [...] que a tenha vivido no processo do engajamento político-militar, base indispensável para poder compreender a complexidade da situação [...].

[...] o Destacamento Feminino não é a Organização da Mulher Moçambicana e este não é o Destacamento Feminino. O Destacamento Feminino é uma parte integrante do nosso exército, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, é um corpo político-armado. A Organização da Mulher Moçambicana em contrapartida, engaja todas as mulheres, das que até hoje se encontram à margem da luta, até aqueles que são combatentes na frente da Saúde, da Educação, da Produção, do Exército, etc...

Entre os dois sectores, as relações são de complementariedade e ajuda mutua, o Destacamento Feminino aparecendo como uma força motriz, uma fonte de quadros, a Organização da Mulher Moçambicana como uma força mobilizadora que faz crescer a nossa base, que fornecerá novas forças ao Destacamento Feminino (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1973).

Nesse discurso, Samora Machel aponta a importância do DF e da OMM e explica a diferença entre as duas instituições. O DF foi criado para organizar a presença feminina no exército da FRELIMO, mulheres que, devido à necessidade de autodefesa e proteção das zonas libertadas, demandaram um treinamento militar formal. Dentro do DF, existia o Departamento de Assuntos Sociais, chefiado por Josina Machel desde março de 1969. A responsabilidade do setor era criar o bem-estar social para os militantes da FRELIMO, o que significava viajar e trabalhar em estreita colaboração com a população do interior, bem como com os refugiados moçambicanos nos países vizinhos (SAIDE, 2014, p. 598).

Figura 4 - Presidente Samora Machel e delegadas na primeira conferência da OMM



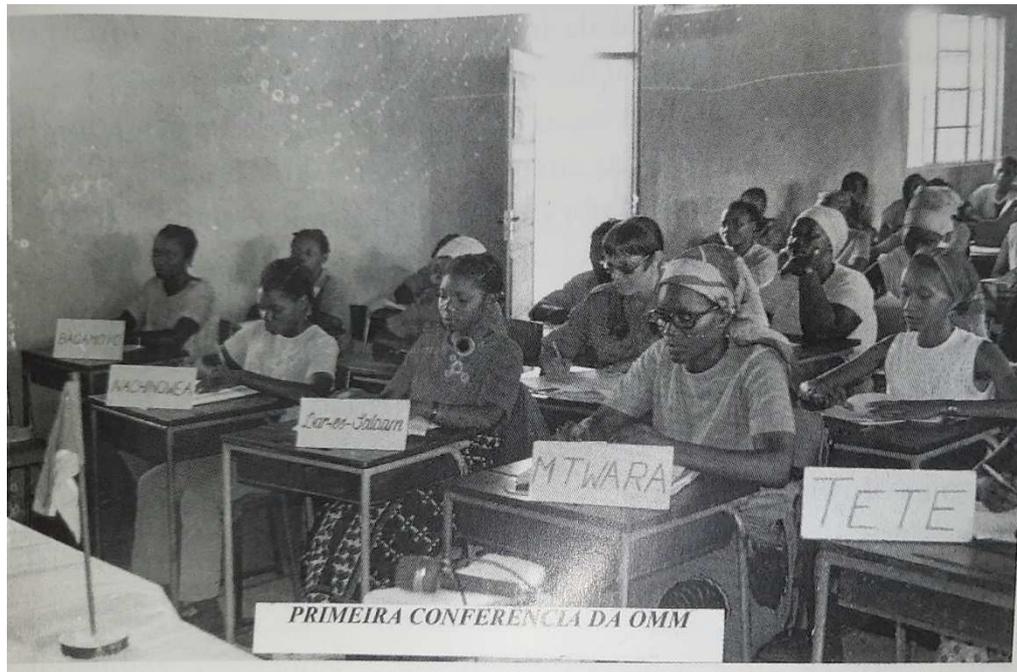
Fonte: Fotografia por autor desconhecido (1973) apud Pachinuapa et al. (2017, p. 171).

A morte precoce de Josina Machel por problemas no fígado, aos 25 anos, em 7 de abril de 1971 (CASIMIRO, 2018, p. 217), desestruturou o funcionamento do Departamento de Assuntos Sociais. Estava centralizada em Josina a gestão de assuntos como atendimento a órfãos, apoio aos refugiados, higiene, assistência médica às populações e criação de creches para que as mulheres tivessem onde deixar seus filhos para participar da luta. Depois da morte de Josina, as guerrilheiras do DF constataram que era difícil conciliar o trabalho político militar feito por elas com o trabalho de assistência que era conduzido pela militante falecida.

Com a expansão da luta, houve dificuldade em cobrir todas as áreas referentes aos serviços sociais. Por esse motivo, as integrantes do DF propuseram ao Comité Central da FRELIMO a criação de uma nova organização, que foi a OMM. (SAIDE, 2014, p. 599). O dia 7 de abril tornou-se o dia da mulher moçambicana e também o dia da OMM, uma homenagem à Josina Machel.

A partir do discurso efetuado em Tunduru, em fevereiro de 1973, o presidente deixou nítido que o objetivo da criação da OMM era a realização de um trabalho de conscientização política que pretendia se estender para além das mulheres que atuavam no campo de batalha. O intuito era engajar de forma efetiva aquelas que atuavam em outras frentes, como na saúde e na educação, e fazê-las compreender a relevância do seu trabalho para a luta como um todo. Mas, o trabalho de mobilização da OMM também tinha como proposta a criação de um exército de reserva que pudesse reunir e recrutar guerrilheiras em potencial, já que, naquela data, ainda não havia previsão para o fim da luta armada.

Figura 5 - Primeira Conferência da OMM. Nas mesas, nomes de províncias de Moçambique.



Fonte: Fotografia por autor desconhecido (1973) apud Pachinuapa et al. (2017, p. 173)

Posteriormente, na conferência realizada em março, ao proferir o famoso discurso oficial de fundação da OMM, O Presidente Machel exaltava a emancipação como um elemento importante da revolução. O Presidente desconstruiu em sua fala os argumentos utilizados contra essa ideia, tais como: todos os esforços deveriam ser focados na luta contra o colonialismo; a tarefa de emancipação da mulher era secundária; o baixo nível de mulheres

instruídas não dava base suficiente para um ponto de partida; e, por fim, que a maioria das mulheres era indiferente ao assunto. É interessante observar que, mesmo as mulheres tendo atuado firmemente nas mais diversas frentes de lutas, os argumentos contra a necessidade de emancipação ainda eram fortes.

O Presidente Machel evidenciava que seria contraditória uma revolução cujo objetivo fosse a destruição do sistema de exploração e a construção de uma sociedade libertadora, mas que desconsiderasse emancipar as mulheres. Não seria possível liquidar um sistema de exploração mantendo uma grande parte da sociedade explorada. A revolução, para ser feita, deveria mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência, as mulheres também.

A premissa do discurso é positiva uma vez que reconhece que a mulher é oprimida. Contudo o machismo/patriarcalismo estrutural faz com que argumentos contraditórios sejam usados como justificativa para a emancipação da mulher. Um excerto do documento explicita essa problemática:

Considerando ainda a necessidade fundamental de a Revolução ser prosseguida pelas novas gerações, como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra à margem do processo revolucionário (MACHEL, 1973).

Essa fala mostra que, apesar de se falar em um projeto de emancipação da mulher, ainda havia a necessidade de avanços nas discussões sobre os papéis de gênero. Em seu discurso, o Presidente Machel reconhece que a mulher é explorada e inferiorizada pelo seu gênero. Assim, na fala citada, ele reproduz uma perspectiva atrelada ao patriarcado, da mãe como a primeira educadora. Contudo, o discurso de Machel permite também revelar que se esperava que a mulher assumisse, simultaneamente, o seu papel de mãe, gestora do lar e ativista política, conforme outro trecho do discurso, a seguir:

Muitas camaradas consideram o seu engajamento como transitório, enquanto forem solteiras, e têm a tendência de se desligarem das tarefas revolucionárias desde que se casam. O regresso à povoação é considerado normal, e ser esposa torna-se a tarefa da mulher. Esta atitude é em numerosos casos encorajada pelos próprios maridos, que continuam a conceber a mulher como propriedade privada, como dependente de si, existente em função de si e ligada a si quase como uma bagagem, de que ele dispõe a seu prazer e que deve acompanhá-lo em cada deslocação. Isto está em conflito com as exigências da luta de libertação e do combate da mulher pela sua emancipação. [...] Devemos mobilizar todas as mulheres para sentirem a necessidade de participar numa tarefa concreta, sentirem-se responsáveis e agentes ativos da transformação da sociedade. Nesse quadro, as mulheres casadas, em especial, devem preocupar-se em dar um exemplo positivo às mais jovens e solteiras, e mostrar-lhes, na prática, que o casamento é um estímulo para o prosseguimento das tarefas revolucionárias. (MACHEL, 1973, grifo nosso).

Embora Samora Machel valorizasse a interlocução com outras organizações de mulheres ao redor do mundo, naquela conjuntura, uma perspectiva influenciada pelo feminismo que refletisse sobre a divisão sexual do trabalho seria considerada reacionária. No modelo ocidental, o feminismo tornaria homens e mulheres rivais, assim, esse antagonismo tiraria o foco e os dividiria no combate à sociedade exploradora.

É importante lembrar que, quando Samora Machel proferiu o referido discurso em 1973, a luta armada ainda estava em andamento, sem previsão para terminar. Samora afirma também que, para que se chegasse à vitória na luta e o avanço da Revolução acontecesse, era necessária a eliminação total da exploração para a edificação da sociedade socialista. Na perspectiva da FRELIMO, essa fase da Revolução passava necessariamente pela libertação da mulher. A introdução desse discurso enfatiza que a questão da emancipação da mulher é um dos elementos centrais da revolução. Desta forma, uma revolução para a ruptura com a situação colonial levaria ao desmonte espontâneo de todas as opressões. Paredes, M. I. (2014) lembra que, nos anos 1960 e 1970, não existiam nos movimentos revolucionários a ideia de direitos humanos, por isso a emancipação da mulher era ancorada à revolução, à luta anticolonial, à luta anti-imperialista e à criação de uma sociedade igualitária. É importante que não nos esqueçamos que o tom da época era fortemente ideológico. Foi sob o abrigo da ideologia marxista na especificidade africana, que não incorporava a análise de opressão de gênero, que a ideia da emancipação da mulher influenciou a luta de libertação, sendo então apropriada pela FRELIMO.

O célebre discurso de Samora Machel apresenta diversas contradições, assim como a política de emancipação da mulher da FRELIMO, porém, essa questão não será objeto de análise deste capítulo. O fato é que mais de 80 delegadas das frentes militares de Cabo Delgado, Niassa e Tete, militantes da FRELIMO que trabalhavam no estrangeiro, no Hospital Americo Boavida e no Centro Político Militar participaram da I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana. Nesta conferência, em 04 de março de 1973, foi oficializada a criação da OMM. Ademais, naquela data, Deolinda Guezimane foi eleita como 1ª Secretária Geral da OMM.

Portanto, neste discurso, o Presidente Samora Machel formalizou a criação da OMM e a política de emancipação feminina que, na prática, já vinha sendo executada. A criação da organização tinha como finalidade a expansão da política de emancipação para todo o país e a formalização dessa deliberação. É um documento fundador de extrema relevância, que colocou Moçambique na vanguarda da valorização do papel da mulher na sociedade moderna.

Apesar de o discurso ter sido proferido por um líder homem, deve-se ressaltar que havia um projeto político que reconhecia que o fim da exploração da mulher era um fator inerente à revolução. E essa ação do Presidente Samora Machel é resultado do trabalho e da reivindicação dessas mulheres. Todavia, conforme Carneiro (2018), apesar de, durante os anos de 1960 e 1970, as instâncias de atuação femininas terem sido ativas e participativas, não detiveram soberania para formular, de modo independente, as diferentes dimensões da opressão das mulheres, tampouco liberdade para tomar as próprias decisões. Embora fosse de fato reconhecida a importância da atuação da feminina, parece bastante limitado o espaço que as mulheres tinham para compreender e examinar noções de emancipação a partir de uma perspectiva de gênero ou feminista. A OMM, apesar de ter sido criada no contexto da luta de libertação, teve uma ação mais efetiva no pós-independência. Casimiro (1986) destaca que apesar da OMM ter sido constituída por membras oriundas do DF, as informações disponíveis sinalizam que ela foi controlada por um grupo de mulheres que não teve um papel tão ativo na luta de libertação. Mulheres que durante o conflito estavam nos países vizinhos e que não haviam passado pela mesma experiência que as mulheres guerrilheiras.

1.6 Conclusão

Neste primeiro capítulo, contextualizamos o processo de organização dos movimentos de mulheres durante as lutas de libertação em Moçambique, bem como a motivação para a inserção delas na luta. Buscamos demonstrar as particularidades dos principais grupos, a saber: LIFEMO, Instituto Moçambicano, DF e OMM.

O que se destaca é que as três organizações – LIFEMO, DF e OMM – foram criadas a partir da iniciativa das próprias mulheres, e o Instituto Moçambicano, ainda que criado a partir de uma iniciativa do casal Mondlane, teve Janet Mondlane no protagonismo da direção.

A LIFEMO foi uma organização que encerrou suas atividades antes do fim da luta armada uma vez que, apesar de estar alinhada com os ideais da FRELIMO. Suas tarefas eram executadas de forma a atender plenamente à necessidade do movimento, principalmente porque a maioria das integrantes estavam no exterior. A sua atuação foi encerrada em 1969 e incorporada ao DF. Em contrapartida, foi uma organização importante por seu pioneirismo institucional e, principalmente, por mostrar que as mulheres eram capazes de se organizar para atuar na luta.

O Instituto Moçambicano funcionou até 1975, quando suas atividades foram incorporadas à política do estado recém-independente. Contudo, apesar de o seu trabalho ter

sido extremamente importante para o alcance da luta de libertação, não é reconhecido como órgão autônomo nem pelos antigos militantes, nem pela historiografia moçambicana. O Instituto é visto por muitos apenas como uma instituição de ensino secundária que encerrou suas atividades na crise de 1968.

O DF foi um grupo relevante para a luta de libertação por mostrar que as mulheres tinham habilidade para integrarem o exército da FRELIMO, inclusive utilizando armas e lutando diretamente na guerrilha. Com isso, puderam provar que a capacidade de manejo de armas e a participação no *front* não eram atividades restritas aos homens. Após o fim da luta de libertação, existiu como Destacamento Feminino, até 1982, quando foi totalmente incorporado a estrutura das forças armadas.

A OMM foi importante para mobilizar mulheres que não eram necessariamente soldadas no exército moçambicano, com o intuito de fazê-las compreender a importância de seu papel na luta de libertação, independentemente da posição que ocupavam, fosse na área da saúde, da logística, ou da educação, por exemplo. A OMM, detentora da missão de emancipação feminina da FRELIMO, é a única organização de mulheres do período colonial continua na ativa.

Portanto, a experiência fracassada da LIFEMO permitiu que os outros projetos que envolviam diretamente a atuação das mulheres fossem bem sucedidos. A partir de uma visão sistêmica das organizações de mulheres na luta de libertação, será possível aprofundar nas contradições, conflitos e silêncios intrínsecos à atuação destas mulheres.

CAPÍTULO 2 – O DITO E O NÃO DITO NAS MEMÓRIAS DAS MULHERES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO

A escritora e jornalista bielorrussa, Svetlana Aleksievitch, ganhadora do prêmio Nobel de Literatura em 2015, consagrou-se por escrever sobre a história de homens e mulheres soviéticos. A autora escreveu livros dentro de um estilo que ela chama de romance de vozes (ALEKSIÉVITCH, 2018), obras importantes que permitem a compreensão da sociedade soviética após o colapso da URSS, como por exemplo, *Vozes de Chernobyl* (1997), que publiciza os relatos dos sobreviventes do desastre nuclear, ou *A Guerra não tem rosto de mulher* (1985), sobre as mulheres soviéticas que atuaram na Segunda Guerra.

Há muitos anos existe um grande entusiasmo em torno da obra da Svetlana Aleksievitch porque a autora, em seu gênero literário, funde literatura e jornalismo (QUEIRÓS, 2015) e procura transitar pelas vozes e experiências daqueles que viveram os acontecimentos que aborda. Todos os seus livros são construídos com base em entrevistas e testemunhos. O livro *A Guerra não tem rosto de mulher* (1985) se destacou inclusive por ser uma prosa na qual há uma ampla coletânea de relatos íntimos e sinceros de mulheres que atuaram em diversas funções na Segunda Guerra. Segundo a autora, a obra foi considerada ofensiva na época do lançamento porque algumas histórias minavam a mensagem de heroísmo que o partido comunista da União Soviética queria passar (MELLO, 2016).

A Segunda Guerra terminou em 1945 e, quarenta anos depois, Svetlana Aleksievitch conseguiu publicar o romance com os relatos sobre as mulheres do seu país que atuaram naquele acontecimento. Após quarenta e cinco anos da conquista da independência, Moçambique ainda não foi premiado com um romance de vozes sobre a luta de libertação, escrito por uma mulher moçambicana, num viés que rompa com a memória oficial. Muitas das memórias de guerra das mulheres soviéticas se aproximam das memórias de guerra das mulheres moçambicanas, apesar das diferenças geográficas, culturais e temporais.

A prosa de Paulina Chiziane, laureada como a primeira romancista do país e referência em literatura produzida por mulheres em Moçambique, não tem como foco a construção de uma memória das mulheres na luta de libertação. Inclusive, sobre a produção literária em Moçambique, a autora afirmou em uma entrevista em 2016 que:

Considero meu país um lugar virgem, ainda não foi escrito, o acesso à escrita é muito limitado. A nossa independência é muito recente, apenas 40 anos. E mulheres que tenham experiência e gostem de escrever ainda são poucas... A literatura é arma

para desconstruir toda a mentira histórica que vem sendo reproduzida em todas as bibliotecas do mundo sobre nós, africanos (CHIZIANE, 2016 apud GONÇALVES, 2016).

Vários fatores contribuem para essa “virgindade” na escrita feminina sobre mulheres no país, tais como: durante o período colonial, a população moçambicana nativa teve restrito acesso à educação; a independência moçambicana foi seguida por uma guerra civil; o país está sendo governado pelo mesmo partido, a FRELIMO, desde 1975; a forte herança colonial que não foi totalmente expurgada e ainda atrasa Moçambique; apesar da expulsão dos portugueses, perdura uma mentalidade colonial; o país ainda não conseguiu promover uma reestruturação robusta do sistema educacional²¹ e nem consolidar uma cultura literária ampla.

Contudo, apesar de não haver produção literária no âmbito da ficção ou no estilo romance de vozes a respeito da memória da atuação feminina na luta de libertação, esforços têm sido feitos no campo acadêmico em prol do registro de relatos do trabalho dessas mulheres nas diversas frentes.

Em meados da década de 80, a socióloga dinamarquesa Signe Arnfred, uma das integrantes do Grupo de Mulheres Internacionalistas²², coordenou um trabalho de campo que tinha como objetivo recolher depoimentos sobre os ritos de iniciação e a importância deles para as mulheres no campo, apesar da condenação oficial. Esse foi um dos trabalhos realizado por ela quando atuou como consultora sociológica da OMM entre 1981-1984, ocasião em que foi enviada para Cabo Delgado para compreender, entre outras coisas, como a experiência de guerra tinha afetado a vida daquelas mulheres. Os resultados deste trabalho de campo foram apresentados na Conferência Extraordinária da OMM, em novembro de 1984. Inclusive, o trabalho do Grupo de Mulheres Internacionalistas foi importante para a existência de registros escritos a respeito da atuação das mulheres na luta de libertação em Moçambique.

Existem diversos trabalhos publicados em função da celebração da memória e biografias de antigos combatentes da luta de libertação. Um grande volume desses documentos concentra-se na história dos homens, desde os grandes heróis da nação, tais como

²¹ Após a independência, a taxa de analfabetismo ultrapassava os 90%. A única universidade de Moçambique foi criada apenas em 1962 e a esmagadora maioria dos seus cerca de 2.000 estudantes eram portugueses (FUCHS, 2014, p. 11).

²² O Grupo de Mulheres Internacionalista é constituído de mulheres oriundas de diversos países que foram para Moçambique nos fins da década de 70 e no início da década de 80 para ajudar na reconstrução do país no pós-independência. Essas mulheres eram recrutadas diretamente pelo governo moçambicano, sem a intermediação dos países dos quais elas provinham. A remuneração era paga pelo governo moçambicano, que selecionava candidatas que tivessem alinhamento político comprovado com o socialismo e um histórico de experiência na área para a qual se candidatavam. É importante mencionar que as redes de sociabilidade que permitiram o recrutamento dessas pessoas foram construídas através das viagens de Eduardo Mondlane e Janet Mondlane na década de 60 (FUCHS, 2014, p. 11).

Eduardo Mondlane, Samora Machel e Felipe Samuel Magaia²³, até combatentes não tão famosos.

Durante o período de minha pesquisa em Maputo, visitei livrarias, bibliotecas e centros de memória em busca de livros para a escrita desta dissertação. Durante esse processo, foi possível identificar a escassez de publicações que tratam da participação das mulheres na luta de libertação ou que contêm testemunhos do trabalho das antigas integrantes do movimento em diversas frentes. As poucas obras encontradas foram publicadas em maior volume a partir dos anos 2000.

Dentre os materiais encontrados, estão as seguintes publicações: *Protagonistas da luta de libertação nacional* (2012), de autoria da historiadora Ana Bouene Mussanhane; *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: Memórias do Destacamento Feminino* (2013), da historiadora Benigna Zimba, em parceria com Paulina N’Kunda (ex-diretora da OMM). Esses trabalhos, apesar de publicados por mulheres moçambicanas, estão imbricados com a produção da memória oficial do governo moçambicano. Inclusive, a segunda obra citada foi publicada pelo Centro de Pesquisa da História da Luta da Libertação Nacional (CPHLL), uma organização ligada ao Ministério dos Combatentes, criado pela FRELIMO para divulgação dos fatos da luta de libertação nacional, e compartilhar com as novas gerações um pouco da vivência das mulheres combatentes.

Também encontrei a obra já citada de Signe Arnfred (2011), *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa*. Apesar de não ser um livro de memórias, é uma coletânea de diversos artigos que tem objetivo de contribuir com a teoria feminista a partir da reflexão sobre gênero e sexualidade com base no material sobre Moçambique. A referida obra também aborda sobre políticas de gênero, sexualidade e matrilinearidade nas décadas pós-independência, entre 1975-2005. Devido ao seu trabalho de campo, a serviço da OMM na década de 80, Arnfred teve oportunidade de entrevistar diversas ex-combatentes, foi uma figura relevante e trabalhou junto com outras mulheres. Por mais que as entrevistas não tenham sido publicadas em formato de memórias, elas podem ser acessadas no contexto dos seus artigos. Ademais, o fato de ser estrangeira permitiu que a escrita da

²³ Felipe Samuel Magaia foi chefe do Departamento de Defesa da FRELIMO. Foi assassinado em 10 de outubro de 1966, na zona de N’Kalapa, na província do Niassa, vítima de uma bala disparada por Lourenço Matola, um guerrilheiro que fazia parte da sua comitiva e, presumidamente, atuava a serviço do inimigo. Segundo as milicianas pioneiras que atuaram no Destacamento Feminino, Magaia foi o primeiro líder de alta patente que tomou conhecimento de mulheres operando na linha de frente da luta de libertação sem treinamento político-militar. Ele foi a pessoa que, inicialmente, buscou tomar providências para que esse assunto fosse devidamente discutido pelo comitê central.

autora fosse mais crítica às políticas para as mulheres promovidas pelo governo moçambicano.

Por sua vez, a pesquisadora finlandesa Jonna Katto também produziu importantes trabalhos no âmbito acadêmico que tratam do resgate do testemunho das mulheres que atuaram na luta de libertação, com foco nas integrantes do Destacamento Feminino. Katto (2010) abordou as experiências das ex-combatentes residentes em Maputo, muitas delas oriundas da província de Cabo Delgado. O seu trabalho mais recente, chamado *A avó foi guerrilheira* (2018), tem como base fotos e testemunhos de ex-combatentes mulheres do grupo Yao, da província do Niassa (situada no extremo noroeste do país). Este trabalho rompe com uma memória heroica oficial. Fica evidente, assim, que a iniciativa de retratar esse contexto não parte das mulheres moçambicanas em questão, mas de uma pesquisadora estrangeira que escuta e compartilha as histórias das ex-combatentes.

O segundo capítulo, trata sobre as violências implícitas e não ditas nas narrativas sobre as mulheres na luta armada. Também examinou sobre o silêncio nas narrativas, o qual pode estar atrelado a traumas e constrangimentos ou a uma autocensura diante do papel que ocupam na sociedade moçambicana. Nesta parte foram analisadas as entrevistas coletadas na pesquisa de campo, em conjunto com as fontes documentais. Vamos analisar as falas de Joice Hamuza, Deolinda Guezimane, Teresa António Chaibo Anaiva, Lúcia Ali Abdala e Helena Baide Momade.

2.1 Sobre unidade nacional e igualdade entre homens e mulheres

Joice Hamuza

No dia 30 de janeiro de 2019, conversei com a ex-integrante do Destacamento Feminino, Joice Hamuza, na Associação dos Ex-combatentes, em Maputo. Joice Hamuza nasceu na província de Manica, mas, no pós-independência, foi morar na capital. A partir de 1966, com a luta de libertação já em curso, ela migrou de uma zona libertada para outras, passando por seis zonas no total. Em 1972, ela chegou ao centro de treinamento de Nachingwea, quando tinha 16 anos. Apesar do tio já estar envolvido na luta de libertação, ela só conseguiu aderir de forma efetiva naquele ano, já que, até então, não tinha autorização do pai para participar. Joice fez um curso de formação política com duração de um semestre e depois um curso de instrutora com duração de três meses. Até o fim da luta pela

independência, ela atuou como instrutora política. Em nossa conversa, Joice Hamuza salientou que treinava homens e mulheres²⁴.

Figura 5 - Jacqueline Maia dos Santos e Joice Hamuza na Associação dos Ex-combatentes em Maputo (30 de jan. 2019).



Fonte: Foto por Luciano Jorge de Jesus. Acervo da autora.

A ex-combatente Joice Hamuza teve a oportunidade de ir para a capital em junho de 1975. Segundo ela, no dia 25 daquele mês, às 00:00 h, estava chovendo quando ela presenciou o hasteamento da bandeira de Moçambique independente. Joice Hamuza continuou a trabalhar como instrutora político-militar no pós-independência. Ela uniu-se ao seu marido em 1977 e casou-se oficialmente em 1980. Teve cinco filhos e doze netos. De 1980 a 1988, ela trabalhou na direção logística de um supermercado militar até ser desmobilizada.²⁵ Em 1992, foi reintegrada e trabalhou no Ministério da Defesa e do Exterior, no setor de imigração. Ela se aposentou de forma definitiva em 2014 (HAMUZA, 2019)²⁶.

Muitas das ex-combatentes residentes na capital têm uma história semelhante à de Joice, conforme notamos nos registros feitos em livros de entrevistas e de memórias. Após a

²⁴ HAMUZA, Joice. Entrevista: Joice Hamuza Jack. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 30 jan. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

²⁵ Militar que regressa ou regressou a vida civil.

²⁶ HAMUZA, Joice. Entrevista: Joice Hamuza Jack. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 30 jan. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

independência, ex-combatentes continuaram trabalhando em algum cargo do governo, com uma relativa estabilidade financeira.

Mulheres com esse tipo de trajetória ainda estão com todo o discurso de formação política na ponta da língua. Na nossa conversa, Joice Hamuza afirmou que, durante todo o seu trabalho ao longo desses anos, desde a sua atuação como instrutora até a aposentadoria, não via discriminação entre homens e mulheres. De acordo com ela, no passado, todos trabalharam juntos em prol da independência do país e que esse comportamento de igualdade entre gêneros era promovido pelo governo. Ao ser perguntada sobre como enxergava todo o trabalho que realizou no passado, a partir da perspectiva do Moçambique na atualidade, ela falou de forma saudosa do período da luta de libertação e afirmou que:

Eu costumo falar com minhas colegas, com minhas amigas, que neste Moçambique de hoje, eu preferia aquele período, ali éramos todos disciplinados, nós respeitávamos uns aos outros, ali havia respeito [...] não havia tribalismo, éramos todos unidos, todos irmãos, e havia uma unidade nacional, naquele período as coisas funcionavam bem (HAMUZA, 2019).²⁷

Nessa fala de Joice, há diversos elementos constitutivos do nacionalismo moçambicano: a unidade nacional, a ideia de serem todos irmãos, a negação do “tribalismo”²⁸ disciplina. O discurso de unidade nacional foi um importante instrumento de coesão desenvolvido durante a luta de libertação. Negar o “tribalismo”, ou seja, o multiculturalismo da sociedade moçambicana, era uma forma de sobrepujar as particularidades nacionais em prol de um objetivo comum, que era o fim do colonialismo. Quando Joice diz que “éramos todos disciplinados” (HAMUZA, 2019)²⁹, reproduz uma fala que representa a disciplina exigida por uma vida militar. Inclusive, a disciplina é um dos valores que posteriormente se tornou elemento constitutivo do projeto nacionalista moçambicano.

A construção do “homem novo” moçambicano não consistiu apenas no confronto bélico contra o colonialismo português, mas também na preparação ideológica que deveria delinear um novo modelo de sociedade. Nas zonas libertadas, já se organizava a implementação de um modelo de sociedade livre de preconceitos tradicionais e inspirada pelo saber científico, com a superação de vícios da sociedade colonial e também da tradicional. O

²⁷ HAMUZA, Joice. Entrevista: Joice Hamuza Jack. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 30 jan. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

²⁸ Tribalismo refere-se a identidades étnicas e a diversidade de sociedades existentes em Moçambique, cada qual com suas particularidades inclusive, idiomas locais. Eram vistas pela direção da FRELIMO como atrasadas, e desconectadas da modernidade.

²⁹ HAMUZA, Joice. Entrevista: Joice Hamuza Jack. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 30 jan. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

“homem novo”, teoricamente, foi projetado como um modelo de indivíduo adequado à nova nação que se pretendia construir, dotado de capacidades que lhe permitissem fazer a crítica das heranças da colonização e também de elementos que fossem considerados atrasados na sociedade moçambicana. O programa da FRELIMO adotado pelo Segundo Congresso, realizado nas zonas libertadas da província do Niassa (20-25/071968), falava da necessidade de substituição da cultura colonialista por uma cultura popular revolucionária, baseada nas tradições do povo moçambicano. Sobre o processo de formação do “homem novo”, Cabaço (2009, p. 306) afirma que:

Em Nachingwea, enquanto se preparavam os militares tática e estrategicamente para a luta, procurava-se estrutura-los ideologicamente por meio de uma prática de relações interpessoais e de relação com a natureza, pela qual passaria a gradual “tomada de consciência” dos objetivos da luta, do projeto do futuro país independente: uma sociedade justa, solidária, altruísta, coesa, socialmente disciplinada, com uma visão econômica fundada no princípio da autossuficiência e dependente essencialmente “das próprias forças” e da “imaginação criativa do homem”.

Logo, o trabalho de formação política da FRELIMO era focado em mobilizar as pessoas para aderirem à luta, mas, a partir da adoção da linha política revolucionária da frente, passou a focar também na tarefa de preparar a população moçambicana para viver num novo modelo de sociedade após a conquista da independência.

Deolinda Guezimane

O reflexo deste trabalho de conscientização política é perceptível também nas falas³⁰ de Deolinda Guezimane, uma “típica” heroína da luta de libertação. Ao se deparar com o tema da atuação das mulheres na luta de libertação, um observador incauto pode pensar que havia muitas mulheres como Deolinda Guezimane entre as combatentes, figura de alta patente e que reproduz o discurso nacionalista do heroísmo feminino. Na verdade, ao longo desse trabalho vemos que ela faz parte de uma minoria. Fui à casa da ex-combatente para entrevista-la em 13 de fevereiro de 2019. Nascida em Sofala, foi a primeira mulher a ser eleita membro do Bureau político da FRELIMO, como também a primeira secretária-geral da OMM. Ainda, foi deputada da Assembleia da República. Em 2016, foi reeleita membro do Conselho de Estado e faz parte do Comitê Central da Frelimo.

³⁰ GUEZIMANE, Deolina. Entrevista: Deolinda Guezimane, Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 13 fev. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

Deolinda Guezimane juntou-se à FRELIMO, na Tanzânia, em 1965. Chegando lá, teve a oportunidade de continuar os estudos no Instituto Moçambicano, onde conheceu Josina Machel. Ela se destacou pela dedicação, chegando até a ser responsável pelas outras moças da instituição. Além disso, participou de um grupo que obteve formação política na antiga União Soviética, especificamente em Moscou, local onde morou por dois anos. Na volta, Guezimane foi enviada diretamente para Nachingwea. Nessa época, Josina Machel já tinha morrido. Estava em curso o processo de criação da OMM, com a função de mobilizar as mulheres para além das tarefas atreladas diretamente ao *front* e que, até então, estavam à margem do processo de transformação que acontecia em Moçambique. Na Conferência Constitutiva da Organização da Mulher Moçambicana, que ocorreu no Centro Educacional de Tunduru (04/03/1973), Deolinda Guezimane foi eleita como secretária-geral (PACHINUAPA et al., 2017, p. 172).

Era possível supor que o treinamento político-militar já faria com que o discurso de Deolinda fosse totalmente aderente à narrativa sobre heroínas que batalharam pela libertação nacional. O cargo ocupado por ela torna essa narrativa ainda mais consistente no que se refere à repetição da memória construída sobre os fatos ocorridos, além de torná-la uma personagem viva e um ícone visível dessa história. Ela também deixa explícito que, a partir da liderança assumida por Samora Machel, tornou-se ainda mais forte o discurso de “abaixo o tribalismo, abaixo o divisionismo e viva a unidade nacional” (GUEZIMANE, 2019)³¹. Sobre os treinos em Nachingwea, ela fala que:

Os treinamentos, só para dizer que aqueles treinos na prática são dos homens. Mas, quando nós juntamos homens e mulheres, os treinos eram iguais. Saltos, corrida, rastejar, quer dizer.... cambalhota... Tudo! Por que tinha que... A regra é que quando se prepara o militar, se é homem, se é mulher, tem que preparar tudo da mesma forma. Para saírem, enquanto estão bem preparados. Evitar que pode cair na emboscada, evitar poder falhar. Era uma vida difícil, mas acima foi importante porque me ensinou a ter disciplina e a perceber melhor a questão da unidade nacional (GUEZIMANE, 2019).³²

³¹ GUEZIMANE, Deolinda. Entrevista: Deolinda Guezimane, Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 13 fev. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

³² Idem.

Figura 6 - Da esquerda para a direita, Alberto Chipande, Samora Machel e Deolinda Guezimane, em Maputo durante uma reunião da OMM – abril de 1976.



Fonte: Fotografia por autor desconhecido (1976) apud Waty e Gonçalves (2018, p.41).

Uma situação enfatizada na maioria das narrativas das ex-combatentes, que pode ser vista tanto na fala de Joice quanto na de Deolinda, é a experiência de fazer o “trabalho dos homens”. Essa experiência é um tipo de ação e interação que fazia com que essas mulheres entendessem que eram iguais aos homens. Essa situação dava a elas algum tipo de autoconfiança e também uma percepção de transformação da sociedade. Além disso, o fato de as mulheres poderem fazer o mesmo trabalho dos homens, ao lado deles, com participação política plena, era um dos pilares do projeto de emancipação da mulher da FRELIMO durante a luta de libertação.

Juliana Miguel, antiga combatente da província de Cabo Delgado, que foi também comissária política e comandante do DF, reforça esse ponto de vista em sua fala:

Mulheres e homens, tínhamos o mesmo coração; ali cada um chamava primo, irmão, tio, fosse de que região fosse; não havia macua, maconde, de Gaza, de Inhambane, de Sofala, não havia essa diferença. Qualquer comida que conseguíssemos, comíamos todos. A guerra ensinou-nos muitas coisas e sofremos muito também [...] Comecei a trabalhar como com os guerrilheiros e com o Destacamento Feminino. Fui educada a falar com os homens quando iam ao combate. Orientávamos, por exemplo, que se morresse alguém em combate, deviam fazer de tudo para trazer o corpo. Aprendi muito na Frelimo que o homem é igual a mulher, que a mulher pode falar com os homens sem problemas (NTUMBATE, 2012, apud MUSSANHANE, 2012, p. 479).

Juliana Miguel enfatiza em seu relato a Mussanhane (2012) o aspecto de união que a FRELIMO queria propagar, ou seja, que a “unidade” era o sentimento predominante no contexto da luta, como um ambiente de fraternidade familiar que superava as diferenças específicas de cada grupo social. No contexto da batalha, as diferenças sexuais precisavam ser superadas em prol de um bem maior, que era a independência de Moçambique. Nesse trecho, destaca-se também o fato de Juliana Miguel ter sido educada a falar com homens sobre as necessidades da luta e como esse processo de letramento político a fez se sentir segura e preparada para conversar com esses guerrilheiros sobre os assuntos inerentes à luta de libertação. Isto é, a formação e o treinamento para conversar com homens e mulheres sobre política fazia com que Juliana Miguel não se sentisse nem melhor nem pior que os homens, mas do mesmo nível deles.

A forma como essas mulheres expressam suas memórias, alinhadas às narrativas oficiais, nos leva a concluir que a comunicação com os homens era de igual para igual e que eles aceitavam pacificamente o diálogo. Dificilmente, vemos nessas narrativas oficiais algum relato de homens se insubordinando as ordens das lideranças femininas dentro da FRELIMO, quando por exemplo os treinamentos eram liderados pelas oficiais que ocuparam o cargo de instrutoras políticas, como a Joice Hamuza.

Nas coletâneas de entrevistas que analisamos, observa-se que as experiências narradas já foram repetidas diversas vezes e que a maioria das entrevistadas residentes na capital possui um discurso articulado à história oficial. Apesar de as lembranças serem individuais, elas se cruzam com a experiência coletivamente compartilhada por aquelas mulheres durante a luta de libertação. Usar a categoria “memória coletiva” criada por Halbwachs (1990) permite compreender que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem considerados os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. Ainda que as entrevistas e a análise de documentação sejam elementos importantes no processo reconstrução do passado vivido e experimentado por aquele grupo social, ao olharmos para esses vestígios, não podemos nos esquecer que as memórias comuns construídas sobre a atuação das mulheres na luta de libertação são permeadas pelas ideias advindas do nacionalismo moçambicano. A fala dessas mulheres é resultado de uma negociação entre suas memórias pessoais e as memórias institucionais e coletivas da atuação feminina pela independência.

A residência na capital é um fator que influencia a forma como essas memórias sobre a presença das mulheres no combate ao colonialismo português foram construídas e rememoradas na história de Moçambique. Maputo é a referência espacial que efetivamente

ordena os outros locais do país e possibilita a representação de relações que constroem e atribuem significado ao conceito abstrato de espaço nacional (KATTO, 2014, p. 550). A luta pela independência ocorreu nas regiões localizadas entre o centro e o norte de Moçambique. Contudo, nas narrativas, o espaço físico onde ocorreu o combate foi deixado de lado, pois o núcleo que assumiu o poder se realinhou no sul do país.

No pós-independência de Moçambique, o exército manteve um papel político dominante e muitos soldados foram transferidos para Maputo como parte do projeto de construção do estado da FRELIMO. Com base em uma experiência supostamente compartilhada do domínio colonial, eles deveriam inspirar nos moçambicanos um sentimento de unidade nacional (KATTO, 2014, p. 552). Além disso, diversas mulheres que atuaram nas múltiplas frentes de luta, no Destacamento Feminino, nas escolas e hospitais das zonas libertadas, como professoras, profissionais de saúde e guerrilheiras migraram para o sul, muitas acompanhando os companheiros que também eram ex-combatentes.

Em 1976, aconteceu a segunda conferência da OMM, quando a política em relação às mulheres foi reestruturada de acordo com as teorias socialistas clássicas da emancipação feminina. Assim, o caminho a ser seguido visava a integração das mulheres na produção lado a lado com os homens, de forma que a OMM deveria lutar contra costumes e ideias, obstáculos para a plena participação feminina na vida social e política (ARNFRED, 2011, p. 27). Dentro dessas premissas, as antigas integrantes do contingente que trabalhou diretamente na luta foram integradas aos quadros do governo, de forma direta ou indireta, para assumirem os cargos na OMM ou em outros órgãos públicos, com o objetivo de performar o modelo de “homem novo” que a liderança do país desejava como inspiração para a unidade nacional. Para esse fim, figuras de patentes mais alta e mais próximas do círculo de poder, tais como, Marina Pachinuapa, Paulina Mateus N’Kunda, Juliana Miguel e a própria Deolinda Guezimane passaram a residir em Maputo.

Dessa maneira, as narrativas das experiências das mulheres na luta de libertação, com lembranças que se misturam, se entrelaçam e se confundem fortemente como o que consta na historiografia oficial, reflete o papel que a memória coletiva desse grupo ocupa dentro da política da FRELIMO. Durante a luta de libertação, o DF e a OMM miravam o rompimento com o colonialismo, mas tinham medidas voltadas para a necessidade das mulheres. No pós-independência, quando o DF foi incorporado ao exército, a OMM era uma organização feminina, mas também uma arma da FRELIMO e posteriormente do partido Frelimo, cuja função era transmitir as políticas do governo para as mulheres, tornando-se assim um órgão a serviço do governo (ARNFRED, 2011, p. 28).

2.1.1 As vozes dissidentes do ideário socialista moçambicano

O nacionalismo moçambicano, durante a luta de libertação, considerava o colonialismo como seu principal adversário. Porém, ficava explícito que todos aqueles que possuíam ideias divergentes da FRELIMO, mesmo que fossem moçambicanos, eram também encarados como inimigos. Havia uma tentativa de homogeneização dos pensamentos políticos, justamente para que a unidade nacional prevalecesse. Essa linha de atuação se acentuou no pós-independência, já que havia um controle rígido dos inadaptados que, em determinado momento, chegaram a ser enviados aos campos de reeducação. Por isso, disciplina era importante. Os indisciplinados precisavam ser reeducados para que se encaixassem naquele novo projeto de sociedade.

A política de combate aos opositores se estendeu ao período de transição, que durou entre os Acordos de Lusaka³³, em 07 de setembro de 1974, até a Independência, em 25 de junho de 1975, quando a FRELIMO colocou em andamento a *Operação Limpeza*. Grupos militares vinculados ao governo bloquearam ruas e becos no centro de Lourenço Marques, fechando bares e cabarés, prendendo prostitutas, marginais e agitadores da oposição. Os presos foram encaminhados para campos de reeducação popular, locais que funcionavam como laboratórios de reconversão política, para onde eram enviados quaisquer indivíduos que simbolizassem valores ou práticas políticas moralmente condenáveis (PAREDES, M. M., 2014, p. 149). Os críticos do governo também foram enviados a estes campos. Essas políticas se recrudesceram nos anos seguintes, mediante a chamada *Operação Produção*³⁴, evento traumático e sensível da sociedade moçambicana, uma temática ainda pouco explorada dentro da historiografia do país.

O esforço por uma unidade ideológica ignorava a diversidade cultural do país e isso influenciou inclusive a existência de estudos sobre outros movimentos nacionalistas moçambicanos além da FRELIMO (MENEZES, 2015 p. 10). O assassinato de Eduardo

³³ Acordo assinado na província de Lusaka, no Zâmbia, em que o Estado Português reconheceu o direito de independência e autodeterminação de Moçambique, que seria solenemente proclamada em 25 de junho de 1975, dia do aniversário de fundação da FRELIMO. Foi criado um governo de transição, nomeado por acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, a quem coube promover a transferência progressiva de poderes em todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique (MUIUANE, 2006, p. 193)

³⁴ Tal como explica Thomaz (2008, p. 191), a Operação Produção ocorreu em 1983 e foi responsável pela evacuação de milhares de indivíduos dos centros urbanos para os campos de colonização no Niassa. Esses indivíduos eram acusados de serem malandros ou desocupados. O propósito seria transformá-los em “elementos úteis, trabalhadores dignos, cidadãos cumpridores dos seus deveres cívicos, responsáveis merecedores de aceitação social”.

Mondlane (1969) foi seguido por uma série de problemas que usavam o fator raça como critério de pertencimento e lealdade ao grupo. Isso porque Mondlane tinha sido casado com uma mulher branca, e existia um sentimento de hostilidade a pessoas brancas no seio do movimento de independência moçambicana. Esse critério era rejeitado por aqueles que seguiam o legado de Mondlane, que argumentavam sobre seu caráter de lealdade ao movimento.

Figuras com Uria Simango e Lazaro Kavandame entraram para a história política moçambicana como grandes traidores. Isso, porque, entre outras coisas, eles faziam parte de um grupo que se opunha à política de emancipação da mulher, à política de clemência em relação aos soldados portugueses prisioneiros, à criação de um exército popular e à estratégia da guerra prolongada. Além disso, o grupo desconfiava da maioria dos brancos que participava ao lado da FRELIMO na luta pela independência. Finalmente, em maio de 1970, durante uma reunião do Comitê Central, Simango foi expulso e, mais tarde, fuzilado, sob a acusação de estar ligado à conspiração separatista de Lázaro Kavandame (MACAGNO, 2009, p. 19).

Paulina Mateus participou do 2º Congresso da FRELIMO. Em seu depoimento, ela comenta sobre as divergências ideológicas que havia dentro da Frelimo acerca dos inimigos da luta contra o colonialismo que havia dentro do movimento naquele momento e que poderiam minar a luta:

Fui delegada a este Congresso e testemunhei o que as duas linhas antagônicas representavam, principalmente no que diz respeito à definição do nosso inimigo. Havia os que diziam que o nosso inimigo era o branco e outros diziam que era o colonialismo. Diziam que os brancos e os mestiços que estavam na Frente de Libertação de Moçambique não podiam estar e os africanos que estavam casados com brancas não podiam ser dirigentes, isto referindo-se ao Dr. Eduardo Mondlane. Havia também o problema de cada um querer lutar na sua zona de origem, como por exemplo o Lazaro Nkavandame queria estar em Cabo Delgado, o velho Kadawele no Niassa. Mas conseguimos superar e esclarecer quem era o inimigo e onde começava e terminava Moçambique, era necessário cultivar a Unidade Nacional. [...] Era um momento difícil em que a Frente tinha duas linhas antagônicas, uma revolucionária e outra reacionária, mesmo durante o Congresso notou-se essa contradição, mas o congresso realizou-se com êxito (N'KUNDA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 642).

A fala de Paulina Mateus está permeada pelo discurso oficial do grupo que assumiu a liderança da luta – e posteriormente do país – que detém o controle da narrativa oficial. Na narrativa dos fatos é possível entrever a crítica às divergências existentes no seio da FRELIMO naquele período. Primeiramente a relação dos moçambicanos negros com pessoas brancas. Uma parte da liderança do movimento, encabeçada por Eduardo Mondlane entendia

que o branco não era inimigo a ser combatido, e sim a colonização. Já a oposição encarava os brancos como oponentes.

Lazaro Kavandame era um comerciante *makonde* que obteve relativo sucesso com a organização da sua cooperativa, a Sociedade Africana Algodoeira Voluntária de Moçambique. Apesar das desconfianças de algumas lideranças da Frelimo em Dar-es-Salam, foi convidado, no final de 1962, para ocupar o lugar de regional “*chairman*” na província de Cabo Delgado, seu local de nascença. Paulina critica a postura dele de querer permanecer na província em que nasceu. Desejar permanecer no local de nascimento para lutar contra o colonialismo é ir contra o sentimento de unidade nacional. A partir do momento que existe uma unidade moçambicana, a pessoa pode lutar pela independência de Moçambique em qualquer lugar do território. O senso de pertencimento a um determinado grupo social, no caso os *makondes* de Cabo Delgado, e uma aspiração separatista para o movimento de libertação naquela região eram pensamentos que iam contra a ideologia da unidade nacional. Assim, os conflitos internos dentro do movimento eram oriundos de contradições de natureza econômica e política entre os que pretendiam continuar com o sistema colonial, apenas africanizando-o, e os que queriam radicalizar, com uma luta de classes a partir do poder do povo (MENESES, 2015, p. 18). O constante temor dos traidores e o sentimento de ódio ao inimigo foram fundamentais para o desenvolvimento da soberania da FRELIMO. Para aqueles que detinham a liderança do movimento pela libertação, somente a perspectiva marxista adotada pela frente levaria a um processo identitário transformador das relações sociais para se sobrepor ao colonialismo. A revolução nos moldes que eles propunham era a única forma pela qual a sociedade moçambicana poderia mudar, e quem discordasse, estava errado.

No contexto da luta pela independência, o inimigo principal era Portugal, na figura do exército, mas a liderança da FRELIMO enfatizava que civis não deveriam ser feridos propositalmente pela guerra. Tanto Eduardo Mondlane quanto Samora Machel foram muito cuidadosos em sempre reafirmar que a luta era contra o governo português, não contra os portugueses, que também eram oprimidos pelo fascismo. Na ocasião da Revolução dos Cravos, em abril de 1974, quando a sociedade portuguesa conseguiu romper com a ditadura do Estado Novo salazarista, Samora Machel proferiu um discurso de celebração do fim regime, quando também reiterou essa visão:

Nós consideramos esse facto uma vitória para o povo português, vitória com a qual nos alegamos, pois a nossa luta nunca foi dirigida contra o povo português que estava ele próprio oprimido pelo fascismo. [...] Aos moçambicanos brancos, homens

e mulheres, jovens e velhos, trabalhadores, estudantes, intelectuais, empregados, funcionários e outros, cujo apoio e participação na luta de libertação têm vindo a crescer, e cujos sentimentos nacionalistas constituem uma razão de orgulho para o povo moçambicano inteiro [...] A FRELIMO não opera qualquer discriminação nas suas fileiras: moçambicanos de todas as raças, origens e confissões religiosas são membros da FRELIMO desde que se disponham a lutar contra o colonialismo português e sigam a linha política da FRELIMO que visa a conquista da independência total e completa de Moçambique — do ponto de vista político, económico, social e cultural [...] (MACHEL, 1974).

Logo, as questões raciais eram ponderadas no projeto nacionalista, mas não eram a temática central nestas discussões, apesar de o processo colonizador no geral se centrar numa perspectiva de inferioridade de raças. A reestruturação do projeto nacional moçambicano, mesmo com a influência socialista, distanciava-se dos projetos de outros nacionalismos africanos, como por exemplo, da Guiné Bissau, onde Amílcar Cabral propôs uma reafirmação dos espíritos, ou mesmo da Tanzânia, grande apoiadora da independência moçambicana, onde o presidente Julius Nyerere era crítico à adoção dogmática do padrão soviético (PAREDES, M. M., 2014, p 146).

O ideário socialista moçambicano adquiriu um caráter misto e independente, no qual a reflexão teórica marxista teria contribuído para a associação do colonialismo e do racismo português ao imperialismo capitalista burguês. Porém, é visível uma preocupação de se colocar em evidência as especificidades do processo nacional moçambicano (PAREDES, M. M., 2014, p. 148).

Dentre as particularidades do complexo movimento nacionalista moçambicano, está a recusa da FRELIMO em explorar qualquer vínculo étnico ou “tribal” da luta, dentro da lógica de matar a tribo para fazer nascer a nação.³⁵ As zonas libertadas eram uma espécie de projeto piloto do que desejava a ala revolucionária da FRELIMO para o pós-independência e as massas eram mobilizadas politicamente para aderir às propostas desse projeto. Em um pensamento centrado numa luta de classes, o inimigo é o colonialismo, mas também todas as formas de exploração que eram obstáculo ao projeto de estado popular. Novamente, quem discordava do projeto da FRELIMO também era considerado inimigo.

³⁵ Um registro “clássico” da expressão “matar a tribo para fazer nascer a nação” e que se tornou uma espécie de bordão da unidade nacional está registrado no estudo *Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria* publicado em 1973 pelo Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo no segundo Caderno da coleção “Estudos e Orientações”. Foi republicado em 1978 pelo Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo e foi efetuado pelo Presidente Samora Machel com o objetivo de definir a natureza da Educação e da Cultura revolucionárias e suas características de ruptura com os sistemas de Educação das sociedades tradicional-feudal e colonialista.

Teresa António Chaibo Anaiva

Teresa António Chaibo Anaiva, ex-combatente nascida e criada na Província do Niassa, foi a primeira comandante da companhia do DF naquela região, o que também fez dela uma das figuras próximas do centro do poder. Teresa faz parte do grupo de mulheres que, apesar de ter treinado para pegar em armas, durante o período da guerra seguiu a carreira de enfermagem, tendo atuado como socorrista, enfermeira e parteira. Em finais de 1972, foi escolhida pelo presidente Samora Machel para ir à Itália terminar o curso de enfermeira e parteira iniciado em Nachingwea, voltando para a Tanzânia em setembro de 1974. No pós-independência, ela foi morar na capital, acompanhando o marido, que também era um ex-combatente. Logo, sua atuação na luta de libertação foi concentrada na área da saúde, oportunidade surgida provavelmente pelo fato de ter participado do primeiro grupo do DF na província do Niassa. Paralelamente, à formação técnica, a formação política a tornou mais uma aguerrida porta voz do discurso oficial da FRELIMO sobre igualdade e a necessidade de união do povo moçambicano, conforme o trecho a seguir:

Durante a luta, aprendi muita coisa. Tínhamos de saber enfrentar a guerra e o sofrimento. Aprendi coisas boas e vi também coisas más. Quando começou a guerra foi difícil as pessoas unirem-se, mas a Frelimo trabalhou muito para a união dos moçambicanos e só graças a união é que conseguiram a vitória. Nós só ouvíamos dizer que há macondes, mas nunca tínhamos visto; nunca tínhamos visto as tatuagens, mas durante a guerra, vimos que as pessoas iguais, embora com usos e costumes diferentes. A Frelimo trabalhou para eliminar estas diferenças. Durante a guerra estávamos todos misturados e não havia divisão na altura da distribuição das tarefas (ANAIVA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 739).

Neste excerto, Teresa António fala como o sofrimento inerente a um combate bélico gerou o tipo de aprendizagem que fez com que os guerrilheiros compreendessem que a vitória contra o colonialismo só ocorreria se houvesse união. Todas as pessoas eram iguais, apesar das diferenças dos “usos e costumes” (ANAIVA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012). Isso é, todos eram iguais, apesar de falarem idiomas diferentes, comerem comidas diferentes e terem hábitos de vivência em sociedade diferentes, especificidades que a FRELIMO desde sempre tentou eliminar. Se a eliminação da diferença não ocorresse através do processo de conscientização política e ideológica, ela ocorreria na base da punição ou da expulsão do movimento.

O projeto nacional moçambicano no pós-independência foi constituído a partir das memórias de uma elite política que afirma e legitima a narrativa oficial. Essa característica

está refletida em níveis diferentes nas falas das ex-combatentes concentradas na capital e nas demais regiões do país.

O ideário de emancipação da mulher era celebrado dentro de uma lógica na qual elas eram capazes de trabalhar igual aos homens, e que essa igualdade era um dos pré-requisitos para a conquista da independência – e, posteriormente, para transformação da sociedade moçambicana. Arelados a uma disciplina em prol da manutenção da unidade nacional e do combate ao “tribalismo” e ao regionalismo, esses ideais começaram a ser sedimentados na consciência dos cidadãos moçambicanos durante a luta anticolonial e se estenderam no pós-independência. Além disso, depois da libertação do país, permaneceu a rigidez com a qual a FRELIMO tratava aquelas pessoas que discordavam das premissas que o partido definiu para a nação.

Diante desse cenário, é compreensível a falta de narrativas sobre as lutas de libertação escritas pelas mulheres que participaram da guerra. A inserção das mulheres dentro da máquina governamental tornou muitas delas crédulas, conformadas e/ou coniventes com o discurso de igualdade entre homens e mulheres em Moçambique. As ex-combatentes insatisfeitas ou inconformadas, que poderiam fazer narrativas para além da construção do mito de heróis e heroínas nacionais, preferiram se calar, provavelmente por prudência e por observarem a forma como as pessoas que manifestavam um ponto de vista diferente do oficial eram tratadas. Há um temor de retaliações das vozes dissidentes.

Neste tópico, analisamos os relatos de Joice Hamuza, Deolinda Guizemane, Juliana Miguel e Teresa António Chaibo Anaiva, e verificamos que são vozes que reforçam a ideia de unidade dentro da FRELIMO. Contudo, identificamos também como o esforço para a construção de uma unidade nacional não deu margem para a construção de narrativas dissonantes. Pessoas com posicionamento político divergente da FRELIMO ou com comportamento considerado imoral foram tratadas com violência, presas e até mesmo enviadas aos campos de reeducação. A tentativa de conquista da unidade ocorreu através de mobilização política, mas também através de violência e coerção.

2.2 As ex-combatentes e algumas experiências indizíveis ou desmoralizantes

Apesar de haver uma memória oficial sobre a coragem das heroínas da luta de libertação que destaca os diversos obstáculos que elas superaram para também participarem como protagonistas da batalha, é nítido que foram feitas escolhas conscientes e inconscientes sobre quais partes desse passado seriam evidenciadas. Walter Benjamin (1996), ao refletir

sobre os livros escritos nos dez anos após a Primeira Guerra Mundial, que terminou em 1918, afirma que as obras não continham experiências transmissíveis de boca a boca. Isso, porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizantes que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome e a experiência moral pelos governantes (BENJAMIN, 1996, p. 114-119). No ensaio *Experiência e Pobreza*, o autor faz um diagnóstico do definhamento da capacidade da sociedade moderna em transmitir experiências. A volta dos combatentes da Primeira Guerra, calados, incapazes de narrar as experiências sofridas na guerra devido ao trauma, era uma amostra disso (BENJAMIN, 1996). Ao pesquisarmos sobre a memória das antigas combatentes na luta de libertação algumas experiências foram tão desmoralizantes, vergonhosas e/ou traumáticas que para aquelas mulheres se tornaram eventos que não mereciam ser narrados ou eram dolorosos de relembrar. Esta seção explora algumas destas narrativas e procura entender o quanto essas experiências foram um obstáculo para que essas mulheres escrevessem suas próprias narrativas sobre sua atuação na luta de libertação.

Teresa António Chaibo Anaiva

As mulheres que atuaram na luta anticolonial no Destacamento Feminino, ou em outros trabalhos de retaguarda, no geral, conseguem narrar suas experiências de terror bélico, sobre passar fome, sobre ter medo e sobre as violências sofridas diretamente pelo colonialismo português. A ex-combatente Teresa Anaiva, por exemplo, relata suas lembranças a respeito da violência e do medo durante as fugas dos ataques realizados pelo exército português:

De referir que, durante a luta, ninguém vacilava apesar do cansaço; mesmo as mulheres grávidas na hora de fugir, tinham de correr. Mesmo os doentes corriam. Havia casos em que, na hora de correr, as senhoras grávidas começavam o trabalho de parto e alguém tinha de ajudar. Acontecia também que durante a altura da fuga, as mulheres grávidas eram apanhadas e espetavam-lhes baionetas na barriga e morriam; e às vezes, na hora do parto, eram apanhadas e matavam mãe e filho. As crianças nasceram durante a luta, mesmo a partir dos dois anos, já sabiam distinguir o barulho de avião e os mais velhos fugiam (ANAIVA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 739).

Esse trecho descreve vários tipos de violência. Numa perspectiva macro, é o retrato das sequelas de uma situação colonial. A violência colonial nasceu desde quando os portugueses invadiram Moçambique e usaram diversos mecanismos de controle, da violência jurídica e violência física, para subjugar a população nativa e dominar aquele território.

Achille Mbembe (2018), em suas reflexões sobre a *necropolítica*, fala de como nas colônias esse conceito parte do entendimento de que, nesses territórios dominados, a ausência absoluta da lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Os habitantes nativos são vistos como selvagens e, por isso, os colonizadores enxergam que há um direito soberano de matar. Na década de 60, quando as colônias ocupadas por Portugal se organizaram para conquistar a independência, o estado português, através do seu exército, atacava o povo negro com suas armas de guerra para manutenção da ocupação colonial, assumindo novamente o agente de uma necropolítica. Uma guerra por si só é um evento violento, porém, numa luta anticolonial, a guerra adquire um caráter ainda maior de injustiça, já que vemos um estado europeu exercendo um suposto “direito de matar e lutar” (MBEMBE, 2018, p. 52) por uma terra que eles nunca tiveram direito.

Teresa Anaiva compartilha também sobre a crueldade e abusos de direitos humanos específicos de gênero, perpetrados pelas tropas inimigas às mulheres em situação de extrema vulnerabilidade (ANAIVA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012). A forma como essas mulheres em trabalho de parto e com bebês recém-nascidos foram tratadas pelo exército inimigo é mais uma face do terror praticado pelos colonizadores em Moçambique. No contexto da batalha, o *modus operandi* como o exército português lidou com as mulheres e crianças indefesas é assustadora, pois a formação do terror permitia avaliar a eficácia da colônia e a necessidade de selecionar a raça e exterminar o vencido (MBEMBE, 2018, p. 32-35).

Podemos pensar também na aplicação da expressão infância roubada, pelo menos no que se refere aos primeiros anos das crianças que nasceram no contexto das batalhas. Isso, porque o mundo infantil é associado a um universo lúdico, e não a preocupações com violência. Ainda existe uma ampla margem para estudos sobre a desproteção da infância e até mesmo sobre a atuação de crianças soldados no contexto da luta pela independência de Moçambique.

Lúcia Ali Abdala

A ex-combatente Lúcia Ali Abdala, que atuou no Niassa Ocidental, ao falar sobre sua participação na luta de libertação, recorda que, durante o conflito, o grupo de refugiados do qual ela e sua família faziam parte foi atacado e forçado a se mudar para outras localidades no meio do mato por cerca de três vezes. Os bombardeios eram muito fortes, pois estava em curso a operação *Nó Górdio de Kaúlza de Arriaga* em 1970. Nessa operação, a tática militar

portuguesa consistia em fazer os aviões de guerra lançarem bombas de *Napalm* no mato, antes de os helicópteros trazerem tropas terrestres para a área.

Segundo Lúcia Ali Abdala, a vida no campo ficou tão insuportável que sua família decidiu fugir para a Tanzânia. Contudo, à ocasião, quando foi se inscrever para transportar material de guerra para Moçambique, ela foi capturada pelas guerrilhas moçambicanas. Lúcia foi impedida de voltar para sua família e coagida a entrar para a vida militar da FRELIMO. Ela era muito jovem e chorava muito quando chegou à base em Ngungunyane. Inclusive, os soldados lhe disseram que ela com certeza seria enviada de volta para Tanzânia, por ser tão nova. Porém, tal fato não aconteceu e ela recebeu a ordem de ficar e fazer o treino militar (ABDALA, 2018 apud KATTO, 2018, p. 51).

A operação Nó Górdio mencionada por Lúcia foi lançada pelo exército português sob o comando de Kaúlza de Arriaga, general, comandante e chefe das Forças Armadas, em Moçambique, no dia 1º de julho de 1970. Foi concentrada inicialmente na província do Cabo Delgado e posteriormente se expandiu para na província do Niassa. Na sua preparação, teve uma intensa ação psicológica que buscava criar conflitos étnicos e dividir as populações com a finalidade de diminuir o apoio aos guerrilheiros da FRELIMO. O exército português realizou uma ofensiva utilizando aviões que bombardearam intensamente aquelas regiões, destruindo e incendiando *machambas*, matas, aldeias, escolas e postos de saúde. O objetivo era obrigar a população a ir para os aldeamentos criados pelos portugueses (SOUTO, 2018, p. 191), que se assemelhavam mais a espaços de confinamento, terrenos cercados por arame farpado, que impediam que a população nativa se deslocasse ou pudesse apoiar os guerrilheiros da FRELIMO. O uso das bombas incendiárias feitas de *napalm* torna o cenário ainda mais aterrorizante, já que essa substância corresponde a um conjunto de líquidos inflamáveis que, quando misturado com gasolina, a transforma num gel pegajoso e incendiário, que, do ponto de vista bélico aumenta de forma significativa a eficiência de líquidos inflamáveis (ARAÚJO; SILVA, 2009). Durante a operação, as armas ocuparam o papel delas na guerra, que é o de ser um instrumento para provocar o terror. Ainda em associação com as reflexões de Mbembe (2018), o uso de helicópteros, juntamente com as armas de fogo e as bombas de *napalm*, potencializa o caráter de destruição das armas, submetendo as pessoas a um extermínio máximo ou a um estado de letargia.

O trecho da entrevista de Lúcia Ali Abdala, além de falar das brutalidades praticadas pelo exército português, também mostra outra face da guerra, qual seja as crueldades cometidas pela FRELIMO. O recrutamento forçado de meninas para trabalhar na Frente é uma entre tantas outras violências praticadas sob a justificativa da prioridade da conquista da

independência. Dentre os objetivos do discurso de igualdade entre homens e mulheres, encontra-se a possibilidade de oferecer um respaldo ideológico para arregimentar mais mão de obra para a luta, o que, convenientemente, tornava aceitável o recrutamento de meninas e mulheres. Aaronette White (2007) afirma que relatos e registros militares indicam que a maioria dos exércitos anticoloniais treinavam mulheres como combatentes por desespero e necessidade, e não por uma consciência iluminada ou feminista. Paralelamente, seria ilusório acreditar que o discurso de mobilização política estimulou todas as mulheres que entraram na luta a uma adesão espontânea. Dessa forma, ao pensarmos nas experiências pouco discutidas acerca da atuação feminina na luta de libertação, é sim importante abordar as convocações compulsórias.

Helena Baide Momade

A ex-combatente Helena Baide Momade falou na entrevista que concedeu para Katto (2018), que tinha apenas dez anos quando entrou no mato e foi levada para treinar em Nachingwea, no segundo grupo de recrutas femininas do Niassa, em 1967. Helena Baide Momade lembra que, por ser muito jovem naquele tempo, não percebia o que a guerra significava, bem como não tinha ideia que as bombas matavam. Segundo a ex-combatente, ela era tão pequena que sua arma tocava o chão quando transportada em seu ombro e, portanto, ela era obrigada a levá-la na sua cabeça “como lenha”. Helena explica porque a FRELIMO recrutava meninas novas como ela:

Porque nós, quando saímos de casa, nós fomos para o mato. Isto foi antes de nós termos crescido. Porque para a nossa vida militar pessoas grandes não entravam. Eles procuravam meninas pequenas para elas não terem estes pensamentos sobre os seus pais, para não se recordarem de casa! Apenas tinham de pensar no que estava a fazer. Por isso nós entrávamos antes de termos crescido (MOMADE, 2018 apud KATTO, 2018, p. 86).

Na fala de Helena, vemos que a opção da FRELIMO por recrutar crianças era uma estratégia para que a adaptação delas à realidade bélica fosse mais fácil. No contexto de fragilidade social, essas meninas se tornaram alvos fáceis e manipuláveis para a coerção, e o ambiente onde elas se encontravam as obrigava a fazer parte do conflito. A inocência e a falta de entendimento do que é participar de uma luta armada e das dificuldades a serem enfrentadas faziam com que essas crianças fossem mais maleáveis para se tornarem executoras das tarefas demandadas pela luta de libertação. O trabalho de conscientização

política e o endurecimento emocional eram alcançados por meio de um processo educacional, com treinamentos, explicações e imitação do trabalho das mais velhas. Mas, também eram utilizados métodos coercitivos e manipulação para fazer com que essas meninas concordassem com ideais e princípios, impondo-se dogmas, o que as tornava, até certo nível, submissas.

Esse trabalho não tem como o objetivo se aprofundar nas discussões existentes sobre crianças soldado, contudo, não podemos deixar de mencionar a violência envolvida na coerção de crianças tão pequenas para pegar em armas em uma guerra, ainda que a causa seja justa. Muitas meninas como Helena se tornaram mulheres ao longo da luta de libertação, passando pela vivência brutal inerente a um conflito bélico. Ainda, muitas outras experiências violentas aconteceram. A tentativa de mascará-las está diretamente relacionada à retórica da igualdade entre homem e mulher durante a luta de libertação.

2.2.1 “O capim juntou-se com o fogo”

Em todas as entrevistas das ex-combatentes publicadas em livros, especialmente daquelas que vieram a ocupar cargos importantes no governo da FRELIMO, exaltam o quanto as mulheres eram igualmente tratadas como os homens. Para a maioria das ex-combatentes no início da luta, a capacidade das mulheres atuarem como guerrilheiras foi questionada, contudo, após o sucesso das primeiras 25 mulheres no treinamento em Nachingwea, a força delas foi reconhecida; e que ao serem integradas, todos “eram irmãos”, que trabalhavam com respeito e companheirismo. Essa narrativa foi reforçada por Marina Pachinuapa, Coronel da Reserva do Exército, que estava nesse primeiro grupo de Nachingwea. Pachinuapa afirma que “os receios de assédios sexual e de comportamentos desviantes não foram registrados, e por isso, o capim juntou-se com o fogo, normalmente, e não houve incêndio” (PACHINUAPA et al., 2017, p. 55). O seu discurso de exaltação da memória oficial reflete o papel que ela ocupou e ocupa na perpetuação desse passado de glorificação das políticas adotadas pela FRELIMO.

Outras pessoas também pensam como Pachinuapa, como Juliana Miguel Ntumbante. Esta afirmou a mesma perspectiva de que não havia interesses amorosos ou sexuais no interior do grupo: “nós não brincávamos, quer homens, quer mulheres; não pensávamos em namorar, casar... Não olhávamos os homens como pessoas para casar. O nosso objetivo era libertar a terra” (NTUMBANTE, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 480). As falas de Juliana Miguel Ntumbante e a de Marina Pachinuapa são semelhantes sobre a ausência de

sexo no grupo, mostrando, assim a homogeneidade de uma memória oficial construída para enfatizar que no passado da luta de libertação homens e mulheres colocaram os sentimentos mundanos em segundo plano, em prol de um bem maior, que era a disciplina e o foco para a conquista da independência de Moçambique.

No entanto, essas falas contradizem os relatos de violência narrados por outras antigas combatentes. Algumas fontes documentais acessadas no Arquivo Histórico de Moçambique (1968), no Fundo da FRELIMO, apresentam informações que contrapõem essa narrativa. Um relatório redigido em 24 de junho de 1968, uma espécie de ata de reunião, é iniciado com a fala de Henriqueta João, lotada na Base Provincial da Beira, em Cabo Delgado, que relata o andamento e efetividade dos trabalhos do Destacamento Feminino naquela região. Henriqueta João fez parte do primeiro grupo de guerrilheiras que treinou em Nachingwea em 1967, assumindo a princípio o cargo de chefe da 3ª Seção. Como a proximidade da Província de Cabo Delgado com a Tanzânia facilitava a entrada de alimentos vindos do exterior, no documento, Henriqueta solicita que esse processo continuasse sendo viabilizado, para que os soldados não roubassem comida da população. Fala ainda das conquistas alcançadas através do trabalho de conscientização feito pelo Destacamento Feminino, já que isso colaborou para a adesão de novos integrantes aos treinamentos militares, bem como no controle de transeuntes naquela zona. Contudo, o tema central desse relatório são as constatações e propostas que Henriqueta faz em relação ao casamento das integrantes do DF.

No referido relatório, destaca-se também as análises de Josina Machel e Marina Pachinuapua (chamadas pelos sobrenomes Muthemba e Mangedeye respectivamente), sobre os obstáculos de mobilização política da região de Cabo Delgado. Essas dificuldades estavam ligadas ao tema do casamento e também das disputas entre o “tribalismo”, as tradições e as necessidades políticas do país. Foi feita ainda uma análise sobre a situação de meninas e mulheres naquela região que após engravidarem se viam numa situação de ostracismo e isolamento, bem como não se sentiam motivadas a aderir e/ou voltar à luta. Em relação ao casamento, Henriqueta João colocava-se diretamente contra o casamento, pois este era um nítido empecilho para o sucesso da luta anticolonial:

Sobre o ponto do casamento me é difícil responder porque sei perfeitamente de que cada revolução armada realizada no mundo houve participação directa da mulher. Não sei como é que eles resolviam os problemas quando apareciam no seio deles, pois nenhuma revolução chegou à Independência sem passar por problemas agudos. Em Moçambique estamos fazendo o mesmo e se sair esta ordem de nos casar, não haverá na armada o Destacamento Feminino. Nós somos internacionalmente conhecidas na nossa participação directa na armada e se hoje desaparecermos por causa de casamento, julgo que a nossa revolução sofrerá uma grande vergonha. Proponho que deixemos continuar o Destacamento Feminino na armada até a Independência total do país (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1968).

Seu relato deixa explícito que homens e mulheres inseridos na luta pensavam em casamento, amor e sexo. A narrativa oficial quer nos fazer acreditar que a luta de libertação nacional era o mais importante naquela conjuntura, de forma que a meta unia aquelas pessoas e nada mais importava. Porém, alcançar a luta de libertação não era uma tarefa que sublimava as demais emoções e desejos daqueles combatentes, como demonstram as fontes analisadas.

Ao trazer esse tema para discussão, Henriqueta João já mostra o quanto “o capim juntou-se com o fogo” e o quão complexa poderiam ser as relações entre homens e mulheres no contexto da luta, para além do reconhecimento da capacidade feminina em lutar. Henriqueta João declarava ainda seu receio de que o casamento das integrantes do Destacamento Feminino fizesse com que elas se afastassem da luta. Ademais, Henriqueta João manifesta que o desejo coletivo – a conquista da independência – deveria se sobrepor ao individual – o matrimônio. O casamento era de fato um problema agudo naquela conjuntura e precisava ser discutido. Havia receio pelo desaparecimento do DF, caso as moças escolhessem sair da luta para se casar, o que seria uma grande vergonha para a revolução. Nessa mesma reunião, Marina Pachinuapua também expressou preocupação sobre a questão da permissão do casamento entre combatente homens e mulheres, apresentando um pensamento semelhante ao de Henriqueta João:

Todos sabemos que cada pessoa que nasce e cresce se casa quando chega a idade própria mas para nós que estamos no trabalho revolucionário que um momento a outro espero receber ordens, me é difícil definir se devemos ou não. Como revolucionária pronta para cumprir qualquer missão em qualquer e em qualquer altura que for indicada, me será difícil realizar bem os trabalhos, como senti o calor de amor não terei espírito de trabalho longe do meu esposo, o esposo também não terá coragem de trabalhar longe de sua esposa e desta maneira o trabalho se enfraquece pensando um do outro coisa que nos pode trazer paralisação da Revolução. Ora se a ordem sair de nos casar, não devemos continuar na base para evitarmos as complicações que pode haver entre os nossos soldados. Se a ordem sair, podemos casar, mas sabendo que o Destacamento Feminino vai brevemente terminar ou então dar dores de cabeça ao chefe que for indicado de dirigir tais pessoas. Quem quiser se casar pode o fazer, mas eu acho que devemos continuar o Destacamento Feminino na armada enquanto umas 'cai' e outras continuam com a revolução (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1968).

Marina Pachinuapua demonstrou suas dúvidas sobre a viabilidade de conciliar o casamento com as obrigações militares. Ela acreditava que os combatentes casados perderiam o foco na luta. Assim, aquela que se cassasse deveria sair do DF para evitar algum tipo de complicação ou conflito de interesses. O casamento enfraqueceria a Revolução, já que as mulheres casadas que saíssem da base esvaziariam o contingente do Destacamento Feminino.

Marina Pachinuapa entendia que quem quisesse, poderia se casar, mas que a prioridade deveria ser continuar na luta armada. O chefe provincial, Raimundo Domingos Pachinuapa, pensava diferente das integrantes do DF de Cabo Delgado em relação ao casamento, entendendo que este não deveria ser impedimento para a participação da mulher na luta. No fim, o Comitê Central autorizou que as moças do DF se casassem durante a luta. No fim a autorização para casar saiu. A própria Marina Pachinuapua, se casou na Base Beira, no dia 23 de outubro de 1969, com Raimundo Domingos Pachinuapa, que se posicionou a favor do matrimônio. Depois de casadas elas continuavam sendo soldadas, mantendo o compromisso delas era com a guerrilha pela luta de libertação. Ou seja, as autorizações para casamento não resultaram na extinção do DF.

Muitas mulheres que tiveram filhos durante a luta se casaram com os pais das crianças, situação importante para dar a elas o caráter de mulher respeitável que tanto valorizavam. Porém, nem todas o fizeram. Tiveram aquelas que, à ocasião, foram abandonadas, ou cujos filhos nem tiveram a paternidade reconhecida. Isso é um indício de experiências que por muito tempo foram indizíveis e que estão relacionadas à violência sofrida entre camaradas. Katto (2010) afirma que várias mulheres disseram ter se sentido incomodadas pela atmosfera sexualizada logo quando entraram no exército. A violência sexual, no entanto, não era comumente discutida. Apesar desses silêncios, é possível argumentar que as mulheres do exército experimentaram maior vulnerabilidade sexual na forma de constantes assédios morais e avanços sexuais, mas também (prostituição forçada), estupro, etc.

Como integrantes do DF, as mulheres tinham mais proteção, mas, principalmente no início, no momento do recrutamento, algumas meninas foram forçadas a atender sexualmente aos guerrilheiros (KATTO, 2010). A hierarquia do exército dificultava que elas recusassem os avanços masculinos, então sucumbiam. Às vezes, essas experiências violentas foram narradas com outros significados, de maneira que a narrativa baseada no patriotismo impedia que essas mulheres identificassem a si mesmas como vítimas de violência sexual. Sob a condição de anonimato, uma das entrevistadas de Katto (2010) narrou que uma moça em sua base manteve relações sexuais com os soldados, não por dinheiro ou comida, mas porque a FRELIMO poderia ganhar a guerra. Então, fornecer serviços sexuais era visto como um dever patriótico (KATTO, 2010, p. 71).

Sob a lógica de mulheres que se submetiam a relações sexuais em prol da libertação nacional e pelo bem da coletividade, outra entrevistada narra como ficou com um soldado por obrigação, sem que gostasse dele, apenas porque ele era seu chefe.

Aquilo é triste de contar. E eu não gosto, mas vou contar. Eu vinha da missão e andei ali de um lado para outro... encontrei com... Não houve namoro porque eu não gostava! Não gostava, nem tão pouco. Mas aquilo foi um tipo de obrigação, porque era um comandante, porque ele se queixou: "Eu estou falar com a senhora [...], não me responde," não sei quantos. Ahh! Aceitei aquilo para não me dizerem que sou reaccionária. Pronto, fiquei com ele. Não tinha namoro assim, mas depois passei já a habituar-me. Mas não era já o gosto, não. Ele era um bocadinho mais velho que eu. Mas bom, fiquei, tinha filhos com ele (KATTO, 2010, p. 71).

Katto (2010) afirma que, no dia seguinte ao depoimento, a antiga combatente que fez o relato acima refutou a história, dizendo apenas que alguns homens não mereciam ser soldados de Samora Machel. A doutrinação a respeito de sublimar a individualidade em prol de um bem maior, que era a conquista da independência, fez com que essas mulheres se sentissem forçadas a se submeterem sexualmente aos homens. O medo de ser acusada de reacionária ao não aceitar se relacionar com um homem em cargo de liderança é uma faceta do medo da política da FRELIMO que punia quem pensava de forma diferente. Essas são histórias que elas têm vergonha de contar. Além disso, essas mulheres não têm certeza sobre como narrar as experiências traumáticas sem romper com a história oficial ou se ainda devem perpetuar na repetição do discurso hegemônico. As hierarquias de gênero infelizmente fizeram com que as mulheres, ao trabalharem em conjunto com os homens, estivessem sujeitas a inúmeras maneiras de violência praticada por eles, inclusive a sexual.

2.2.2 Punições pela gravidez e adultério de combatentes

Naquele contexto, relações sexuais fora de um relacionamento formal eram proibidas. No caso de uma DF engravidar, o homem e a mulher eram questionados antes que fossem decididas as ações disciplinares apropriadas, que incluíam multas, sentenças de prisão e processos de reeducação. Havia também a pressão pelo casamento e a punição para casos de adultério. Dentre os documentos acessados no AHM, destaca-se uma carta com procedimentos jurídicos e punições a serem adotados para diversas situações ilegais, inclusive o adultério cometido no âmbito da luta. Como sabemos, normas são criadas para regular práticas da comunidade ou grupo. Assim, no documento intitulado *Sobre problemas jurídicos*, há um trecho no qual se destaca que "aqueles que involuntariamente devam ser castigados, devemos aplicar o trabalho duro, ao que agora chamamos de reeducação" (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1971a).

No documento, datado de 24 de maio de 1971, já vemos a adoção da prática de campos de reeducação, que posteriormente seria incorporada às políticas do governo moçambicano no pós-independência. No caso específico dos crimes de adultério, as punições consistiam em pagamento de multas e trabalho reeducativo. O valor e a quantidade de dias de trabalho variavam de com o gênero e com o estado civil. Segundo o texto, em caso de adultério, o homem era punido com 25 *shillings* de multa e 15 dias de trabalho reeducativo, enquanto a mulher era submetida a 30 dias. Já nos casos de gravidez de mulher casada, a multa era de 30 *shillings* e 15 dias de trabalho reeducativo para os homens, e as mulheres trabalhavam 40 dias em vez de pagar multa em dinheiro. O Comitê Provincial deixa explícito no documento que, em vez de pagarem multa, as adúlteras eram submetidas ao trabalho forçado, mesmo grávidas, porque essa era uma punição considerada mais severa, com o objetivo de combater de forma mais efetiva a corrupção dessas mulheres. Na percepção das lideranças da FRELIMO, muitas mulheres casadas cometiam reiteradamente o crime de adultério por saber que a família teria condições financeiras para arcar com o custo da multa.

Apesar da retórica da igualdade de gênero, essa é mais uma fonte que mostra que as mulheres combatentes eram consideradas inferiores em relação aos homens. O peso e a responsabilização pelo adultério eram maiores pra elas. O envio para o trabalho reeducativo produzia também uma condenação pública e a perda da respeitabilidade, colocando mais um desafio para a dignidade e para o bem-estar psicológico das combatentes. Embora as normas de comportamento antes da guerra pregassem que a maioria das mulheres moçambicanas deveriam ser recatadas e resistir às propostas sexuais dos homens, a vida nos acampamentos militares criou costumes diferentes. Esse documento reforça que o discurso de equidade era descolado da prática, além de mostrar o quanto esse tipo de punição aprofundava a desigualdade.

A decisão do Comitê Provincial em interferir em questões da vida privada, com a justificativa que elas prejudicavam a luta de libertação, pode ser atribuída a uma tendência de moralização cristã e patriarcal da subordinação feminina, paralela a uma necessidade de controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Arnfred (2011) esboça a superposição, ainda que parcial, entre a moral da FRELIMO e a moral protestante, apontando para o uso pela FRELIMO desta ética para construir o socialismo. A coincidência dos valores da FRELIMO e dos cristãos no que diz respeito aos valores relativos ao casamento e à família já foi insinuada. Além disso, os protestantes, exatamente como a FRELIMO, e posteriormente a OMM, ao propagarem a família patriarcal e nuclear como o modelo ideal de uma sociedade socialista e revolucionária, enxergavam a si mesmos como opositores à opressão da mulher

(ARNFRED, 2011, p. 59-60)³⁶. A partir disso, a FRELIMO criticava os rituais de iniciação realizados, sobretudo no norte do país, os quais a Frente encarava como opressivos à mulher, além de, sob a perspectiva deles, expressarem o “tribalismo”.

Mulheres adúlteras que engravidavam no contexto da luta de libertação, além de se desviarem do objetivo principal, estavam supostamente vivenciando a sexualidade pelo prazer, para além do mandamento de “crescei e multiplicai-vos.” Não é possível afirmar que, ao aplicarem as punições às mulheres que engravidavam, houve ponderação sobre a existência de violência sexual ou sobre a possibilidade de elas terem sido obrigadas a se relacionar com aqueles homens. Também não foi possível identificar penalizações para homens que trataram as mulheres de forma violenta no contexto da luta nesta documentação ou nas demais fontes e referências coletadas.

2.2.3 As crianças das combatentes e apoiadoras da Luta

Ainda que o discurso oficial insista que o mais importante para todos os moçambicanos envolvidos na luta era a conquista da independência e o rompimento com o colonialismo, foi possível constatar que a subjetividade das combatentes se sobrepunha às necessidades coletivas em alguns momentos. Ao terem filhos, a preocupação das guerrilheiras mudava de foco, apesar de as crianças não estarem com elas nas trincheiras. Muitas integrantes do Destacamento Feminino, após terem filhos, de fato não voltaram para frente de batalha. A maternidade acabava por pesar mais na decisão de não voltar do que o casamento, e essa também era uma preocupação. O documento que contém deliberações para o Destacamento Feminino na Base Provincial de Cabo Delgado, datado em 24 de maio de 1971, referente a procedimentos a serem adotados em relação às integrantes grávidas, é resultado dessa preocupação:

[...] tem-se notado que algumas delas, em especial lugar aquelas que se encontram em estado de gravidez ou maternal quando são destacadas da base ao seu próprio distrito, de acordo com as Resoluções do I Conselho Provincial, esquecem-se totalmente do desempenho do seu trabalho e tornam-se totalmente indisciplinadas. Camaradas treinadas, algumas dão muito que fazer neste sentido: chegam no Distrito

³⁶ A autora também reflete que, em contraste com a Igreja Católica, a Missão Protestante permanece em alta estima no Moçambique independente de hoje, e por boas razões. Em oposição aos católicos, a educação oferecida pelas missões protestantes era muito melhor e seguia até o ensino secundário. As missões protestantes ofereciam a única possibilidade de uma educação adequada para os moçambicanos. E elas não estavam comprometidas com o regime colonial. Assim, não há nenhuma coincidência no fato de que muitos daqueles que foram depois líderes da FRELIMO tenham suas raízes nas escolas da Missão Protestante (ARNFRED, 2011, p. 57-58).

onde pertencem e abandonando-o indo assim para a casa dos seus familiares sem pensar mais no regresso. Em face disso o comitê provincial sugere: 1 - a) Que os Comissários Políticos Distritais e os Comandantes Operacionais Zonais intensifiquem o recrutamento de camaradas do Destacamento Feminino com bebê, para as Sedes dos Distritos. b) Que as crianças já com três anos de idade devem estar ao cuidado da Organização, separadas das suas mães. c) Que o recrutamento das mesmas seja no estado maternal seja de acordo com a idade da criança, pelo menos três meses para cima. [...] 2 - Que a responsável do Destacamento Feminino mantenha um forte controle sobre a sua Sub- Secção (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1971b).

O documento demonstra que, apesar do estigma que mulheres grávidas pudessem ter adquirido, a mão de obra delas era necessária para a luta de libertação, mesmo após o nascimento das crianças. A FRELIMO desenvolveu mecanismos de controle para tentar diminuir a evasão de mulheres da frente de combate por causa da maternidade. Para tentar mitigar essas fugas, o Departamento de Assuntos Sociais ampliou o escopo de atendimento dos infantários. A princípio, eles tinham sido criados para o acolhimento de órfãos, mas passaram a receber também os filhos das combatentes do Destacamento Feminino e até mesmo de mulheres que atuavam em outras atividades, como enfermeiras, socorristas e carregadoras de materiais, que não poderiam ficar com as crianças em tempo integral. O Centro Educacional de Tunduru, na Tanzânia, era o maior infantiário da época.

A historiografia sobre a luta de libertação de Moçambique destaca o esforço de Josina Machel na construção de mais infantários no interior do país, nas zonas que já estavam libertadas. Essa era uma de suas atribuições como Chefe do Departamento de Assuntos Sociais. Ressalta-se que Josina Machel se dedicou a essas atividades grávida e, posteriormente, com filho pequeno, mesmo já estando doente, com problema no fígado e necessitando ficar em repouso. Esse fato é usado como um exemplo de uma autêntica heroína da luta de libertação, uma mártir que abdicou da sua saúde e da sua individualidade em prol da unidade nacional (CARNEIRO, 2018).

Nos infantários, as chamadas mães adotivas, além de cuidarem das crianças, dividiam-se entre limpar, lavar, cozinhar e produzir culturas alimentares destinadas também às crianças. Quando esses locais eram atacados, essas mulheres, em parceria com integrantes do exército, inclusive as camaradas do DF, mobilizavam-se para proteger as crianças e a si próprias. Muitas delas também tiveram treinamento para usar armas e também de formação política, de acordo com o método da FRELIMO de conscientizar politicamente todas as pessoas envolvidas nas diversas frentes da luta.

O infantiário era uma iniciativa positiva uma vez que, além de ser um espaço de acolhimento para crianças órfãs, era também um espaço onde estavam assistidos os filhos das

guerrilheiras, das transportadoras do material de guerra, das enfermeiras, das socorristas, das comissárias políticas, etc. Adicionalmente, a existência de grupos de mulheres que cuidavam das crianças, num lugar onde elas seriam tratadas com carinho e saúde, deixava as mães disponíveis para serem mão de obra da luta de libertação.

Figura 7 - Mães adotivas no Infantário de Tunduru



Em Tunduru, Tanzania, as crianças eram criadas pelas mães adotivas.

Fonte: Fotografia por autor desconhecido [Sem Data] apud Pachinuapa et al. (2017, p. 89).

O fato é que as mulheres moçambicanas envolvidas na luta de libertação foram vítimas de múltiplas formas de violência, tanto do colonizador quanto dos seus camaradas de batalha. Fanon (1979) não faz uma defesa da violência, mas a entende como um elemento que faz parte da realidade da situação colonial. A violência é perpetrada pelo colonizador, que tem por objetivo manter o domínio sobre os povos colonizados, assim como explorar as suas riquezas e o seu trabalho, fazendo das pessoas instrumentos. Dentro da chave dialética utilizada por Fanon (1979), a violência pode ser emancipatória, com a finalidade de romper com a metrópole e destruir a sociedade colonial que é a causa da neurose do racismo. Afinal, o racismo é uma das estruturas de fundação do colonialismo, e foi um dos principais argumentos para a opressão sistemática de um povo. A antítese da violência da metrópole é a violência revolucionária dos colonizados, uma violência emancipatória para romper com aquela colonial, uma revolução que leva à descolonização.

Contudo, a violência da luta pela independência incide de forma mais aguda sobre os corpos femininos. Como White (2007) escreve incisivamente, a guerra é um negócio sujo e de gênero. Em vez de servir como uma força transformadora e humanística, em muitos

contextos, a violência funciona como uma força degenerativa. O trauma e a humilhação causados pelos atos violentos deixaram muitas soldadas que serviram nas forças anticoloniais com o sentimento de serem indignas de qualquer reconhecimento, sem vontade ou coragem de verbalizar suas experiências (WHITE, 2017). A socióloga moçambicana Liendina Joaquim Chirindza (2017) fala sobre um silêncio feminino perante aquilo que ela chamou de “lógica da dominação masculina”, que faz com que a mulher se torne vítima e cúmplice da violência porque, por conta desse mutismo, as práticas atrozes vão se reproduzindo progressivamente e de forma cada vez mais requintada.

Esse silêncio das ex-combatentes deve ser analisado cuidadosamente, pois o silêncio não é a aceitação passiva da violência. Ao ser forçada a ceder ao poder masculino, a mulher entende que, na lógica da coletividade, o homem é socializado para dominar e a mulher socializada para se submeter. Essa lógica foi reproduzida no contexto da guerra tanto pelos inimigos brancos, que executam a violência colonial, quanto pelos camaradas aliados. Estes, apesar de terem como um dos seus principais motes a igualdade entre homens e mulheres, ainda as enxergavam como cidadãs de segunda classe, a serviço deles.

As diferentes formas de violências vividas por essas mulheres no âmbito da luta de libertação criaram barreiras para que elas falassem de suas experiências.

2.3 Conclusão

Este capítulo buscou analisar os silêncios e violências implícitas nas narrativas que tratam sobre mulheres na luta de libertação de Moçambique. Entendemos que os silêncios nas narrativas das ex-combatentes podem estar atrelados a traumas e constrangimentos ou a uma autocensura diante do papel que ocupam na sociedade moçambicana. A análise destes depoimentos em conjunto com as fontes documentais permitiu compreender em parte porque essas mulheres não escreveram suas próprias narrativas sobre sua atuação na luta pela independência.

O esforço para a construção de uma unidade nacional levou a uma estratégia de negação da diversidade sociedade moçambicana, representada sobretudo pelo lema de “matar a tribo” para nascer a nação. Posicionamentos políticos que destoassem da posição oficial da FRELIMO eram punidos com severidade e violência. A emancipação da mulher, representada pelo ideário de igualdade de direitos e deveres em relação ao homem, foi um dos pilares da ideologia de unidade nacional, além de ser considerado um dos pré-requisitos para o sucesso da revolução. A exaltação da capacidade da mulher ser igual ao homem a princípio pareceu

revolucionária, mas na verdade foi revestida de diversas contradições. O discurso de igualdade e emancipação serviu para justificar moralmente o recrutamento de mulheres já que a mão de obra delas era necessária para viabilidade da luta. Além disso, esse discurso mascarou a permanência da desigualdade sexual, uma vez que as mulheres ainda continuaram a ser tratadas de forma marginalizada e a acumular os papéis de mãe e combatente.

Observamos ainda que as experiências de violência perpetradas pelo colonizador foram verbalizadas, mas as violências entre pares só vieram à tona tardiamente, e mesmo assim nas entrelinhas ou sobre a garantia do anonimato. A postura da FRELIMO no pós-independência foi determinante para que as narrativas desarmônicas fossem apagadas. Por meio de uma leitura apurada, à contra-pelo, para citar Benjamin, foi possível observar nos relatos de experiências traumáticas, seja para as mulheres do sul ou do norte, quando se fala de violências perpetradas pelo colonizador. Apesar das diferenças sociais existentes na vida das ex-combatentes no pós-independência, o trauma de guerra ainda é um ponto de inflexão para todas elas. Contudo, quanto mais próximas do poder, uma menor quantidade de críticas é dirigida aos companheiros de luta e a FRELIMO.

Dessa forma apesar de um discurso de emancipação da mulher elaborado durante a luta de libertação esse não resultou numa tranquilidade e autonomia para essas ex-combatentes após o fim da guerra. Muitas delas ainda não conseguem narrar suas experiências de forma livre, sem censura, sem vergonha do passado ou sem o temor de serem retaliadas.

CAPÍTULO 3 – A EMANCIPAÇÃO DA MULHER FOI POSSÍVEL?

O objetivo deste capítulo é avaliar porque o compromisso assumido pela FRELIMO durante a luta de libertação de promover a emancipação da mulher moçambicana não ocorreu da forma como prometida pelas lideranças. A seguir, argumentamos que a falta de programas efetivos para educar as meninas e mulheres que lutaram na guerra pela libertação de Moçambique foi um dos obstáculos para a emancipação da mulher. Em outras palavras, defendemos que a falta de uma educação formal prejudicou a conquista de tranquilidade financeira para parte das ex-combatentes, principalmente as residentes na zona rural. Paralelo a isso, uma minoria de ex-combatentes concentradas nas zonas urbanas passou a ocupar cargos políticos dentro da estrutura governamental. Isso não significa que ocorreu uma emancipação deste grupo de mulheres. Grande parte destas políticas era oriunda da estrutura da OMM. Essa organização, na transição da libertação para pós-independência, já atuava como braço da FRELIMO para a integração da mulher nas tarefas nacionais consideradas prioridades pelo governo. Entendemos que essa participação política foi ocasionada por um alinhamento destas lideranças femininas aos interesses do partido e não como um resultado efetivo de um ideário de emancipação da mulher.

O capítulo está organizado em três partes. A primeira avalia a importância da educação e letramento, e como ausências da educação prejudicaram a autonomia política e instrumentalização da maioria das antigas combatentes. Em seguida exploramos a obsolescência do termo emancipação da mulher como resultado da emergência da valorização do acesso e exercício dos direitos humanos. Uma análise da fragilidade macroeconômica dos primeiros anos de Moçambique pós-independência também ajuda a compreender porque este conceito se tornou obsoleto no âmbito dos estudos sobre a situação da mulher na sociedade moçambicana. Na parte seguinte, apresentamos uma análise comparativa da situação desigual entre dois grupos de ex-combatentes: mulheres camponesas no norte de Moçambique *versus* mulheres urbanas que ocuparam cargos políticos na capital do país.

3.1 Notas sobre educação e letramento

Enxergamos o uso do português como uma das razões da marginalização das ex-combatentes da luta de libertação residentes da zona rural. Moçambique, assim como o Brasil e a maioria dos países colonizados por Portugal, têm o português como idioma oficial. No

processo de colonização, a ocupação tardia de Moçambique pelos portugueses facilitou a continuidade da ampla utilização dos idiomas nativos na comunicação no país, principalmente na oralidade.

Os documentos oficiais do país são todos redigidos em português, ainda que haja um reconhecimento oficial na Constituição Moçambicana sobre a importância dos outros idiomas nacionais. Como afirma Fanon (2008), falar a língua do colonizador pressupõe assumir a cultura dele e, paralelamente, sepultar a originalidade da língua nativa. A Constituição Moçambicana de 1990, ratificada pela Assembleia da República em 2004, no seu artigo 9, afirma que o Estado valoriza os idiomas nacionais como patrimônio cultural e educacional, bem como promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da identidade moçambicana (MOÇAMBIQUE, 2004). Apesar dessa valorização, o português permaneceu como o idioma utilizado após a independência nas instâncias governamentais, já que nenhuma das línguas autóctone tem predominância em Moçambique.

A maioria das ex-combatentes residentes nas províncias de Cabo Delgado e no Niassa eram camponesas que não sabiam falar, ler e escrever em português. A inexistência de um sistema educacional que abarcasse os idiomas falados por essas mulheres as tornou marginalizadas no contexto pós-independência. Paralelo a isso, naquele período também não havia um sistema educacional com capilaridade suficiente para oferecer o ensino de português para aquelas meninas e mulheres. Essas ausências dificultaram o acesso destas mulheres a informações básicas sobre o acesso a pensões por atuação como ex-militares, por exemplo. Não dominar o português, fez com que essas mulheres não tivessem o letramento necessário para lidar com a burocracia estatal e reivindicar rapidamente os seus direitos, materiais e também de memória.

Magda Soares (2004) fala sobre o processo de alfabetização como sendo a aquisição e a apropriação do sistema da escrita e do letramento. Para além de saber ler e escrever, é o desenvolvimento de habilidades de uso desses sistemas nas práticas sociais que envolvem a língua escrita. A língua escrita dá acesso ao conhecimento, enquanto a leitura possibilita decodificar o mundo (SOARES, 2004). O processo educativo tem uma natureza política. Por isso, Portugal, como país colonizador, se esforçou para dificultar o acesso da população moçambicana à educação. O conhecimento instrumentaliza as pessoas para romper com processos de dominação. Portanto as combatentes letradas da liderança pela luta de libertação conseguiram uma melhor situação de vida no pós-independência. Já as camponesas não viram uma mudança real em suas vidas. Entendemos que a permanência do português como língua oficial em conjunto com a inexistência do fornecimento de informações estratégicas no

idioma nativo daquelas mulheres foi mais um tijolo no muro na desigualdade. A narrativa sobre a participação feminina na luta de libertação ficou centrada na experiência daquelas que tiveram acesso à educação e aos centros de poder.

Ao pensarmos a respeito das experiências não ditas na luta de libertação, principalmente sobre violências não verbalizadas e sobre a construção de uma história única, vêm à tona as reflexões sobre o lugar da mulher subalterna. Subalternas são aquelas mulheres que, por questão de raça e classe, estão à margem da sociedade. O pensamento de Spivak (2010) é importante para entendermos como a fala da subalterna é sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome dela. A mulher, como subalterna num sistema colonial-patriarcal, tem seu discurso obliterado, de forma que quando tenta falar, não encontra os meios para se fazer ouvir. Ainda que Moçambique tenha conquistado a independência, memórias mais dissonantes sobre a atuação da mulher na luta de libertação precisam de intermediação para serem escutadas. As memórias destoantes do discurso oficial de exaltação de um passado heroico estão submersas na pobreza, na desigualdade social, no afastamento dessas mulheres do centro político e na falta de acesso aos espaços de poder.

Paulo Freire (1989) já defendia a importância do processo de alfabetização para que os povos colonizados tomem sua História nas mãos e se refaçam na feitura da História. Isto é, os povos colonizados devem Fazer a História, estar presente nela, pois eles não podem apenas ser representados por uma classe dirigente. Porém, o que se observa nas narrativas da atuação das mulheres na luta de libertação é o uso do passado heroico e de agência das mulheres como um dos mecanismos para alienar o povo no presente. A atuação feminina foi sim importante, marcante, simbólica e significativa. Contudo, a minoria delas teve a oportunidade de narrar essas experiências por si próprias.

Grada Kilomba (2019) escreve sobre como a glorificação da história colonial não permite que novas linguagens sejam criadas e como, apenas quando se reconfiguram as estruturas de poder, é que muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento. Assim, para as ex-combatentes que lutaram pela independência de Moçambique e que ficaram à margem, escrever sobre suas experiências não ditas também seria um ato de descolonização. Quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se um(a) escritor(a) validado(o) e legitimado(a). A seguir procuramos compreender as causas dos obstáculos para as mulheres moçambicanas terem acesso à educação durante o período colonial.

3.1.1 O impedimento de acesso às escolas pelos moçambicanos e moçambicanas

Em Moçambique durante a situação colonial não havia acesso universal as escolas. Até a conquista da independência, uma parcela ínfima da população dominava o português. O estatuto dos indígenas³⁷ proibia os nativos de Moçambique de estudarem. Para que tivessem acesso à escola para além da educação primária, de forma a entrar no liceu de educação secundária e conseguirem se preparar para o ingresso no ensino superior, eles deveriam passar pelo processo de assimilação.

Graça Machel³⁸ fala da sua experiência no contexto do colonialismo português em relação aos impedimentos existentes para estudar nas classes superiores. Quando Graça Machel terminou o que era correspondente à 7ª classe, o estatuto do indígena ainda era vigente e, à ocasião, ela foi informada de que não poderia frequentar a 8ª classe com a caderneta indígena. Para que pudesse continuar seus estudos, teria que se tornar formalmente portuguesa. Dessa forma, ela mudou sua identidade oficial. Graça Machel falou sobre o sentimento de ser obrigada a renegar a identidade moçambicana para poder continuar a estudar.

[...] E assim mudei a minha identidade oficial. É isso que fica aqui dentro. A revolta de estar no meu país, saber que sou moçambicana, mas ser obrigada a adotar uma identidade que não é minha para poder estudar na minha própria terra. [...] durante vários anos fui a única aluna negra na minha turma, dentre aproximadamente 40 alunos. Havia outras negras noutras turmas. Durante três anos estava sozinha na minha turma. Aquilo perturbava-me muito. Sentia-me um corpo estranho e assim era tratada. Fazia-me confusão estar num país de negros e curiosamente ser a única negra na turma (MACHEL, G., 2018).

A narrativa de Graça Machel sobre sua vida de estudante num país colonizado mostra a tentativa de apagamento do vínculo dela com a cultura do seu país natal, mais uma faceta do controle exercido pelo colonizador sobre os direitos da população colonizada. Todos os obstáculos existentes no processo de assimilação fizeram de Graça Machel uma minoria em sua escola. Eram poucas as meninas moçambicanas negras que viviam em famílias que tinham capacidade financeira considerada adequada para se inserir no grupo de assimilados. Além disso, também não eram todas as famílias que possuíam os hábitos e costumes sociais

³⁷ Veja nota 5.

³⁸ Graça Simbine Machel é originária da Província de Gaza. Ingressou na FRELIMO em 1969, atuando de Portugal, onde estudava. Com a suspeita da descoberta da sua colaboração com a Frente de Libertação, Graça voltou para Moçambique, e passou a atuar como professora em Nachingwea, em 1972. Foi esposa do presidente Samora Machel e Ministra da Educação e da Cultura no primeiro governo moçambicano por cerca de 14 anos. Em 1998, casou-se com o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e ficaram juntos até a morte dele, em 2013.

que atendessem ao padrão da autoridade administrativa que aprovaria o procedimento de assimilação. O fato é que, na situação colonial, esses processos eram mais subjetivos que objetivos. No comportamento racista do colonizador, havia um esforço para que o menor número de famílias fosse aprovado. Graça Machel fala também sobre se sentir como um corpo estranho e ser tratada como tal (MACHEL, G., 2018). Está implícito nesse trecho o racismo sofrido por ela no ambiente escolar, já que a colonização é sobre isso – o branco reafirmando sua suposta superioridade e colocando o negro de forma violenta em um lugar de inferioridade.

Lina Julia Francisco Magaia compartilhou com Mussanhane (2012) uma experiência que corrobora o quão explícito também poderia ser o tratamento racista dado aos moçambicanos no ambiente escolar. Lina Julia Magaia era de uma família de assimilados de Lourenço Marques e sua atuação em prol da luta de libertação foi no NESAM. Ela conseguiu fazer o ciclo escolar completo para conseguir uma bolsa de estudos no curso superior de Ciências Econômicas e Financeiras em Lisboa, objetivo alcançado em 1967. Lina Magaia fala de um episódio ocorrido em 1966, quando ainda estudava no preparatório para a universidade, no qual foi ofendida por um professor de Matemática chamado Pires Carvalho, conhecido por ser muito racista (MUSSANHANE, 2012). Numa determinada aula, quando este professor ensinava no quadro o desenvolvimento de uma expressão, ela estava distraída, conversando com um colega branco. Percebendo isso, Pires Carvalho a constrangeu a ir ao quadro desenvolver as expressões, ação que ela não conseguiu executar, já que não tinha compreendido a explicação por não estar prestando atenção. Então, o professor disse a ela: "sabes por que é que não percebeste quando estava sentada? É porque vocês os negros têm preguiça mental. Efeitos da raça" (MAGAIA, 2012 apud MUSSANHANE, 2012, p. 514). O colega António, que era branco, também foi ao quadro e não conseguiu desenvolver a expressão. Mesmo assim, o professor insistia que Lina não conseguiu resolver a equação devido à incapacidade intelectual da raça negra. A história de Lina Magaia mostra que a mulher moçambicana, no contexto da situação colonial, não apenas tinha dificuldades de acessar a escola, mas também, ao conseguir, tinham que lidar com a hostilidade de colegas e/ou professores. Instituições de ensino administradas pelos portugueses não eram lugares acolhedores para pessoas negras.

Moçambique entrou na luta de libertação com um sistema de educação desigual e sem os combates armados esse problema seria sanado. Apesar disso, uma população letrada era importante na construção da nação independente. Assim, devido à estrutura precária existente durante a luta, a educação foi aparelhada pelas lideranças do movimento de independência.

Priorizou-se o ensino de português, leitura e escrita, aritmética e civismo, com foco na história de Moçambique, da finalidade da guerra e da existência da FRELIMO, bem como noções sobre o restante da África e do mundo (MONDLANE, 1975, p. 198). Dentro da lógica da igualdade entre homens e mulheres, havia esforços para promover o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana. Todavia, as fontes demonstram que esse foi mais um plano que não se mostrou completamente viável na prática.

Durante a entrevista que eu tive com Elisabeth Sequeira, em Maputo, no dia 11 de fevereiro de 2019, ela explica as razões do desnível da educação entre homens e mulheres no contexto da luta de libertação. A professora Elisabeth Sequeira é uma mulher cuja toda atuação na batalha pela independência de Moçambique esteve ligada à educação. Esse envolvimento perdurou inclusive no pós-independência. Ela nasceu em Lourenço Marques, onde viveu até ir para Portugal em 1960, com o objetivo cursar Matemática na Universidade de Coimbra. Lá, Elisabeth Sequeira entrou em contato com outros estudantes das colônias portuguesas, contudo, os discentes africanos começaram a fugir de Portugal, já que “a polícia portuguesa, não nos deixava em paz” (SEQUEIRA, 2019)³⁹. Após ser interrogada pela PIDE, Elisabeth Sequeira teve que buscar refúgio em Paris, França, onde, em 1962, entrou na FRELIMO. Ela foi recepcionada pelos integrantes da Frente, porém, eles não sabiam o que fazer com ela, uma jovem branca, de 21 anos. Dessa forma, Elisabeth Sequeira foi mandada para Moscou para continuar os estudos. Terminado o curso de Matemática em 1969, foi enviada com a família para a Argélia, até ser mandada para a Tanzânia, já divorciada e na companhia das filhas. Em 1972, Elisabeth Sequeira começou a dar aulas no campo de Bagamoyo, na Tanzânia, onde exercia a direção pedagógica da escola secundária, ficando lá até 1975. Sobre a chegada de estudantes na escola secundária da FRELIMO em Bagamoyo, ela fala que:

[...] nós tínhamos poucas meninas e muitos rapazes. Porque os alunos eram alunos que vinham de zonas libertadas, para fazer a escola secundária. E nas zonas libertadas, os alunos que acabavam a escola primária geralmente eram nas missões católicas. Depois de certa altura eles começavam as missões e juntavam com outras zonas de libertação, ou a luta de libertação ocupava aquelas zonas e os padres ou fugiam e aqueles jovens ficavam sem poder continuar a estudar. Então a FRELIMO criou as escolas nas zonas libertadas, muitas das aldeias tinham escolas primárias. E daí que vem nossa maneira de pensar que até hoje temos de às vezes e que basta saber ler, escrever e contar para ser professor... Mas que naquele tempo era assim que nós fizemos né? Não tínhamos outros professores, quem sabia podia ensinar aos outros. Então, nessa situação as meninas raramente iam para as missões. As meninas só começaram a estudar mesmo quando a FRELIMO já conseguiu ter espaço para

³⁹ SEQUEIRA, Elisabeth. Entrevista: Elisabeth Sequeira. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 11 de fevereiro de 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos.

criar escolas primarias nas aldeias. Então lá elas começam a estudar. Então, quando vem pras escolas secundaria, por exemplo, numa turma de...Nossas turmas eram muito pequenas, 25, 28 pessoas, eram tamanho duma turma. 25, 28, 30 alunos se tu tivesses 8,10 meninas, já era uma quantidade enorme. Só... eram muito poucas. Os rapazes eram muito mais. [...] Isso fez com que há um grupo de moças, que hoje são doutoras, são diretoras, são não sei o quê, que são tem uma força e uma capacidade extraordinária, até hoje eu me admiro, como conseguimos transformar, aquelas meninas se transformassem em mulheres com tanta capacidade (SEQUEIRA, 2019).⁴⁰

A fala de Elisabeth Sequeira evidencia vários acontecimentos relacionados à história da educação em Moçambique. O estatuto dos indígenas, ao limitar o acesso de moçambicanos nativos à educação, obliterou todo um ciclo que levaria à formação de homens e mulheres negras com capacitação educacional e profissional, inclusive de professores. A ausência de professores moçambicanos devidamente capacitados fazia com que qualquer pessoa com o básico de estudos se tornasse apta a repassar seus conhecimentos para os demais. Assim, pessoas detentoras de conhecimentos superficiais eram transformadas em professores habilitados. Quem sabia simplesmente ler, escrever e fazer os cálculos básicos era considerado preparado pra ensinar (SEQUEIRA, 2019 apud SANTOS, 2019). Essa necessidade do passado, forjada numa estrutura educacional precária, transformou-se numa cultura que, de certa forma, desvaloriza a formação de professores no país ainda hoje.

Elisabeth Sequeira também mencionou a presença de poucas meninas nas escolas das missões. Essa ausência é justificada por motivos culturais e religiosos que serão explorados mais adiante.

3.1.2 O acesso restrito à educação formal

Elisabeth Sequeira fala ainda sobre como as missões católicas detiveram praticamente o monopólio no oferecimento da educação primária durante todo o período de colonização. Como nas missões era mais valorizada a oferta de educação formal aos rapazes do que às moças, o acesso delas à escola secundária era entre atrasado a inexistente. Assim, os rapazes tinham mais oportunidades de aprender a ler e a escrever. As meninas até iam à missão estudar, mas muitas eram desviadas das aulas e redirecionadas para a aprendizagem de atividades ditas femininas, como bordar ou costurar. Portanto, quando Elisabeth Sequeira fala

⁴⁰ SEQUEIRA, Elisabeth. Entrevista: Elisabeth Sequeira. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 11 de fevereiro de 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos.

do grupo de mulheres qualificadas formadas na escola secundária na Base de Bagamoyo, ela está falando de uma exceção, e não da regra (SEQUEIRA, 2019)⁴¹.

Graça Machel também atuou como professora nas zonas libertadas, ainda que de maneira informal. Ela chegou a Nachingwea, Tanzânia, em 1973, numa época em que a luta já estava bastante desenvolvida. Ela tinha acabado de sair da faculdade, onde se formou como bacharel em Filologia da Língua Alemã. Graça tinha uma série de teorias, mas se viu confrontada com a realidade que a obrigou a ficar ligada à sua terra natal e começar a compreender o significado concreto do que era libertar-se do colonialismo. Ela foi fazer o treinamento para o combate bélico, e fala que Nachingwea foi um grande laboratório. Na interação com suas instrutoras, Graça notou a falta da educação formal das suas chefas, conforme ela narra a seguir:

[...] Os instrutores eram mistos – homens e mulheres. Mas havia um facto curioso: todas as minhas instrutoras eram mais novas do que eu. Tinha 26 anos quando cheguei lá. [...] Descobri que as minhas instrutoras sabiam muito pouco de português, e para a minha surpresa, chego à conclusão que não sabiam nem ler, nem escrever. Dei aulas de alfabetização às minhas instrutoras. Essas aulas aconteciam à noite, depois do jantar. Resultado – durante o dia eram minhas chefes, à noite depois do jantar era eu quem tinha que impor disciplina (MACHEL, G. 2018 apud WATY; GONÇALVES, 2018, p. 73).

Graça Machel era jovem e estudada, mas suas instrutoras eram ainda mais jovens e não sabiam ler e escrever. Elas tinham sido capacitadas para atuar em campo de batalha, eram multiplicadoras daquele conhecimento. Elas detinham um saber que era tático para o funcionamento de uma guerra, útil à vivência social daquele momento pelo qual o país passava. Era outro tipo de educação, um conhecimento que talvez após a luta de libertação se tornasse desnecessário. A preocupação de Graça em alfabetizá-las ocorreu a partir da compreensão de que ler e escrever eram habilidades importantes para a nova mulher moçambicana, além de serem competências básicas para a inserção no mundo social e laboral na nova nação.

⁴¹ Idem.

Figura 8 - Mulheres estudando em uma zona libertada



Fonte: Fotografia por autor desconhecido [Sem data] apud Pachinuapa et al. (2017, p.118).

Marina Pachinuapa foi uma dessas líderes do Destacamento Feminino que foi alfabetizada tardiamente. Ela foi uma figura de protagonismo durante a luta, porém após a conquista da independência, ela que não sabia nem ler nem escrever definiu que o letramento era importante para que ela pudesse continuar no seu papel de liderança. Por isso Marina Pachinuapa manifestou ao Presidente Samora Machel a necessidade das combatentes ampliarem o escopo dos seus estudos para além da formação política.

Já depois da independência durante o dia, lá para o final da tarde tínhamos aulas de alfabetização, mas não tínhamos nos conformado só com as aulas, queríamos saber comunicar com as pessoas, ainda que não fosse com perfeição, mas pelo menos sabermos ler e interpretar documentos. [...] Quando manifestamos o nosso desejo ao presidente Samora ele chamou mamã Graça e disse: ‘Olha, estas meninas não querem ser doutoras, só querem aprender a ler e falar português, você como Ministra da Educação deve tomar conta delas.’ Em Cabo Delgado, a única pessoa que sabia escrever, como já disse, era a Paulina Mateus, que tinha segunda classe. (PACHINUAPA, 2018 apud WATY; GONÇALVES, 2018, p. 123).

Marina Pachinuapa conta ainda que Graça Machel providenciou o transporte para que elas estudassem na Academia de Polícia em Michafutene (no distrito de Marracuene, região metropolitana de Maputo). O ônibus as levava e buscava todos os dias. Depois, criou-se uma escola na cidade de Maputo, onde elas podiam frequentar e se desenvolver ainda mais (PACHINUAPA, 2018 apud WATY; GONÇALVES, 2018, p. 123). O contingente de meninas, moças e mulheres que lutaram pela independência de Moçambique era composto de camponesas que não tiveram acesso ao estudo, inclusive as 25 primeiras moças do

treinamento militar em Nachingwea. Apesar da liderança do movimento ser composta por homens alfabetizados, a mola que moveu a luta de libertação era constituída de personagens iletrados. Esse grupo específico de mulheres teve oportunidade de estudar imediatamente no pós-independência devido ao prestígio conquistado durante luta de libertação. O fato de morarem na capital e de estarem na zona de influência do Presidente da República de Moçambique facilitou o acesso delas à educação, inclusive com o conforto de terem um transporte para se deslocarem para estudar. Infelizmente, elas foram uma minoria, e esse benefício não alcançou a maior parte das ex-combatentes.

3.1.3 Cerimônias de iniciação como obstáculo para as meninas acessarem a escola

Sobre a influência das questões culturais locais, vale mencionar que, quanto mais as moças cresciam, maiores eram os obstáculos de acesso aos estudos. Juliana Miguel Ntumbante, antiga combatente que atuou na frente de Cabo Delgado, fala que:

Não cheguei a estudar quando era criança, só ia à Igreja, na missão de Nangolo, com o meu pai. (...) Vinham pessoas da Igreja de Nangololo para ensinar catequese aos sábados e aos domingos, havia missa. Fui batizada como os outros, mas não me recordo em que ano. Depois de ser batizada e quando perceberam que estava crescida, fiz o *muari*, que eram os ritos de iniciação, e fiquei em Nangololo uma semana para estas cerimônias (NTUMBANTE, 2012 apud MUSSANHANE 2012, p. 475).

Assim como Juliana Miguel, diversas moças em Cabo Delgado ficaram neste “entrelugar” (BHABHA, 2013) da formação cristã, dos ritos de iniciação tradicionais do norte de Moçambique e da proximidade com o Islã. Quando a moça tinha idade considerada adequada, fazia os ritos de iniciação local e, posteriormente, era preparada para o casamento. Os árabes e o Islã já estavam presentes em Moçambique muito antes da chegada dos portugueses, nas províncias costeiras de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, e no interior, no Niassa. O Islã não pede aos fiéis que abandonem suas crenças em todas suas forças místicas e, inclusive, aceitam ritos locais de iniciação. Para eles, os mulçumanos e mulçumanas, o essencial é que a incondicionalidade de Alá permaneça inquestionada. De outro lado, a Igreja católica promovia uma educação católica, com foco na catequese, que consistia numa explicação oral sobre os sacramentos da fé cristã e doutrinas do catolicismo. A missão cristã se opunha aos ritos de iniciação por achá-los imorais e obscenos. Naquele contexto, o cristianismo suspeitava de qualquer sexualidade que não servisse diretamente à procriação. Ademais, a sexualidade feminina era a mais temida.

Contudo, o processo colonial levou a uma modificação em Moçambique baseada na inserção do poder de gênero dos homens mediante o cerceamento da autonomia das mulheres. Nesse sentido, hierarquias de gênero foram construídas, já que previamente elas existiam de modo distinto. Assim, embora em cada região do país os ritos de iniciação ocorressem de diferentes formas⁴², em alguns níveis eles afetavam a educação das meninas. Os ritos de iniciação marcavam o momento em que o processo educativo institucional deveria ser interrompido para que as moças se dedicassem aos ritos e, posteriormente, ao matrimônio. Em meio à convivência entre essa diversidade de tradições culturais e religiosas, o processo de educação feminino, num formato escolar, não era mais priorizado.

Osório (2013) participou de um estudo que analisa se os ritos de iniciação limitam ou não o acesso aos direitos humanos, inclusive o direito à educação. Segundo a pesquisadora, esses ritos preparam as meninas para a iniciação precoce na vida sexual e legitimam o casamento prematuro, as uniões forçadas de crianças e o abandono da escola. As meninas começam com uma prática que Osório chamou de “pré-ritual”, que é o ato de alongamento dos pequenos lábios, entre os 8 e 12 anos de idade, sem que entendam necessariamente a finalidade dessa ação. Esses alongamentos são considerados mutilação de grau IV pela Organização Mundial de Saúde, aos quais elas são submetidas quando crianças porque, aparentemente, a dor é menor nessa idade. Após a primeira menstruação, elas passam pelos ritos de iniciação propriamente dito, quando aprendem a não ter medo dos homens, não no sentido de confrontá-los, mas sim de agradá-los. É uma vivência violenta da sexualidade, fazendo parte do vasto conjunto de deveres que a mulher tem que cumprir. Apesar dos ritos serem valorizados como um momento de empoderamento da mulher e geração de identidade, eles também estão num lugar ambíguo de pedagogia para valores e comportamentos submissos.⁴³

⁴² Sobre os ritos de iniciação em Moçambique, Arnfred (2011) afirma que, para ela, em algum momento, os rituais de iniciação eram similares em todo o país, mas, ao longo do tempo, deixaram de ser a mesma coisa, criando-se uma diferença marcante entre o sul e o norte. As diferenças teriam emergido nos últimos 100 anos, a partir do processo de modernização. No Norte, as jovens adquirem o aprendizado para dar prazer a si mesmas e aos parceiros. Além da aprendizagem, era também um período de convivência e lazer entre as velhas e as jovens, sem a interferência masculina. Na Região Central (Manica, Sofala e ao Sul de Tete), a preparação individualizada tinha como fim agradar ao homem. Já na região sul, não há nenhuma preparação sexual, de forma que, quanto mais ao sul, pouco ou nada existe que possa razoavelmente ser chamado de rito de iniciação.

⁴³ O tema dos ritos de iniciação ainda é controverso, justamente devido à intersecção entre manter a tradição e ferir os direitos humanos. A antropóloga moçambicana Esmeralda Mariano, em entrevista a Vera Gasparetto (GASPARETTO, 2020, p. 9), considera os ritos de iniciação como "escolas de iniciação/escolas de aprendizagem", uma vez que compreende que já estão há tanto tempo institucionalizados na sociedade moçambicana, que são escolas onde há grupos de mulheres em socialização e processo de ensino e aprendizagem. Uma saída para a obrigatoriedade de certas práticas tradicionais seria uma perspectiva em que as ações seriam retardadas, de forma que houvesse um espaço para as mulheres decidirem, a partir de certa idade, a adesão ou não ao processo.

Na sua atuação no Destacamento Feminino, Josina Machel identificou que essas questões culturais eram obstáculos para o acesso à educação e ao recrutamento das jovens para atuarem em nome da FRELIMO. Durante uma visita à província de Cabo Delgado, Josina Machel verificou a ausência das meninas nas escolas. Ela observou também a resistência das famílias em autorizarem a participação de suas filhas na luta de libertação e os artifícios utilizados para que isso não ocorresse:

[...] Durante o nosso percurso visitamos escolas. Elas tem muitos estudantes de várias idades e são todos muito activos. O problema que se encontra é de falta de material e são muito poucas as meninas. Quando procurei saber qual era a razão disso descobri que: 1 - Os pais não querem admiti-las. 2- As meninas quando são cerimoniais, nunca são deixadas andar livres; são pelos pais controladas muito de perto. 3- Elas como mulheres, devem se casar. O que se verifica cá em Cabo Delgado é que as meninas são casadas quando ainda muito miúdas. 4 - São casadas quando ainda criancinhas (conforme alegam) para evitar enfileiramento nas linhas milicianas. [...] Os pais, uma vez que sabem de que na Revolução há um destacamento feminino, fazem todo o possível de casar sua filha [...] (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE, 1968).

O trecho acima, proferido por Josina Machel é parte do relatório da reunião sobre as atividades do Destacamento Feminino realizado na Base Beira, em 24 de junho 1968. Essa evidência corrobora algo que aconteceu ao longo de toda a luta de libertação e que também já foi visto na fala da professora Elisabeth Sequeira: a dificuldade das meninas de acessarem a escola por motivos sociais e religiosos (SEQUEIRA, 2019).⁴⁴

Assim, os ritos de iniciação foram obstáculos ao acesso das meninas à educação na medida em que elas eram impedidas de continuar a estudar quando chegavam na idade de aderir aos rituais.

3.1.4 O acesso restrito à educação formal para as meninas no Niassa provocado pelas longas distâncias e pelo Islã

Em relação às antigas combatentes do Niassa, a deficiência educacional também era alarmante. Katto (2018) analisou sobre a opção em focar na população falante Yao⁴⁵ em suas entrevistas feitas entre 2012 e 2014, porque as vozes daquelas mulheres raramente eram ouvidas na esfera pública. Havia poucos e poucas falantes de Yao na alta hierarquia da luta de

⁴⁴ SEQUEIRA, Elisabeth. Entrevista: Elisabeth Sequeira. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 11 de fevereiro de 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos.

⁴⁵ O Yao é um idioma bantu que pode ser referido em diversos nomes: Ciyaawo, chiYao, ciYao, achawa, adsawa, adsoa, ajawa, ayawa, ayo, ayao, djao, haiao, hiao, hyao, jao, veiao e waJao. Para fins desta pesquisa adotamos o Yao.

libertação. E também havia poucos e poucas falantes de Yao que assumiram posições de destaque no governo da FRELIMO.

Uma das razões da baixa escolarização das meninas daquela região é que muitas famílias muçulmanas Yao resistiram em mandar as suas crianças para as escolas das missões durante o período colonial (KATTO, 2018, p. 19). Além da restrição das famílias muçulmanas, a falta de escolarização das mulheres na província do Niassa contava ainda com outros fatores, como o desconhecimento da existência da instituição escolar, a distância da instituição até a aldeia onde moravam, entre outros.

Nas entrevistas que Katto (2018) fez às ex-combatentes moradoras na província do Niassa, a autora as questionou porque tiveram acesso restrito à escola. As ex-combatentes explicaram que o contexto muçulmano em que viviam dificultava o acesso à escola.

Algumas ex-combatentes falaram sobre as restrições que seus familiares impunham ao acesso a escola, pelo receio de infringir regras que deveriam ser cumpridas pelas famílias muçulmanas. A ex-combatente Amélia Omar, nascida no distrito de Sanga, relatou que naquela região só as crianças cristãs iam à escola, mas as crianças muçulmanas Yao não frequentavam a escola. (OMAR, 2018 apud KATTO, 2018, p. 26). Rosa Mustaffa, outra ex-combatente, afirma que, à época, a maioria das crianças não ia para a escola. Na aldeia Chiconono, havia uma escola, mas muitos pais proibiam as crianças de irem até lá, porque tinham medo de que eles comessem comidas que eram impuras para as famílias muçulmanas. (MUSTAFFA, 2018 apud KATTO, 2018, p. 200). Outra ex-combatente, Rosa Salimu também relatou que havia uma escola na missão em Unango, porém, ela não estava autorizada a frequentar a escola da missão, porque os seus pais diziam que lá se oferecia carne de porco aos estudantes (SALIMU, 2018, apud KATTO, 2018, p. 226). Assim, estes são alguns casos que exemplificam como o medo de desrespeitar as leis da religião muçulmana impediram o acesso destas meninas a escola.

Outro fator que influenciou a falta de escolarização das mulheres na província do Niassa foi a distância das escolas. A ex-combatente, Adya Matola, disse que enquanto ela era criança, não havia escolas na região e ninguém na aldeia teve oportunidade de estudar (MATOLA, 2018 apud KATTO, 2018, p. 92). Outra ex-combatente Assiato Muemedi, do distrito de Mavago, relatou que naquele tempo ninguém da aldeia ia à escola porque não existiam escolas perto de suas residências. Os pais trabalhavam nas *machambas* e conforme as crianças cresciam, estas iam aprendendo a ajudar os seus pais nas atividades rurais. (MUEMEDI, 2018 apud KATTO, 2018, p.104). Já Lúcia Bala é uma ex-combatente que afirmou que antes da guerra nunca tinha ouvido falar de escola. (BALA, 2018 apud KATTO,

2018, p.165). Estes são exemplos que mostram que a escolarização das ex-combatentes também foi prejudicada pela distância das escolas de suas casas. E o desnivelamento social também criou situações onde mulheres como Lucia Bala não sabiam que existia uma instituição de ensino chamada escola.

Assim, sem acesso às escolas e sem acesso às benesses econômico-financeiras, ex-combatentes no Niassa no pós-independência voltaram a ser camponesas, assim como muitas das ex-guerrilheiras de Cabo Delgado, que permaneceram na província. A falta de uma educação formal não foi a única razão que levou a essa situação, mas contribuiu muito.

A experiência da escrita permitiria a essas mulheres reinventarem a si mesmas e nomear com suas próprias visões e palavras uma realidade que foi nomeada erroneamente ou sequer foi nomeada. A escrita poderia fazer com que essas mulheres fossem sujeitas. A experiência de mulheres moçambicanas não escritas pelas próprias mulheres moçambicanas também interrompeu o processo de descolonização delas. E, apesar de terem sido protagonistas na luta de libertação, e a nação como um todo ter rompido com o processo de colonização portuguesa, no aspecto do silenciamento e da educação, elas ainda eram colonizadas.

3.2 A obsolescência do termo emancipação da mulher

A feminista e socióloga moçambicana Conceição Osório, numa entrevista concedida em 2009, foi questionada sobre a diferença entre as expressões emancipação da mulher, muito utilizada antes da década de 1990, e direitos das mulheres. Em sua resposta, Osório fala como a emancipação feminina tem a ver com a libertação das mulheres, sendo que o conceito de emancipação foi muito utilizado imediatamente após a independência de Moçambique, em 1975, numa época em que se lutava por novos modelos políticos e sociais do país. De certa forma, ela deixa entrever a obsolescência do termo ao afirmar que:

Na realidade, para nós, feministas, a questão central tem a ver com os direitos humanos das mulheres, o acesso e exercício desses direitos, que vão desde a ocupação do espaço público, à liberdade de decisão sobre sexualidade e a reprodução. Então nós preferimos nos libertarmos das abstrações e das generalizações para onde somos empurradas quando usamos o conceito de emancipação, substituindo-o pelo de direitos, que clarifica a necessidade de alteração das relações de poder, que caracterizam as relações sociais de género (OSÓRIO, 2009).

O ideário de emancipação pregava a igualdade entre homens e mulheres como pré-requisito para o sucesso da revolução. Contudo, após a conquista da independência, apesar do discurso de igualdade, a desigualdade de gênero permaneceu. No período imediatamente ao pós-independência, a OMM era a única organização que existia com objetivo de “lutar pelos direitos” da mulher. A referida organização oferecia programas de alfabetização e de cuidados de saúde primários, projetos de costura, creches, culinária. As integrantes da OMM deviam mobilizar outras mulheres politicamente para a criação de cooperativas e *machambas* do povo, para o trabalho coletivo, para a criação de creches em locais de trabalho. Apesar da capilaridade da OMM em todo o país, essas ações se concentraram nas zonas urbanas. Além disso, essas ações propunham uma maior equidade entre homens e mulheres, mas não havia uma alteração nos estereótipos de gênero e poder. Eram iniciativas importantes, mas que ainda colocavam a mulher num lugar de cuidadora no âmbito da divisão sexual do trabalho. (CASIMIRO, 2014). A transformação da sociedade, inclusive no que tange ao papel da mulher, viria de uma revolução socialista que não aconteceu. A ideologia socialista deu lugar a práticas econômicas neoliberais que levaram a uma fragilização econômica da sociedade moçambicana.

Para compreender esse desapego ao conceito abstrato de emancipação, que foi substituído pela valorização e defesa dos direitos humanos, vamos analisar neste tópico a situação das mulheres em Moçambique após a conquista da autonomia política do país. No pós-independência, houve a ruptura com os ideais revolucionários e a substituição deles por uma ideologia liberal ao longo da década de 80. A adoção de ideologia liberal prejudicou a efetivação de uma política de emancipação da mulher em Moçambique. Os ideais liberais promoveram o esvaziamento político das lutas pelo fim da desigualdade de gênero. O liberalismo também levou ao sucateamento da economia moçambicana, deixando as mulheres em geral, e as ex-combatentes da zona rural em particular, numa situação econômica social ainda mais marginalizada. Assim, para entender porque a emancipação da mulher se tornou um termo abstrato, é relevante analisar o que ocorreu na economia de Moçambique pós 1974.

No pós-independência o primeiro fator que prejudicou a economia moçambicana a foi a fuga da mão de obra qualificada que era fornecida pelos portugueses residentes no país. Os colonos de partida destruíram fábricas e fazendas, esgotaram os estoques, abateram os rebanhos de gado ou os transferiram para a África do Sul. Os eventos climáticos também dificultaram a transição para uma nação independente, já que ocorreram severas inundações no biênio de 1977-1978, seguidas de secas prolongadas que começaram em 1982 e se estenderam até 1985. Assim, o país herdado pela FRELIMO tinha uma economia

desarticulada espacial e setorialmente, no qual os sistemas locais e de exportação não se integravam mais.

A vulnerabilidade socioeconômica foi utilizada como justificativa pelo governo para centralizar as decisões. Paralelamente, houve a ascensão da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), um movimento opositor concentrado principalmente no norte do país, que estava em desacordo com as decisões tomadas pelo governo. Além disso, esse grupo de oposição tinha caráter anticomunista e era apoiado pela África do Sul e Tanzânia, espelhando, portanto, as tensões entre Leste-Oeste da época da Guerra Fria. O fortalecimento da Renamo levou à Guerra Civil, já em 1976.

Essa guerra foi uma das consequências da fragilidade que diversos estados africanos no pós-independência foram submetidos ao optar por usar a divisão de fronteiras e o modelo de governança elaborados a partir da partilha do continente pelos europeus no século 19, que desconsiderava as multiplicidades culturais e sociais daquelas populações. A maioria dos estados africanos independentes conservaram as instituições anteriores à libertação. Os estados pós-coloniais eram compostos por comunidades distintas, com diversos idiomas, religiões e noções de propriedades, que foram forçadas a aceitar uma nação criada sob a perspectiva do modelo implantado pelos europeus. Muitos desses estados pós-coloniais, incluindo Moçambique, atuaram com coerção e violência, reprimindo duramente quem não via as mudanças no pós-independência ou discordavam do rumo adotado. Por isso ocorreram tantas e tão longas guerras civis ao redor do continente africano.

Embora Moçambique quisesse aderir ideologicamente ao socialismo, o país teve dificuldades em romper os laços econômicos e comerciais com as potências europeias, inclusive com a sua antiga metrópole (SANTOS, 2019). A princípio, o governo moçambicano pediu a intercessão do Conselho de Assistência de Econômica Mútua (CAEM em Moçambique, COMECON no Brasil), organismo da União Soviética, em julho de 1981, com objetivo de conseguir ajuda financeira para levar adiante o projeto de reestruturação do país, porém o auxílio foi negado. A fragilidade financeira fez com que o país recorresse a grandes instituições financeiras mundiais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, essa ajuda em forma de empréstimos e financiamentos vinha condicionada ao alinhamento a práticas econômicas neoliberais na execução das atividades produtivas do país, inclusive na produção agrícola. A agricultura ocupa um papel importante na economia de um país, já que a produção de alimentos é importante para o consumo e uma importante

geradora de empregos.⁴⁶ Nesta pesquisa, a análise do aprofundamento da pobreza na sociedade moçambicana ajuda a entender a razão da obsolescência do termo da emancipação da mulher. Isso porque promover a igualdade a entre homens e mulheres se tornou um objetivo secundário e abstrato num contexto onde as pessoas passavam fome. As agências de fomento entraram no país com o objetivo de promover o fim da pobreza, mas a seguir vemos que elas aprofundaram as desigualdades,

Com a entrada das agências de fomento, o FMI e o Banco Mundial no país na década de 1980, a agricultura continuou ocupando um papel de destaque nos projetos de desenvolvimento. Diversas iniciativas voltadas para essa área foram promovidas pelo governo em parceria com as agências de fomento, e várias delas foram sucessivamente mal sucedidas. Santos (2019) observa que houve vários problemas na relação entre Moçambique, Banco Mundial, FMI e a promoção da agricultura. O principal problema foi a utilização das mesmas medidas para o ocidente e para o continente africano, a partir da insistência em aplicar estratégias que deram errado anteriormente, como por exemplo, a perseverança em tentar orientar a reconstrução de um Estado Africano reproduzindo-se as estruturas de um Estado Moderno Ocidental. Apesar da interferência dos agentes externos, o governo não estava preparado para liderar um setor agrícola orientado para o mercado, uma vez que o setor público possuía fraca capacidade institucional. Paralelamente, nesse mesmo setor público, houve o desenvolvimento dos mecanismos de corrupção como instrumento de governo, juntamente com o aumento do endividamento externo, a liberalização e diversas formas de violência cometidas em diversas situações, que perpassavam desde a guerra civil até a repressão violenta a opositores.

Do ponto de vista macroeconômico, Moçambique ainda se insere no âmbito internacional em setores primários, com baixa capacidade de inovação, o que prejudica a possibilidade de criação de uma indústria manufatureira interna capaz de viabilizar os ganhos e a retenção de excedente necessária para impulsionar a poupança interna e catapultar o investimento produtivo. O modelo econômico neoliberal imposto a Moçambique pelo FMI e pelo Banco Mundial, em conjunto com as sequelas de uma longa guerra civil que durou até 1990, destruíram a base produtiva do país. Contudo, o governo moçambicano não criou estruturas de produção que pudessem responder pelas questões básicas, o que deixou o país

⁴⁶ Sobre a importância da agricultura na sociedade moçambicana Casimiro (2014) menciona a existência da União Geral das Cooperativas de Maputo (UGC). Criada em 1980 criada para construir Machambas do Povo com o objetivo de ajudar a resolver os problemas econômicos de muitas famílias sem emprego ou sem terra na periferia da capital. Em meados dos anos 2000 a cooperativa tinha cerca de 5.500 membros, dos quais cerca de 98% são mulheres.

dependente de importações e suscetível à crise de balança de pagamentos, visto que qualquer choque externo, como a alta do dólar, colocava em debilidade toda a estrutura macroeconômica. Por fim, as agências de fomento também não admitiram a agricultura de subsistência como uma alternativa ao cultivo voltado para o mercado. As agências também não reconheceram que o avanço do capitalismo impediu que Moçambique (e outros países periféricos) desenvolvessem tecnologia e capital capazes de suprimir o atraso econômico, e não abriram espaço para a promoção de políticas macroeconômicas alternativas. Porém, o que vemos é que as estratégias locais não foram valorizadas e, dessa forma, a pobreza e a desigualdade social ainda são as permanências da sociedade moçambicana.

Concluimos que o conceito de emancipação se tornou abstrato e obsoleto diante de um cenário de vulnerabilidade social e pobreza que emergiu no pós-independência. A ruptura com os ideais socialistas e adoção de políticas liberais em conjunto com um cenário de guerra civil levaram ao aumento da desigualdade social. Loforte (2008) fez uma pesquisa sobre pobreza em Maputo que apesar de fugir do nosso recorte histórico, nos ajuda a refletir sobre a percepção de pobreza entre as mulheres num país que tinha um projeto de igualdade social e emancipação da mulher. As pessoas na periferia de Maputo atrelaram a pobreza à falta de terra para plantar, à escassez do mercado de trabalho que não permite que rendimentos sejam auferidos e à falta de uma rede apoio.⁴⁷ O conceito de pobreza é diverso e varia de acordo com a posição social dos interlocutores. Ainda assim, essa percepção referente aos anos 2000 é útil para pensar como a garantia dos direitos básicos, como alimentação, saúde e educação se tornaram prioritários. A igualdade entre homem e mulher se tornou cada vez mais distante. O conceito de emancipação se tornou uma utopia sendo mais relevante nos discursos políticos da FRELIMO do que na vida real das ex-combatentes como é possível compreender na próxima seção.

⁴⁷ Loforte (2008) fala que os planos de combate à pobreza no início da década de 80, que faziam parte dos condicionantes dos projetos de ajustes neoliberais das instituições financiadoras, não retratavam a questão da genderização da pobreza. Mesmos os planos dos anos 1990 e 2000 continham essa disparidade, assim como tentativas propostas pelo governo de forma autônoma. Eram planos que não refletiam as desigualdades de gênero e poder na sociedade moçambicana e não continham intervenções concretas que visassem reforçar os direitos das mulheres. A autora apresenta o entendimento de pobreza percebido por um grupo de pessoas pobres na periferia de Maputo, que entrevistou. A partir das respostas destas pessoas sobre o significado de pobreza, Loforte (2008) elencou algumas situações possíveis para a situação de miséria: falta de dinheiro, de fontes de rendimento e de bens essenciais; falta de capital social; saúde precária; fraca oportunidade na educação; falta de bens de consumo; e acesso deficiente aos recursos produtivos. O conceito de pobreza é diverso e varia de acordo com os interlocutores e com a percepção individual no tocante à posição socioeconômica e à influência do sistema social em que estão inseridas as suas ações.

3.2.1 Situação social das ex-combatentes na zona rural pós 1975

A ampla maioria das ex-combatentes que atuaram na luta de libertação de Moçambique são camponesas oriundas de zonas rurais. Assim, ao final da referida luta, elas voltaram para suas regiões de origem no pós-independência, envolvendo-se de alguma forma com o trabalho nas plantações. Essas camponesas não tiveram acesso a uma política de emancipação da mulher e foram diretamente prejudicadas pelas políticas para a agricultura e posteriormente pelas políticas neoliberais adotadas pelo governo moçambicano no pós-independência. Tendo como base a análise do contexto de esvaziamento do conceito de emancipação da mulher feito anteriormente a seguir discutiremos sobre as trajetórias de ex-combatentes da zona rural do norte de Moçambique, pós-independência.

Teresa Cruz e Silva et al (2015) escreveram sobre como todas as políticas de cultivo da terra falharam em Moçambique. Imediatamente ao pós-independência, todas as grandes fazendas foram nacionalizadas e criaram-se unidades estatais que deveriam dar emprego às aldeias comunais criadas aos pés destas grandes unidades. Além disso, era obrigação dessas fazendas estatais agrícolas ensinarem aos camponeses técnicas mais produtivas de cultivo. O governo socialista moçambicano criou projetos de aldeias comunais juntamente com as unidades estatais, mas estes projetos deram errado porque as pessoas eram ligadas à sua terra e ao seu modo de produção. As camponesas foram as mais prejudicadas porque, mais uma vez, tiveram sua comunidade desestruturada, suas terras tomadas e suas formas tradicionais de produção ignoradas.

As ex-combatentes do Niassa entrevistadas por Katto (2018) são residentes na zona rural e muitas acumulam memórias da luta pela independência e lembranças da guerra contra a Renamo. Observamos que as mulheres ex-combatentes na zona rural permanecem inseridas num cenário de desigualdade de gênero que se intersecciona a um ambiente de desigualdade social. Muitas delas agora são senhoras com mais de 60 anos que possuem uma pensão baixa de ex-militares, insuficiente para o sustento da família, que, em geral, trata-se de um núcleo estendido composto por filhos, netos e sobrinhos. Algumas dessas ex-combatentes começaram a receber a pensão em 2014, quase 40 anos após o fim da luta de libertação, enquanto outras, até a data das entrevistas coletadas, ainda não recebiam o provento. São mulheres que estão inseridas numa vida de pobreza.

Teresa Bernardo Macotoa, uma das ex-combatentes no Niassa entrevistadas por Katto (2018), fala que passou a viver com dez dos seus onze filhos depois que se tornou viúva, em 2005. A senhora começou a construir a sua casa nesse mesmo ano, mas até 2014 ainda não a

tinha acabado. Neste momento, a casa não tem portas, janelas e nem mobília. O seu sonho é que Congresso, a cidade onde ela mora, se torne tão bonita como Maputo: que houvesse lá mais construção, desenvolvimento, casas melhores e que mais pessoas se mudassem para lá. Ela defende ainda que os ex-combatentes que vivem em Congresso também merecem ter habitações bonitas, como as de seus colegas em Maputo (MOCOTOA, 2018 apud KATTO, 2018, p. 79).

A ex-combatente Helena Baide Momade informa que conseguiu ter alguma progressão na carreira, contudo, o valor da pensão não corresponde à patente alcançada (MOMADE, 2018 apud KATTO, 2018). Em termos de patente militar, Helena Baide Momade progrediu de comandante de seção para comandante de pelotão e, finalmente, ocupou tanto a posição de comandante distrital das DF, como a de chefe do Infantário Josina Machel, que naquele tempo se localizava no monte Matequenha. Em 1973, ela foi ferida na perna e passou seis meses no hospital da FRELIMO na Tanzânia, retornando a Moçambique apenas depois dos Acordos de Lusaka. Apesar do ferimento, após o fim da luta seguida da guerra civil, Helena Momade continuou trabalhando no hospital militar em Nampula onde permaneceu até se aposentar em 1977. Contudo, quando seu marido faleceu por doença em 1981, Helena Baide recomeçou a sua vida de novo no Niassa. Ela vive em Lichinga há mais de trinta anos e considera esta cidade a sua terra natal.

Helena Baide Momade não ficou numa situação de vulnerabilidade financeira como outras de suas ex-companheiras do Niassa Ocidental. Após a aposentadoria das forças armadas ela continuou a trabalhar para o partido e para o Gabinete Provincial do Ministério dos Combatentes, sendo também membra honorária da OMM. Esse trabalho a levou aos diferentes distritos do Niassa, bem como às capitais provinciais de Moçambique, por exemplo, Maputo, Nampula e Quelimane. A maior reclamação de Helena hoje em dia é que a sua pensão não corresponda à categoria militar que ela ocupou durante a guerra. Assim como muitas outras mulheres do Destacamento Feminino que recebem pequenas pensões no Niassa, Helena Baide Momade ainda luta para terminar as melhorias da sua casa (MOMADE, 2018 apud KATTO, 2018). Essa reclamação da divergência dos valores de pensão ocorre tanto em relação aos ex-combatentes homens quanto em relação as ex-combatentes mulheres residentes nas zonas urbanas.

Ana Alane afirmou que vive bem agora que não há guerra, mas, mesmo assim, pensa que o governo deveria fazer mais pelos ex-combatentes. As suas expectativas de uma vida boa tais como um bom salário na velhice, depois da guerra não foram cumpridas. Ela se sente

injustiçada ao ver que outras pessoas estão colhendo os benefícios de seu trabalho árduo durante a guerra (ALANE, 2018 apud KATTO, 2018, p. 101).

Ainda sobre expectativas frustradas e a promessa de uma vida confortável não cumprida, Beatriz Assima descreve que, durante a luta de libertação, a sua esperança era de voltar a morar na sua província e trabalhar. Ela pensava que teria o seu próprio negócio, o seu carro, a sua casa confortável, e que poderia pagar pessoas para trabalhar na sua *machamba*, enquanto ela e as crianças comeriam bem. Mas, nada disso foi possível assegurar. Beatriz Assima afirmou, ainda, que muitos ex-combatentes no Niassa sentem que a guerra não acabou para eles, porque estão ainda a sofrer e a lutar (ASSIMA, 2018 apud KATTO, 2018, p. 113).

Helena Caisse também engrossa o coro de ex-combatentes no Niassa que criticam o fato de as promessas de uma boa vida, feitas durante a guerra, ainda não terem se realizado. Helena lamenta que ainda hoje muitos dos antigos combatentes que lutaram e sofreram vivendo no mato durante toda a guerra não têm casas convenientes, carros, ou sequer boa comida (CAISSE, 2018 apud KATTO, 2018, p. 123). Rosa Salimu, disse que, durante a guerra, foi-lhes dito que eles teriam a cidade depois da conquista da independência, porém, o pós-guerra não se desenrolou da forma como ela esperava. Ou seja, desde a guerra de independência que ela sonhava em estabelecer-se na cidade, construir a sua casa e comprar um carro para se deslocar. Assim como as colegas ex-combatentes, Rosa Salimu lamenta a falta de dinheiro (SALIMU, 2018 apud KATTO, 2018, p. 229).

Em virtude dos exemplos apresentados sobre ex-combatentes na zona rural do Niassa, constatamos que elas venceram a guerra, mas não a ganharam por que a vida delas não melhorou como esperado. A promessa feita durante as mobilizações pela luta de libertação não se cumpriu e a desigualdade permaneceu para as ex-combatentes de origem camponesa e que finda o conflito voltaram para a vida rural. No norte do país, essas mulheres não foram alcançadas pelos projetos de igualdade prometidos pela FRELIMO. Além disso, elas foram prejudicadas pela falta de efetividade dos projetos de combate à pobreza. As ex-combatentes do Niassa foram heroínas da luta de libertação, mas o discurso de emancipação feminina para elas não ecoou na prática.

Casimiro (2014) afirma que as mulheres camponesas que participaram da luta de libertação nacional foram postas de lado, aparecendo apenas nas datas comemorativas. O trabalho de base feito pela FRELIMO junto a essas mulheres durante a luta deu lugar a uma burocracia que as tornou marginalizadas. Não tivemos acesso a informações precisas sobre os prêmios angariados pelas ex-combatentes residentes nas zonas urbanas. Durante as buscas efetuadas para verificamos as informações referentes a prêmios e pensões de ex-combatentes

no período imediato a conquista da independência, percebemos que esses dados não são de fácil acesso para consulta. No entanto, sabemos que os poucos benefícios da independência foram para mulheres da “pequena e média burguesia”, que ocuparam cargos na OMM e na estrutura governamental (CASIMIRO, 2014). As ex-combatentes residentes nas áreas urbanas, principalmente na capital Maputo, foram as mulheres que receberam mais oportunidades de acesso a benesses pós-independência, tais como pensões condizentes com a patente.

Algumas destas ex-combatentes que no fim da luta de libertação foram residir nas zonas urbanas e passaram a ocupar cargos na estrutura do governo foram mencionadas ao longo desta pesquisa. Graça Machel, logo após o fim da luta de libertação além de ser primeira dama, assumiu o cargo de Ministra da Educação que ocupou por 14 anos. Paulina Mateus N`Kunda que ao fim da luta de libertação tinha o cargo de Chefe Setorial do DF no Destacamento Feminino, em 2017 tinha a patente de major. Marina Pachinuapa que encerrou a luta de libertação como Primeira Comissária Política e Chefe da 2ª Seção do 1º Pelotão do DF, no ano de 2017 detinha a patente de coronel da reserva. Henriqueta João, que ocupou o cargo de chefe da 3ª Seção no DF durante a luta de libertação detém a patente de major. Deolinda Guezimane terminou a luta de libertação com o cargo de Secretária Geral da OMM e hoje em dia detém a patente de Coronel General. (ZIMBA, 2013; PACHINUAPA et al, 2017).

Assim, as mulheres que foram residir nas zonas urbanas professam um discurso de lealdade, apoio e gratidão ao partido. Elas são uma pequena amostra de um grupo de mulheres que estão desde o fim da luta de libertação ocupando cargos diretos ou indiretos na estrutura estatal. Elas possuem patentes correspondentes ao seu protagonismo na luta, o que não necessariamente garantiu uma vida de conforto e sem a preocupação com a pobreza para todas elas, apesar da proximidade do poder ter supostamente facilitado o acesso aos benefícios da independência. O documentário *Guerrilla Grannies – How to live in this world* de 2013 (Vovós da Guerrilha, como viver neste mundo) explora as contradições existentes na trajetória de ex-guerrilheiras detentoras de patentes no pós-independência.

A diretora holandesa Ike Bertels entrevistou em 1984 e 1994 as ex-combatentes Amelia Omar, que era major da FRELIMO; e Maria Sulila e a Monica Chitupila, que foram capitãs da FRELIMO. Esse documentário é uma fonte que demonstra que as mulheres que ocupavam cargos dentro da estrutura governamental ou que eram filiadas a FRELIMO tinham uma situação melhor que a ex-combatentes localizadas no interior do país. Mas ter uma situação melhor não quer dizer que elas tinham uma vida de conforto ou livre de privações. A

desigualdade de gênero e desigualdade social atingiu essas mulheres em graus diferentes, mas atingiu todas as mulheres.

Ainda sim, essas mulheres se encontravam em situação completamente oposta à situação das camponesas no norte de Moçambique, mulheres das zonas urbanas fazem parte de um grupo das ex-combatentes que exerceram e exercem o papel de representação política na capital, conforme abordaremos na próxima seção.

3.2.2 Mulheres urbanas nas organizações políticas pós 1975

Em Moçambique, há um esforço do governo para que mais mulheres ocupem cargos nos aparelhos do Estado e nos partidos políticos. O discurso de emancipação feminina construído durante a luta de libertação e consolidado no pós-independência é usado como argumento para a promoção da igualdade política. Todavia, esse esforço tem funcionado mais como mecanismo de ocultação da desigualdade do que como motor de mudança. O objetivo desta seção é conhecer a situação social das ex-combatentes da luta de libertação que residem nas zonas urbanas e que ocupam cargos dentro da estrutura política do governo. Pretendemos também mostrar porque a participação política destas ex-combatentes nas zonas urbanas não levou a transformações efetivas nas vidas das suas antigas companheiras residentes na zona rural.

Osório (2002) afirma que, desde a década de 80, existe um esforço constante para transformar o interior das organizações políticas, já que houve uma multiplicação de ONGs que se tornaram apenas executantes de políticas governamentais. Em sua pesquisa, a autora identificou que, nos discursos das mulheres inseridas em partidos políticos, havia uma crítica relativa ao funcionamento do partido, particularmente em relação às diferenças de acesso da mulher aos recursos e à hierarquia partidária. Esse discurso entrava muitas vezes em contradição com as afirmações de exaltação do partido, revelando conflitos entre o politicamente correto e oficial e a prática das organizações partidárias.

A igualdade revolucionária e o ideário de emancipação da mulher foram importantes para a ruptura com a forma de organização colonial e para a transformação na estrutura social. Contudo, a ocupação do poder foi orientada por fidelidades e solidariedades construídas durante a luta armada, num contexto em que se pretendia substituir as figuras de autoridade tradicional por figuras do laço revolucionário. Na OMM, que congrega as aspirações emancipatórias da mulher, há uma dupla ambiguidade: a rejeição da modernidade colonial e a representação negativa de formas de organização tradicional, como o *lobolo* e a poligamia.

Osório (2002) identificou que as campanhas de alfabetização das mulheres, a luta contra a violência e o envolvimento nas tarefas de reconstrução nacional coabitam sem aparente contradição com a função de "mães do novo homem moçambicano", dentro da lógica da família nuclear valorizada pela FRELIMO no pós-independência. O discurso de igualdade entre gêneros encobre a manutenção de um status de subalternidade feminina. Emerge novamente a percepção de um movimento de mulheres que se submeteu aos interesses do partido. Isso significa que à mulher estão reservados, em primeiro lugar, os papéis de mãe, esposa e companheira, sendo a partir deles que se reconhece ou não o direito à respeitabilidade pública. As mulheres são julgadas, aprovadas ou premiadas pela fidelidade partidária e pelo desempenho moral. Por outro lado, aquelas que acessam a direção das organizações do partido são, na sua maioria, as esposas e familiares dos dirigentes políticos, ou, em menor quantidade, mulheres que de algum modo constituem a reserva política que veio da luta de libertação nacional. No aparelho do Estado, essas antigas revolucionárias assumem posições conservadoras.

O acesso ao poder pelas mulheres militares, que atuaram fortemente durante a luta de libertação, se realizou dentro de uma lógica que colocou em segundo plano a importância dos atos de bravura ou de sacrifício individual para acentuar o pertencimento ao grupo. O papel de afirmação e protagonismo exercido por essas mulheres nos momentos de luta armada não se traduziram numa real ocupação do poder. Observa-se que aquelas que conseguiram algum acesso ao poder ocuparam lugares apenas nas organizações femininas ou em posições subalternas no partido. Osório (2002) menciona ainda que, ao fim da desordem ocasionada pela luta de libertação e pela guerra civil, sucede-se uma partilha ordenada e "natural" dos espaços e funções. Enquanto os homens eram líderes mais jovens, a idade das mulheres na liderança política situava-se entre os 35 a 40 anos. Na amostra analisada por ela, essas mulheres eram, na sua maioria, viúvas, divorciadas ou solteiras, com uma formação acadêmica de nível médio e provas de fidelidade dada ao partido.

As lideranças femininas nos partidos pós-independência, entre os quais estão a FRELIMO, a Renamo e a Frente de Ação Patriótica (FAP em Moçambique), continuam ocupando papéis desiguais da divisão sexual do trabalho, porque apesar de serem lideranças, acumulam ainda as funções de mães e esposas. Ademais, dentro do modelo de família nuclear patriarcal, os homens, por serem chefes em casa, igualmente se sentem, por direito, chefes no partido.

Osório (2002) também identificou três grupos de lideranças femininas com posturas políticas diferentes dentro do âmbito institucional. De um lado, muitas lideranças oriundas da

OMM emitem o discurso das mulheres conformadas e que se adequam às hierarquizações e à estrutura partidária, submetendo-se à dominação masculina e assumindo posições subalternas. Um segundo grupo é composto por mulheres com discurso profundamente frios e masculinizados, sendo inclusive apontadas pelos seus pares como cerebrais, frias e agressivas, mas que performam essa masculinidade para se imporem e se sentirem politicamente incluídas. São lideranças conservadoras, que não questionam a construção e a reprodução social da desigualdade dentro do partido, mantendo-se, muitas vezes, alheias à luta feminista. Acreditam que o problema da discriminação da mulher está solucionado já que existem leis para combatê-lo. Por fim, Osório (2002) identificou uma minoria de mulheres na política que promove uma subversão e questionam os mecanismos fundadores do poder político procuram espaços de afirmação que as transformem em sujeitos políticos.

A conclusão Osório (2002) é que, mesmo após todo o histórico de atuação feminina na luta de libertação, a ocupação das mulheres no espaço político atende mais a uma necessidade do estado em provar que, pelo menos numericamente, o discurso de participação feminina está sendo cumprido, do que ao desejo efetivo de que elas intervenham no processo político de forma transformadora. Paralelamente, existe um entendimento, entre a maioria daquelas que estão em cargos de liderança política, de que a sociedade em geral não aceita ver uma mulher com poder, já que, para tanto, a família ficaria desorganizada. O cuidado da família deve ser prioridade para elas, de forma que o trabalho deve ficar em segundo plano. Loforte (2008) afirma que as relações entre homens e mulheres são relações de poder, socialmente construídas, constantemente negociadas, que resultam em partilhas, desigualdades e diferenças. No contexto da representação política moçambicana, essas relações ainda originam desigualdades. Moçambique é reconhecido pelo alto número de representantes mulheres no legislativo, que está acima da média mundial. Contudo o alto número de mulheres no legislativo não levou a uma emancipação da mulher e não resultou no fim da desigualdade de gênero.

Dessa forma, compreendemos que a maioria das ex-combatentes moradoras da zona rural se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social também porque não existia uma defesa do direito destas mulheres. Apesar de haver mulheres nas funções de representantes políticas, inclusive ex-combatentes, não existem projetos e esforços efetivos suficientes para a promoção de uma melhoria de vida que atinja o maior número daquelas mulheres. A representação política de muitas destas deputadas, ministras, etc., é mais figurativa que efetiva. O *lobby* pelo direito feminino ficou por conta das instituições autônomas do estado, como organizações não governamentais com viés feminista, que em

parceira com organizações internacionais, esforçam-se para que não só as ex-combatentes, mas as mulheres moçambicanas em geral, tenham acesso a questões básicas de direitos humanos: saúde, educação, proteção contra a violência doméstica e sexual, etc.

3.3 Conclusão

As mulheres moçambicanas residentes no norte de Moçambique e que atuaram na luta de libertação ainda lidam com as consequências da falta de alfabetização. Muitas das antigas combatentes falantes de Yao foram marginalizadas devido à falta de uma educação formal. Essa situação provavelmente também aconteceu com as iletradas de Cabo Delgado e Tete. A OMM após a independência elaborou projetos de alfabetização e educação de adultas, programas de formação política, científica e de qualificação técnica-profissional. (CASIMIRO, 2014). Apesar da capilaridade da organização esses projetos não alcançaram todas as mulheres que precisavam dele. A marginalização resultou em muitos direitos sucateados e em pobreza para muitas mulheres.

Mesmo que as ex-combatentes fossem alfabetizadas e tivessem autonomia para escrever suas histórias da luta de libertação algumas barreiras permaneceriam, como o receio de serem punidas por destoarem da narrativa oficial. O trauma e vergonha de parte deste passado também poderiam ser obstáculos para que essas mulheres se sentissem encorajadas a compartilhar narrativas do passado que não fossem de glorificação da luta de libertação.

Apesar de a FRELIMO ter elaborado um projeto político que contemplava a ruptura contra o colonialismo e contra a desigualdade de classes, muitas das estruturas que existiam na situação colonial continuaram a existir no pós-independência. Paralelamente a isso, o governo pós-independência fez escolhas de planejamento econômico financeiro que tornaram a situação social do país ainda mais fragilizada. A permanência dessas estruturas, em conjunto com uma guerra civil e a continuidade da desigualdade social também foram obstáculos para que as mulheres tomassem a iniciativa de escrever as suas próprias histórias.

Ainda que o conceito de emancipação da mulher a partir da lógica revolucionária da FRELIMO não faça mais sentido no âmbito da sociedade moçambicana, o campo de estudos de gênero no país já produziu muitas reflexões e práticas no combate à desigualdade contra a mulher. A pesquisa da socióloga Vera Fátima Gasparetto (2020) procura verificar a história da construção do campo de estudos de gênero em Moçambique, suas conexões e tensões. SALO (2013 apud GASPARETTO, 2020, p. 2) expõe que, na perspectiva de Amina Mama, há a necessidade de se construir capacidade intelectual e institucional estratégicas para a

libertação das mulheres, buscando entendimentos localmente relevantes de relações de gênero, cada uma nos seus mundos distintos e especiais. Essa é uma linha de pensamento que, de certa forma, intersecciona-se com o apontado por Bakare-Yusuf (2003), que fala da necessidade de se analisar a identidade da mulher africana a partir da sua rica multiplicidade e complexidade, pensando na experiência vívida do corpo a partir da fenomenologia da existência feminina africana.

É crível afirmar que uma prática atualizada e possível de emancipação da mulher englobe a conquista e o respeito aos direitos humanos e o acesso à autonomia financeira. Também, a priorização da elaboração pelas próprias moçambicanas das descrições das suas experiências, de como seus corpos foram afetados pela história por serem mulheres, e como ocorre a permanente luta contra a desigualdade de gênero e social. Tal processo deve ser realizado a partir da consideração das particularidades das vivências de cada uma dessas mulheres. Contudo, muitas das ex-combatentes que ainda estão vivas são idosas, e muitas já foram para outro plano frustradas, sem o cumprimento da promessa da emancipação, de uma sociedade justa e igualitária. Deixaram o mundo sem poder narrar suas experiências da luta de libertação a partir da própria escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A batalha da mulher moçambicana continua apesar do histórico de agência e protagonismo no combate ao colonialismo. A análise da trajetória destas mulheres na luta de libertação permitiu compreender porque elas não escreveram suas próprias narrativas sobre aquele período. E entendemos ainda porque apesar de haver um discurso oficial de exaltação do passado histórico das heroínas da luta de libertação, ainda existem silêncios e contradições sobre a atuação da mulher e que foram explorados ao longo desta pesquisa.

Conforme visto no capítulo “Mulheres que se organizam para a luta”, desde as primeiras iniciativas constituídas para o rompimento com Portugal, as mulheres se envolveram ativamente. No âmbito institucional essa participação ocorreu através da LIFEMO e o Destacamento Feminino, organizações criadas a partir da demanda das militantes, e do Instituto Moçambicano, que também teve a influência de uma mulher na sua criação. A OMM foi constituída ao se reconhecer o trabalho bem sucedido das outras instituições, que demonstraram que aquelas mulheres tinham a capacidade de atuar em prol da independência de Moçambique. A OMM foi criada também a partir da demanda das próprias militantes ao identificarem que havia espaço para mais uma organização focada na preparação política da “nova mulher” moçambicana, bem como a partir da necessidade de se segregar o trabalho efetuado pelo DF na frente de batalha das demais tarefas.

Mesmo as mulheres demonstrando habilidade e autonomia para gerir a logística de transporte e distribuição de material de guerra, sendo destemidas nos treinamentos militares e no uso de armas, rompendo com estereótipos de feminilidade, usando roupas tidas como masculinas, e fazendo trabalhos que exigiam força, a capacidade destas combatentes era questionada. Elas constantemente batalhavam para reafirmar que mereciam a confiança que lhes foi dada. O comportamento paternal da FRELIMO em relação ao trabalho das guerrilheiras gerava nelas um receio de cometerem falhas, porque entendiam que o erro poderia reverberar sobre outras mulheres. Isso as fazia executar suas tarefas com excelência, tanto que o Destacamento Feminino moçambicano foi reconhecido internacionalmente e foi inspiração para outros grupos de mulheres envolvidas em lutas de libertação no continente africano.

Apesar deste protagonismo, vimos no capítulo “O dito e o não dito nas memórias das mulheres luta de libertação” que as antigas combatentes não conseguiram narrar suas experiências por si mesmas, ou quando o fizeram, as narrativas foram permeadas de silêncios

e lacunas. Observamos primeiramente que as histórias que mais são resgatadas e contadas são as de mulheres que foram combatentes, mas que, no pós-independência, passaram a residir na capital, Maputo, que possuem proximidade da estrutura governamental e uma situação financeira relativamente estável. As falas dessas mulheres apresentam uma homogeneidade, permeada do discurso nacionalista propagado pelo governo sobre uma luta em prol da unidade cultural moçambicana e de como as mulheres foram capazes de lutar igual aos homens. No discurso desse grupo, a igualdade entre homens e mulheres ainda se reflete na atualidade. São relatos que focam no vilanismo e violência da nação portuguesa, e exaltam que, no fim, a unidade moçambicana venceu a situação colonial. Contudo, a análise documental e bibliográfica permitiu entrever que essa unicidade do discurso é consequência do processo de repressão violenta a opiniões contrárias. Isso, porque a FRELIMO não dava espaço para a existência de uma oposição e iniciou o combate aos grupos com opiniões divergentes durante os movimentos anticoloniais. Essa postura se aprofundou posteriormente à conquista da independência.

Passados cerca de 40 anos da libertação, as ex-guerrilheiras residentes no interior do país estão cada vez mais dispostas a verbalizar as experiências de violências sofrida dos pares, paralelamente ao relato das violências perpetradas pelo colonizador. Muitas das memórias daquele período são feridas que elas ainda tinham vergonha ou medo de compartilhar. Foram situações de violência física e sexual que elas não tinham coragem e/ou meios de tornar públicas. E ainda assim, quando o fizeram, essas narrativas não foram escritas e publicizadas por elas, mas intermediadas por pesquisadoras estrangeiras. Identificamos que muitas das antigas combatentes ainda estão em situação de fragilidade social.

A proposta do capítulo intitulado “A emancipação da mulher foi possível?” foi refletir sobre como o ideário de emancipação da mulher se tornou ultrapassado diante da situação de pobreza no qual muitas das ex-combatentes estão inseridas. Parte disso se deve ao alto número de mulheres não escolarizadas, que é próximo do que havia antes da independência. A ausência da alfabetização e do letramento entre as ex-combatentes impediu que essas mulheres pudessem contar suas próprias histórias, como também as deixou sem uma instrumentalização para lutar pelos seus direitos quando o conflito armado chegou ao fim. O desconhecimento sobre o funcionamento das estruturas administrativas fez com que muitas delas voltassem para os seus lugares de nascimento no interior de Moçambique, sem que a promessa de fartura e prosperidade se cumprisse. Essas camponesas são heroínas quase invisíveis e a emancipação não ocorreu para elas.

Neste capítulo refletimos também sobre a defasagem do termo emancipação da mulher, que ao pregar a igualdade entre homens e mulheres, não incorporava a análise de opressão de gênero. A nova mulher moçambicana deveria estar ao lado do seu companheiro para a construção da nova nação, mas, para isso, acumulava os papéis de revolucionária e de senhora do lar. A desigualdade de gênero permaneceu e, apesar das promessas de igualdade social após a interrupção da colonização, as moçambicanas tiveram acesso precário a direitos humanos básicos como saúde e educação. Moçambique era uma nação economicamente fragilizada no pós-independência e emendou uma guerra civil, após anos de luta de libertação.

O governo recorreu a instituições de financiamento internacional, como o FMI e o Banco Mundial, para tentar viabilizar o desenvolvimento do país. O fato é que essa ajuda estrangeira vinha acompanhada de condicionantes que previam a implantação de políticas neoliberais que fragilizaram ainda mais a situação econômica das ex-combatentes residentes na zona rural. Uma conjuntura constante de crises econômicas paralelas a uma série de planos de combate à pobreza mal sucedidos levou a um cenário no qual a participação política das mulheres no poder legislativo não resultou em conquista de direitos e igualdade social para a maioria daquelas que não teve acesso aos espaços de poder. A minoria das mulheres em cargos políticos se dispôs a propor projetos que transformassem de forma real a situação da mulher moçambicana no pós-independência.

É válido mencionar que a conduta de valorização do papel da mulher na luta de libertação, entrelaçada à ascensão do conceito de emancipação da mulher, ocorreu em outros PALOPs, especificamente em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. (PAREDES, M. I., 2014; GOMES, 2015; 2016; LIBERATO, 2016). Observamos que esses países também se envolveram em guerras civis no pós-independência, e que a utopia da emancipação da mulher ficou em segundo plano, sendo apropriada em projetos que procuram mascarar a desigualdade do gênero, assim como em Moçambique.

Concluimos que ainda existe espaço para aprofundar o debate sobre o papel das mulheres nas lutas de libertação nos PALOP, numa perspectiva comparativa de aproximações e distanciamentos sobre o fracasso do projeto de emancipação da mulher. Esta dissertação foi um ponto de partida para pensar o quanto a obsolescência do ideário de emancipação pode ser tanto um reflexo tardio do processo de colonização quanto uma falta de interesse genuíno em se promover efetivamente melhores condições de vida para as mulheres. É um trabalho que demonstra como um discurso progressista e otimista de igualdade não foi colocado em prática.

REFERÊNCIAS

Entrevistas realizadas por mim

GUEZIMANE, Deolinda. Entrevista: Deolinda Guezimane, Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 13 fev. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

HAMUZA, Joice. Entrevista: Joice Hamuza Jack. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 30 jan. 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos

SEQUEIRA, Elisabeth. Entrevista: Elisabeth Sequeira. Pesquisa de campo realizada em Maputo, em 11 fev. de 2019. Entrevista concedida a Jacqueline Maia dos Santos.

Entrevistas realizadas por terceiros

ABDALA, Lúcia Ali. Entrevista: Lúcia Ali Abdala. Maputo. 2018. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa*. Tallinna, 2018. 235 p.

ALANE, Ana. Entrevista: Ana Alane. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa*. Tallinna, 2018. 235 p.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. Entrevista: Entrevista: Svetlana Aleksiévitch. 2018. Entrevista concedida a TAG Livros. Disponível em: <<https://www.taglivros.com/blog/entrevista-svetlana-aleksievitch-tag-livros/>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ANAIVA, Teresa António Chaibo. Entrevista: Teresa António Chaibo. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.

ASSIMA, Beatriz. Entrevista: Beatriz Assima. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa*. Tallinna, 2018. 235 p.

CAISSE, Helena. Entrevista: Helena Caisse. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa*. Tallinna, 2018. 235 p.

CHIZIANE, Paulina. Entrevista: Paulina Chiziani. São Paulo, 2016. Entrevista concedida a Juliana Gonçalves. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/21/a-escrita-sagrada-da-romancista-mocambicana-paulina-chiziane>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

GUEBUZA, Maria da Luz de. Entrevista: Maria da Luz de Guebuza. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.

- MACHEL, Graça. Entrevista: Graça Machel. Maputo. 2018. Entrevista concedida a Teodoro Waty e Vitor Gonçalves. In: WATY, Teodoro. GONÇALVES, Vitor. O sacrifício da liberdade. Ministério dos Combatentes. Media Group. WEditora. Maputo. 2018. p.70.
- MACOTOA, Teresa Bernardo. Entrevista: Teresa Bernardo Macotoa. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- MAGAIA, Lina Julia Francisco. Entrevista: Luna Julia Francisco Magaia. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. Protagonistas da luta de libertação nacional. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.
- MATOLA, Adaia. Entrevista: Adaia Matola. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- MOMADE, Helena Baide. Entrevista: Helena Bide Momade. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- MUEMEDI, Assiato. Entrevista: Assiato Muemedi. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- MUSTAFFA, Rosa. Entrevista: Rosa Mustaffa. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- MUTHEMBA, Juvenalia Abiatar. Entrevista: Juvenalia Abiatar Muthemba. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. Protagonistas da luta de libertação nacional. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.
- N'KUNDA, Paulina Mateus. Entrevista: Paulina Mateus N'kunda. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. Protagonistas da luta de libertação nacional. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.
- NTUMBATE, Juliana Miguel. Entrevista: Juliana Miguel Ntumbate. Maputo. 2012. Entrevista concedida a Ane Bouene Mussanhane. In: MUSSANHANE, Ana Bouene. Protagonistas da luta de libertação nacional. Maputo: Marimbique Conteúdos e Publicações, 2012.
- OMAR, Amélia. Entrevista: Amélia Omar. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.
- OSÓRIO, Conceição. Entrevista: As Instâncias Partidárias exprimem modelo de dominação masculina. Conceição Osório. [S.l.]: Pravda.ru, ago. 2009. Entrevista concedida a Josué Bilas. Disponível em <<https://port.pravda.ru/cplp/mocambique/13-08-2009/27740-dirmulhermoz-0/>> Acesso em: 28 jun. 2020.

PACHINUAPA, Marina. Entrevista: Marina Pachinuapa. Maputo. 2013. Entrevista concedida a Benigna Zimba. In: ZIMBA, Benigna. *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional. Memórias do Destacamento Feminino*. Maputo: Centro de Pesquisa da História da Luta da Libertação Nacional - CPHLL Nacional, 2013.

SALIMU, Rosa. Entrevista: Rosa Salimu. Entrevista concedida a Jonna Katto. In: KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa*. Tallinna, 2018. 235 p.

Documentos Históricos

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Carta datada de 18 de setembro de 1963 da Secretária Geral da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Rosa Jasovich Pantaleon para Selinah Simango*. Berlim, Alemanha, Caixa 1, set. 1963.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Carta datada de 25 de fevereiro de 1966, da Secretária Geral da LIFEMO, Madalena Honwana para a Administração*. Mbeya, Tanzania, Caixa 1, fev. 1966.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Carta datada de 19 de junho de 1967, da Presidente da LIFEMO, Selina Simango ao secretário administrativo da FRELIMO*. Caixa 1, jun. 1967.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Continuação da Reunião do Chefe do DD com uns elementos do Órgão Provincial - Tema: Actividade do Destacamento Feminino - Na Beira dia 24 de junho 1968*. Beira, Caixa 2, jun. 1968.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Sobre os Problemas Jurídicos – Relatório*. Moçambique, Base Provincial, Caixa 4, p. 1-2, 21 maio. 1971a.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)/Departamento de Defesa (DD) - Destacamento Feminino - Base Provincial /CD - Moçambique aos 24/05/1971*. Moçambique, Base Provincial, Caixa 3, maio. 1971b.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Fundo da Frelimo, Departamento de Defesa, Destacamento Feminino. *Discurso de Intervenção do Presidente da FRELIMO na 1ª Conferência da OMM*. Tunduru, Caixa 3, p. 9-10, fev. 1973.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla B.(org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155–202. ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Chernobyl*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, E. L.; KRAYCHETE, E. S. *Moçambique e a cooperação internacional para o desenvolvimento*. In: MORAIS, Carolina; PEREIRA, Matheus; MATTOS, Regiane. (Orgs.). *Encontros com Moçambique*. 1. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

APPIAH, Anthony. *A invenção da África*. In: APIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, António de; SILVA, António Duarte. *O uso de NAPALM na Guerra Colonial: quatro documentos*. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 22, p. 121-139, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ARNFRED, Signe. *Sexuality & gender politics in Mozambique: rethinking gender in Africa*. Rochester: Boydell & Brewer Inc, 2011.

BAKARE-YUSUF, Bibi. *Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana*. *Feminist Africa*, Issue 2, 2003. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/bibi_bakare-yusuf_-_al%C3%A9m_do_determinismo._a_fenomenologia_da_exist%C3%Aancia_feminina_africana.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BARROS, José D' Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Vozes. 2005.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 359p.

CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As Voltas do Passado*. A guerra colonial e as lutas de libertação. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2018.

CARNEIRO, Amanda Santos. *Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962 – 1985)*. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. *A morte de Josina Machel*. In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As Voltas do Passado*. A guerra colonial e as lutas de libertação. Lisboa: Edições tinta-da-china, 2018.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. *Movimento associativo como foco no nacionalismo: o movimento estudantil – NESAM e AMM*. In: CASTELO, Claudia et al (Org.). *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. *Paz na terra, guerra em casa*. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Recife: UFPE, 2014.

CASIMIRO, Isabel Maria Cortesão. *Transformação nas relações sociais homem/mulher em Moçambique 1960/74*. 1986. 195f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1986.

CASIMIRO, Isabel Maria; SABINO, Withney Osvalda M. “Cinderelas do nosso Moçambique”: Confrontando diálogos entre jovens feministas e veteranas da luta armada. *Colóquio Internacional Declinações, questionando identidades nacionais, gênero e sexualidade*, Lisboa, jun. 2019. Disponível em: <<http://alternactiva.co.mz/2019/06/18/cinderelas-do-nosso-mocambique-confrontando-dialogos-entre-jovens-feministas-e-veteranas-da-luta-armada-primeira-parte/>>. Acesso em: 26 jun. 2019

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988. 244 p.

CHIRINDZA, Liendina Joaquim. *"Somos ensinadas a respeitar o lar": Dominação, resistência e a pluralidade de experiências de mulheres moçambicanas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

COSTA, Catarina Antunes. *O Instituto Moçambicano e o Estado Social dentro da FRELIMO*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2018.

DUTRA, Eliana. A memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. *Revista USP*, São Paulo, n. 98. p. 69-86. jun./jul./ago. 2013.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Sociología de una revolución*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1968.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 909-927, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300909&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 74 p.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FUCHS, Elisa. *Moçambique marcou-nos para a vida - Grupo de Mulheres Internacionalistas 1980-1984 - Retratos e Depoimentos*. Maputo: JV Editores, 2014

GASPARETTO, Vera Fátima. O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68326, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100506&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 23 out. 2020.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes 1. *Africa Development*, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2016. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/ad/article/view/163604>> Acesso em: 09 dez. 2019

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol.12, n.19, 2015, p. 168-189. Disponível em <http://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/GB_ART_19_O_ESTADO_DA_ARTE_DOS_ESTUDOS_DE_GENERO_NA_GUINE_BISSAU.pdf> Acesso em: 09 dez 2019.

GUEBUZA, Armando Emidio. *Citação pré-textual*. In: In TEMBE, Joel das Neves (Coord.). História da Luta de Libertação Nacional. Ministério dos Combatentes, Direcção Nacional de História, Maputo, 2014.

GUERRILLA GRANNIES. Direção: Ike Bertels. Produção de Dnu Film BV e Serendipity films. Holanda. 2013.

GUIA GEOGRÁFICO. *Mapa de Moçambique*. Mapa base: ONU (editado). Copyright Guia Geográfico [online]. 2020a. Disponível em: <<http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

GUIA GEOGRÁFICO. *Mapa da Tanzânia*. Mapa base: ONU (editado). Copyright Guia Geográfico [online]. 2020b. Disponível em: <<http://www.africa-turismo.com/mapas/tanzania.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

KATTO, Jonna. *A Avó Foi Guerrilheira*. Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa. Tallinna, 2018. 235 p.

KATTO, Jonna. *Beautiful Mozambique: Haptics of belonging in the life narratives of female war veterans*. 2017. 291 f. Tese (Doutorado) – University of Helsinki, Helsinki, 2017.

KATTO, Jonna. *Gendered narratives of nations and citizenship: female ex-combatants remembering national liberation in Mozambique*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – University of Helsinki, Helsinki, 2010.

KATTO, Jonna. Landscapes of Belonging: Female Ex-Combatants Remembering the Liberation Struggle in Urban Maputo. *Journal of Southern Africa Studies*, v. 40, maio. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262606243_Landscapes_of_Belonging_Female_Ex-Combatants_Remembering_the_Liberation_Struggle_in_Urban_Maputo>. Acesso em: 01 jul. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248p.

LARANJEIRA, Lia Dias. *Mashinamu na Uhuru: arte makonde e história política de Moçambique (1950 -1974)*. São Paulo: Intermeios, 2018.

LIBERATO, Ermelinda. *40 anos de independência*. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 997-1006, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300997&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Out. 2020.

LOFORTE, Ana. Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e gênero em Moçambique. *Outras Vozes*, v. 22, fev. 2008. Disponível em <<https://www.wlsa.org.mz/artigo/dinamicas-familiares-e-percepcoes-de-pobreza-e-genero-em-mocambique/>> Acesso em: 07 jul. 2018.

LOFORTE, Ana. Políticas e estratégias para a igualdade de gênero: constrangimentos e ambiguidades. *Outras Vozes*, n. 8, 2004. Disponível em: <<https://www.wlsa.org.mz/artigo/politicas-e-estrategias-para-a-igualdade-de-genero-constrangimentos-e-ambiguidades/>> Acesso em: 07 jul. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

M´BAH, Abogo. *Panafricanismo Clásico: Identidad y reconocimiento*. Nsibidi, 2004.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 24, n. 70, p. 17-35, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MACHEL, Samora. *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>>. Acesso em: 21 de novembro de 2016.

MACHEL, Samora. Mensagem aos Militantes da FRELIMO e ao Povo Moçambicano por Ocasião do Golpe de Estado em Portugal. *A Voz da Revolução*, n. 21, jan./abr. 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1974/04/golpe.htm>> Acesso em: 01 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-209, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Patrícia Campos. 'Escrevo sobre o que a história omite', diz autora vencedora do Nobel. Folha de São Paulo, 23 abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/04/1763789-svetlana-aleksievitch-escrevo-sobre-tudo-o-que-a-historia-omite.shtml>>.

MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, p. 09-52, 2015. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rccs/5869>>. Acesso em: 07 jul 2018.

MOÇAMBIQUE. Constituição (1990). *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 16 nov. 2004. Disponível em: <<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>>. Acesso em: 3 set. 2020.

MOÇAMBIQUE. *Decreto-Lei n.º 39666 de 20 de maio de 1954*. Diário do Governo n.º 110/1954, Série I de 1954-05-20. Ministério do Ultramar, 1954. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/635399/details/maximized>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sa da Costa, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A cultura política comunista: alguns apontamentos*. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

KHAN, Sheila. *Revolta em Moçambique*. In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Edições tinta-da-china. Lisboa. 2018.

MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e documentos da história da FRELIMO*. Maputo: Ministério da Educação e Cultura, 2006.

MUSSANHANE, Ana Bouene. *Protagonistas da luta de libertação nacional*. Maputo: Marimbiqwe Conteúdos e Publicações, 2012.

OLIVEIRA, Cintia Mary de. *O massacre de Mueda (1960) e a constituição das narrativas nacionais em Moçambique (1962-1986)*. 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013. 100 p.

OSÓRIO, Conceição. Identidades de género e identidades sexuais no contexto dos ritos de iniciação no Centro e Norte de Moçambique. *Outras Vozes*, n. 43-44, dez. 2013. Disponível em < <https://www.wlsa.org.mz/artigo/identidades-no-contexto-dos-ritos/>> Acesso em: 07 jul. 2018.

OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia participativa, Civilização Brasileira*, p. 419-421, 2002. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/mulheres.html>> Acesso em: 01 jul. 2020.

OYEWUMI, Oyeronke. *Conceituando o Género: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA Gender Series. Dakar, CODESRIA, 2004. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

PACHINUAPA, Raimundo; MATUSSE, Renato; THEMBA, Pascoa; GEMO, Pedro. *50 anos do Destacamento Feminino: Gênese, Expansão e Impacto*. Maputo: Nachingwea, 2017. p. 171

PAREDES, Marçal de Menezes. *A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n. 40, p.131-161, dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90> Acesso em 19 de Jul. 2016.

PAREDES, Margarida Isabel Botelho Falcão. *Mulheres na luta armada em Angola: memória, cultura e emancipação* [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Tese de doutoramento. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/8662>> Acesso em 06 Nov 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 130 p.

PINHO, Osmundo. Descolonizando o feminismo em Moçambique. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 3. p. 955-972, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2016.

QUEIRÓS, Luís Miguel. *Svetlana Alexievich, um Nobel para uma escrita de vozes reais*. Ípsilon, 8 out. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/10/08/culturaipsilon/noticia/nobel-da-literatura-2015-1710484>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SAIDE, Alda Saúte. *As Mulheres Moçambicanas e a Luta de Libertação*. In TEMBE, Joel das Neves (Coord.). *História da Luta de Libertação Nacional*. v. 1. Ministério dos Combatentes, Direcção Nacional de História, Maputo, 2014. p. 553-604.

SANTANA, Jacimara Souza. *Mulher e Notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista tempo (1975 – 1985)*. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, Jacqueline Maia dos. Moçambique pós-colonial: entrelaces entre estado falido, pobreza e desenvolvimento. In: *Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG*. Anais... Belo Horizonte, UFMG, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/vsddpdpesdu/241929-MOCAMBIQUE-POS-COLONIAL-ENTRELACES-ENTRE-ESTADO-FALIDO-POBREZA-E-DESENVOLVIMENTO>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. New York: Columbia University Press, 2012. Disponível traduzido em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAner-o-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 23 Abr 2016

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 65-98.

SILVA, Teresa Cruz; et al. *Rupturas e Continuidades em Moçambique: Entrevista com Teresa Cruz e Silva*. Ponto Urbe, v. 16, jul. 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/2667>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2020.

SOUTO, Amélia Neves. *Início da Operação Nó Górdio, Moçambique*. In CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena. *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. Edições tinta-da-china. Lisboa. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. 133 p.

TEMBE, Joel das Neves. *História da Luta de Libertação Nacional*. v. 1. Ministério dos Combatentes, Direcção Nacional de História, Maputo, 2014. p. 553-604.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27305/29077>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: UNESP, 2012.

WATY, Teodoro; GONÇALVES, Vitor. *O sacrifício da liberdade*. Ministério dos Combatentes. Maputo: Media Group WEditora, 2018.

WHITE, Aaronette M. All the men are fighting for freedom, all the women are mourning their men, but some of us carried guns: A raced-gendered analysis of Fanon's psychological perspectives on war. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 32, n. 4, p. 857-884, 2007. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/513021?journalCode=signs>>. Acesso em: 23 ago. 2020

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir. *Entre Narros & Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890- c.1940*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ZIMBA, Benigna. *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional*. Memórias do Destacamento Feminino. Maputo: Centro de Pesquisa da História da Luta da Libertação Nacional - CPHLL Nacional, 2013.